

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

JULHO-DEZEMBRO 2023

EDIÇÃO BRASILEIRA

Military Review

JULHO-DEZEMBRO 2023

Músicos de Marte em múltiplos domínios p2

Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA

Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA

Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA

O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África p24

Christopher Spearin, Ph.D.

Negação de acesso financeiro p79

Cel Sara Dudley, Exército dos EUA

Ten Cel Steve Ferenzi, Exército dos EUA

Maj Travis Clemens, Exército dos EUA



ARMY UNIVERSITY PRESS

PB -100-23-07/12
Headquarters, Department of the Army
Approved for public release;
distribution is unlimited

PIN: 216087-000



CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORT LEAVENWORTH, KANSAS



Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

Julho-Dezembro 2023 Tomo 78 Número 2

Professional Bulletin 100-23-07/12



Comandante, Centro de Armas Combinadas:

**GENERAL DE DIVISÃO
MILFORD H. BEAGLE JR.**

Reitor, Army University; Subcomandante, CGSC:
BRIGADIER GENERAL DAVID C. FOLEY

Diretor e Editor-Chefe da *Military Review*:
CORONEL TODD A. SCHMIDT

Editor-Chefe das Edições em Inglês:
WILLIAM M. DARLEY

Editora-Chefe das Edições em Línguas Estrangeiras:
FLAVIA DA ROCHA SPIEGEL LINCK

Edições Ibero-Americanas

Diagramadores/Webmasters:

**MICHAEL SERRAVO
CRYSTAL BRADSHAW-GONZALEZ,
KYLE DAVIS - CONTRATADOS**

Edição Brasileira

Tradutora/Editora:
ANA LUISA GAUZ

Edição Hispano-Americana

Tradutor/Editor:
RONALD WILLIFORD

Assessores das Edições Ibero-Americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao
CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira:
CORONEL EWERTON SANTANA PEREIRA

Oficial de Ligação do Exército do Peru junto ao
CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana:
**CORONEL ROQUE G. ZEVALLOS
RONCAGLIOLO**

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Fort Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth, Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

Os fundos para publicação foram autorizados pelo Departamento do Exército em 2 de janeiro de 1983.

A correspondência deverá ser endereçada à *Military Review*, CAC, Fort Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328.

E-mail: usarmyleavenworth.tradoc.mbx.armyu-aup-military-review-latam@army.mil. A *Military Review* também pode ser lida no *site*: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/>.

Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas são dos respectivos autores e não refletem a posição oficial do Departamento de Defesa dos EUA ou seus componentes, a menos que especificado em contrário. A *Military Review* se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido a limitações de espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published quarterly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. POSTMASTER: Send address corrections to *Military Review*, 290 Stimson Ave., Fort Leavenworth, KS 66027-2348.

By Order of the Secretary of the Army:

RANDY A. GEORGE
*General, United States Army
Chief of Staff*

Official:

MARK F. AVERILL
*Administrative Assistant
to the Secretary of the Army
2325512*

**ARMY
UNIVERSITY
PRESS**

Índice

2 Músicos de Marte em múltiplos domínios

Expandindo as armas combinadas no século XXI

Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA

Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA

Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA

Tanto a China quanto a Rússia possuem forças armadas grandes e modernas capazes de contestar a força conjunta dos EUA em terra, ar, mar, espaço e ciberespaço — um ambiente no qual o Exército dos EUA não combate há décadas. As tropas do Exército enfrentam esse desafio por meio das operações em múltiplos domínios, o conceito operacional descrito no novo Manual de Campanha 3-0, Operações.

14 Reestruturar a arte operacional para a competição

Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA

Há deficiências na aplicação da doutrina da arte operacional em um ambiente com crescente competição interestatal. A adoção dos mecanismos de competição, comunicação, coação, conciliação e cooperação para complementar as atuais estruturas doutrinárias permitirá maior amplitude de planejamento conceitual na arte operacional.

24 O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África

Uma dinâmica modificada e desafiadora

Christopher Spearin, Ph.D.

O Grupo Wagner, uma organização de segurança semiestatal russa que apoia os interesses comerciais e estratégicos russos, oferece às nações africanas uma alternativa à assistência dos EUA às forças de segurança.

37 O modelo de condições exploráveis

Estratégias para pesquisa e análise sociocultural

Nicole M. Laster-Loucks, Ph.D.

Benjamin A. Okonofua, Ph.D.

O modelo de condições exploráveis associa as vulnerabilidades socioculturais críticas às atividades de atores nacionais e estrangeiros motivados que exploram essas vulnerabilidades para atingir seus objetivos, incluindo o aumento da instabilidade, o enfraquecimento da governança local, o acúmulo de riquezas, o aumento do acesso local e a expansão de sua influência, concomitantemente à redução da influência dos rivais.

50 Ignorando o fracasso

O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras

Eric Michael Burke, Ph.D.

A guerra no Vietnã ofereceu ao Exército uma rara oportunidade de analisar criticamente suas evidentes deficiências de prontidão para episódios futuros semelhantes. Porém, estava destinado a arcar, mais uma vez, com os custos sangrentos e elevados associados ao despreparo, quando seus maiores desafios do século XXI se recusaram a seguir as regras que a Força, há muito, havia aprendido a esperar.

67 Rumo a uma parceria mutuamente benéfica com a Índia para aprimorar a estratégia estadunidense no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico

Maj Patrick O'Brien Boling, Ph.D., Guarda Nacional de Louisiana

Paul Sanders, Ph.D.

Uma parceria duradoura e equitativa entre a Índia e os EUA poderia apresentar oportunidades para que ambas as nações trabalhem juntas para conter a influência da China na região do Indo-Pacífico.

79 Negação de acesso financeiro

Uma abordagem irregular da dissuasão integrada

Cel Sara Dudley, Exército dos EUA

Ten Cel Steve Ferenzi, Exército dos EUA

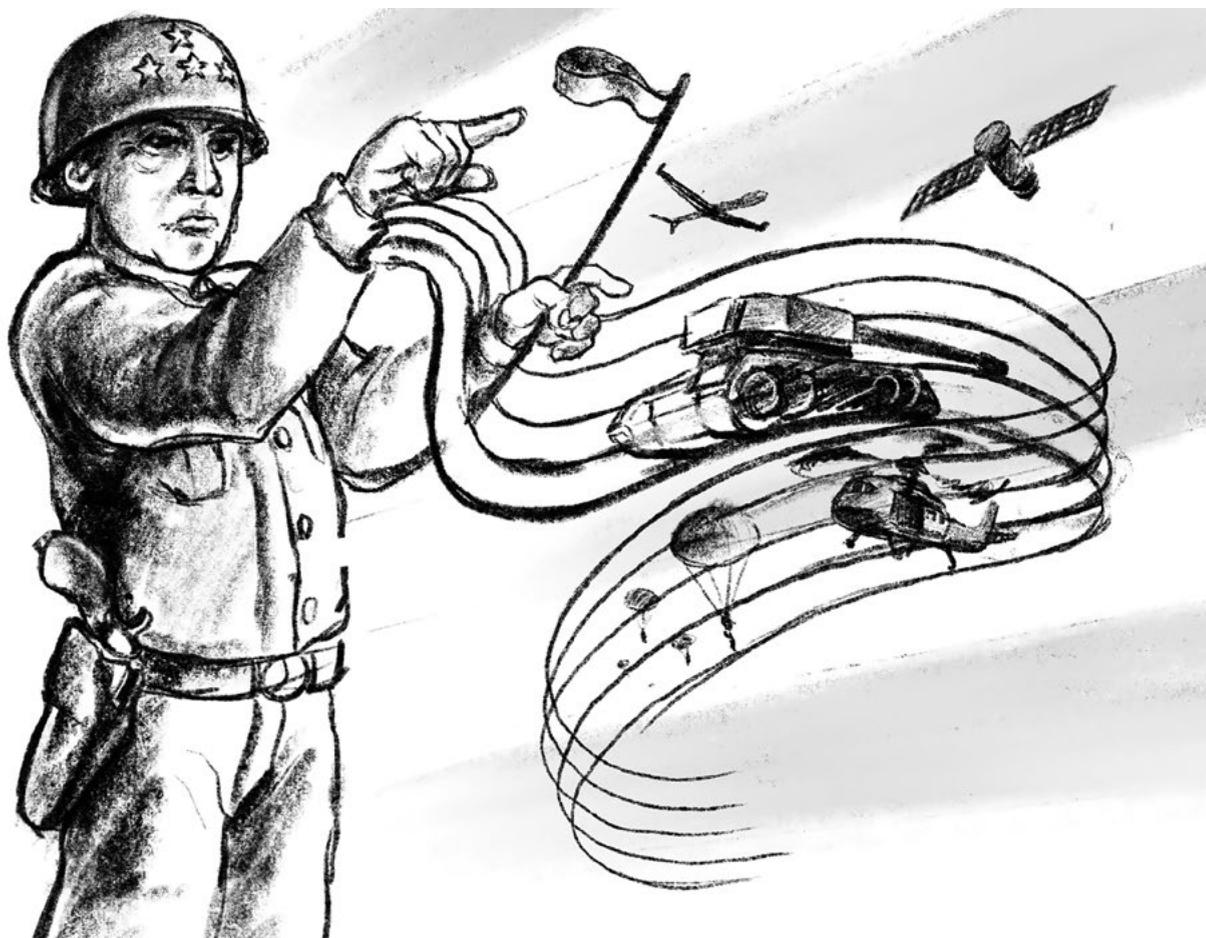
Maj Travis Clemens, Exército dos EUA

A política econômica é uma capacidade decisiva do adversário que permite o acesso aos estados visados, mas a corrupção correlata é uma vulnerabilidade que pode ser explorada. As capacidades financeiras das Forças Armadas devem complementar o combate tradicional para tirar proveito dessa responsabilidade e expandir o arsenal coercitivo dos EUA, de forma totalmente integrada com parceiros interagências nos Departamentos do Tesouro, Comércio e Estado.

93 Índice anual

Nota ao leitor: A edição brasileira da *Military Review* será publicada, em caráter extraordinário, com periodicidade semestral no ano de 2023.

Capa: Carros de combate M1A2 Abrams distribuídos ao 1º Batalhão, 68º Regimento Blindado, 3ª Brigada de Combate Blindada, 4ª Divisão de Infantaria, disparam durante o exercício de tiro real Defender Europe 22, em Drawsko Pomorskie, na Polônia, em 27 de maio de 2022. O Defender Europe 22 é uma série de adestramentos multinacionais do Exército dos EUA-Europa e África, realizados na Europa Oriental. Os exercícios demonstram a capacidade das forças dos EUA para conduzir operações de combate terrestre em larga escala em vários teatros de operações em apoio à OTAN, comunicando a determinação dos EUA na região e dissuadindo adversários de agressões. (Foto: Cap Benjamin Torgersen, Exército dos EUA)



(Imagem: Spencer Bowers)

Músicos de Marte em múltiplos domínios

Expandindo as armas combinadas no século XXI

Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA

Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA

Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA

Para alcançar harmonia no combate, uma arma deve apoiar a outra. O trabalho em equipe vence. Vocês, músicos de Marte [...] devem entrar na música no lugar e momentos certos.

—George S. Patton

Há mais de 80 anos, no início da Segunda Guerra Mundial, o então Gen Bda George S. Patton usou uma metáfora musical para descrever para a 2ª Divisão Blindada como gostaria de combater — uma estranha comparação, que refletia a facilidade com que o general costumava combinar o profundo com o profano. Os instrumentos de combate são diferentes hoje em dia, bem como o ambiente operacional, mas a metáfora continua válida. A nova versão do Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*), enfatiza a abordagem de armas combinadas para as operações, validada pelo tempo e expandida para enfrentar os desafios apresentados hoje por ameaças como a China e a Rússia.¹ Ambos os adversários possuem forças armadas grandes e modernas capazes de contestar a força conjunta dos EUA em

terra, ar, mar, espaço e ciberespaço — um ambiente no qual o Exército dos EUA não combate há décadas. As tropas do Exército enfrentam esse desafio por meio das operações em múltiplos domínios, o conceito operacional descrito no novo FM 3-0:

As operações em múltiplos domínios consistem no emprego pelas armas combinadas das capacidades conjuntas e do Exército para criar e explorar vantagens relativas que atingem objetivos, derrotam forças inimigas e consolidam ganhos em nome dos comandantes da força conjunta.²

No centro das operações em múltiplos domínios está a expansão das armas combinadas para além das abordagens tradicionais de um e dois domínios para incluir todos os domínios — terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético. A abordagem em múltiplos domínios aumenta as opções dos comandantes do Exército e da força conjunta para criar vantagens exploráveis contra forças inimigas com capacidades



O Ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu (à esquerda), e o Ministro da Defesa chinês, Wei Fenghe, assistem a um exercício militar conjunto da Rússia e da China, na Região Autônoma de Ningxia Hui, na China, em 13 de agosto de 2021. (Foto: Savitskiy Vadim, Ministério da Defesa da Rússia via Associated Press)

equiparadas. A integração eficaz de todas as capacidades e métodos disponíveis exige líderes que entendam a doutrina e sejam mestres em seu ofício. A leitura do FM 3-0 e de outras doutrinas é essencial, mas a habilidade requer a aplicação durante o desenvolvimento e o treinamento de líderes nos aquartelamentos e nos centros de treinamento de combate.

Desde seu início, em 2016, as operações em múltiplos domínios se basearam nas ameaças. O ponto de partida para compreender as operações em múltiplos domínios é, portanto, uma compreensão das ameaças chinesa e russa.

Desafios apresentados por China e Rússia

A modernização militar chinesa e russa e a proliferação de capacidades espaciais, cibernéticas e nucleares com aplicações militares são os principais fatores que impulsionam a mudança nas políticas e doutrina de segurança. Embora vários adversários possam con-

O Gen Div Milford Beagle Jr., do Exército dos EUA,

é o Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA em Fort Leavenworth, Kansas, onde é responsável por integrar a modernização do Exército de campanha em assuntos de doutrina, organização, treinamento, material bélico, liderança, pessoal, instalações e políticas. Serviu em diversas funções de liderança, desde o nível pelotão até o nível divisão, em missões ao redor do mundo, do Havaí até a República da Coreia. Anteriormente, atuou como comandante da 10ª Divisão de Infantaria Leve de Montanha. Tem bacharelado pela South Carolina State University e mestrados pela Kansas State University, School of Advanced Military Studies e Army War College.

testar a força conjunta em múltiplos domínios, a China e a Rússia continuam sendo os mais

O Cel Richard Creed, da reserva remunerada do Exército dos EUA,

é Diretor da Divisão de Doutrina de Armas Combinadas, em Fort Leavenworth, Kansas, e um dos autores e editores das edições de 2017 e 2022 do Manual de Campanha 3-0, *Operações*. É formado pela Academia Militar dos EUA e tem mestrado pela School of Advanced Military Studies e pelo Army War College. Anteriormente, serviu como G-3 da 2ª Divisão de Infantaria e cumpriu missões na Alemanha, Coreia, Bósnia, Iraque e Afeganistão. Comandou nos níveis companhia, batalhão e brigada.

perigosos. Esses países possuem formações e capacidades duráveis do ponto de vista operacional, resilientes e adaptáveis. É improvável que se consiga derrotar um deles rapidamente em um único esforço decisivo. As forças do Exército devem, portanto, ser capazes de concentrar o poder de combate contra vários pontos decisivos, acumular vantagens ao longo do tempo e derrotar as forças inimigas em todos os seus elementos, criando e explorando relações de força favoráveis.³

No nível estratégico, a China e a Rússia apresentam ameaças diferentes e em escalas diferentes. No entanto, ambos os adversários empregam abordagens de separação (*standoff*), utilizando capacidades de sensores em rede e fogos de longo alcance para negar à força conjunta dos Estados Unidos da América (EUA) o acesso a áreas valiosas do ponto de vista estratégico, necessárias para a projeção de força e resposta global a partir do território continental do país. Com base nas operações dos EUA contra o Iraque e o Afeganistão, ambas as nações concluíram que a melhor forma de se defenderem era impedir que os inimigos acumulassem poder de combate perto de suas fronteiras.⁴ A doutrina conjunta descreve essas abordagens de separação como antiacesso e negação de área. Em geral, antiacesso diz respeito a capacidades de longo alcance que impedem a entrada da força conjunta em uma área. A negação de área costuma se referir às capacidades de médio e curto alcance que limitam a

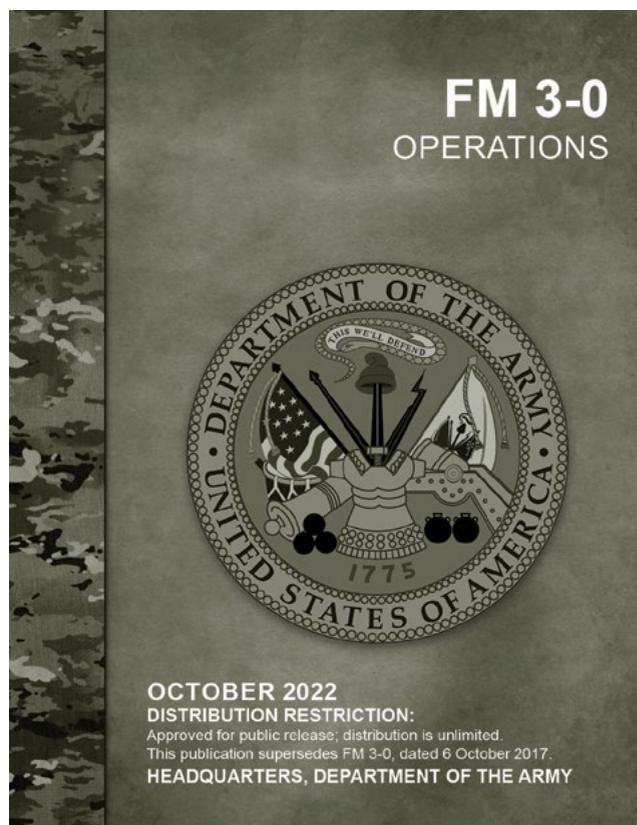
O Ten Cel Matt Farmer, da reserva remunerada do Exército dos EUA, é desenvolvedor de doutrinas da Divisão de Doutrina de Armas Combinadas, em Fort Leavenworth, Kansas, e um dos autores da edição de 2022 do Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*). É bacharel pela Academia Militar dos EUA, mestre pela National Defense Intelligence University e mestre pela School of Advanced Military Studies. Serviu em missões na Europa, Egito, Iraque, Afeganistão e Coreia.

liberdade de manobra de uma força que já esteja em uma área. Essas abordagens de separação fazem com que a China e a Rússia consigam fazer coisas com a força conjunta dos EUA que temos sido capazes de fazer impunemente com outros desde o fim da Guerra Fria. Um dos impactos estratégicos das abordagens de separação dos inimigos com poder de combate equiparado é o aumento dos possíveis custos em termos de dinheiro, tempo e vidas para a força conjunta e nossos aliados em caso de conflito

armado, aumentando efetivamente o limiar no qual os EUA podem responder à provocação com a força. Ao diluir a eficácia da dissuasão convencional, os adversários têm maior liberdade de ação para expandir a agressão e conduzir atividades malignas, incluindo a guerra de informação. A China e a Rússia continuam promovendo seus interesses com um risco limitado de ter de enfrentar forças militares dos EUA em combates aproximados. O desenvolvimento das operações em múltiplos domínios levou em conta essas considerações estratégicas.⁵

No nível operacional, existem dois combates básicos relevantes para as forças do Exército: (1) o combate conjunto, apoiado pelas capacidades do Exército, para derrotar as abordagens inimigas de antiacesso e negação de área; e (2) o combate terrestre, apoiado pelas capacidades conjuntas, para derrotar as forças inimigas, controlar acidentes capitais e populações e atingir objetivos nacionais para os comandantes da força conjunta. Para ambos os combates é fundamental o papel dos corpos de exército lutando como formações para derrotar os componentes do sistema integrado de defesa antiaérea e o comando geral de fogos integrados do inimigo.

O desafio tático também tem dois componentes. O primeiro refere-se a como as forças em posições avançadas defenderão o terreno crítico e a infraestrutura conjunta sob risco de agressão e ação ofensiva imprevistas do inimigo. O segundo diz respeito a como as forças do Exército conduzirão operações expedicionárias ofensivas contra inimigos com poder de combate equiparado, empregando uma defesa deliberada em níveis apoiada por capacidades globais de inteligência, vigilância e reconhecimento. Os elementos defensivos das ameaças apresentam muitas vantagens iniciais, incluindo tempo de preparação, linhas de comunicação relativamente próximas de suas fronteiras nacionais, melhor compreensão do terreno e das populações, disponibilidade das forças e capacidade de concentrar rapidamente grandes volumes de fogos. Durante as operações defensivas e ofensivas amigas, as forças inimigas atacarão os nós de logística e de comando e controle (C²) das forças amigas, degradarão suas comunicações por meio de guerra eletromagnética e atacarão nossa disposição para lutar por meio da guerra de informação. Se a dissuasão falhar, é provável que as formações táticas do Exército precisem lutar e vencer com um aliado

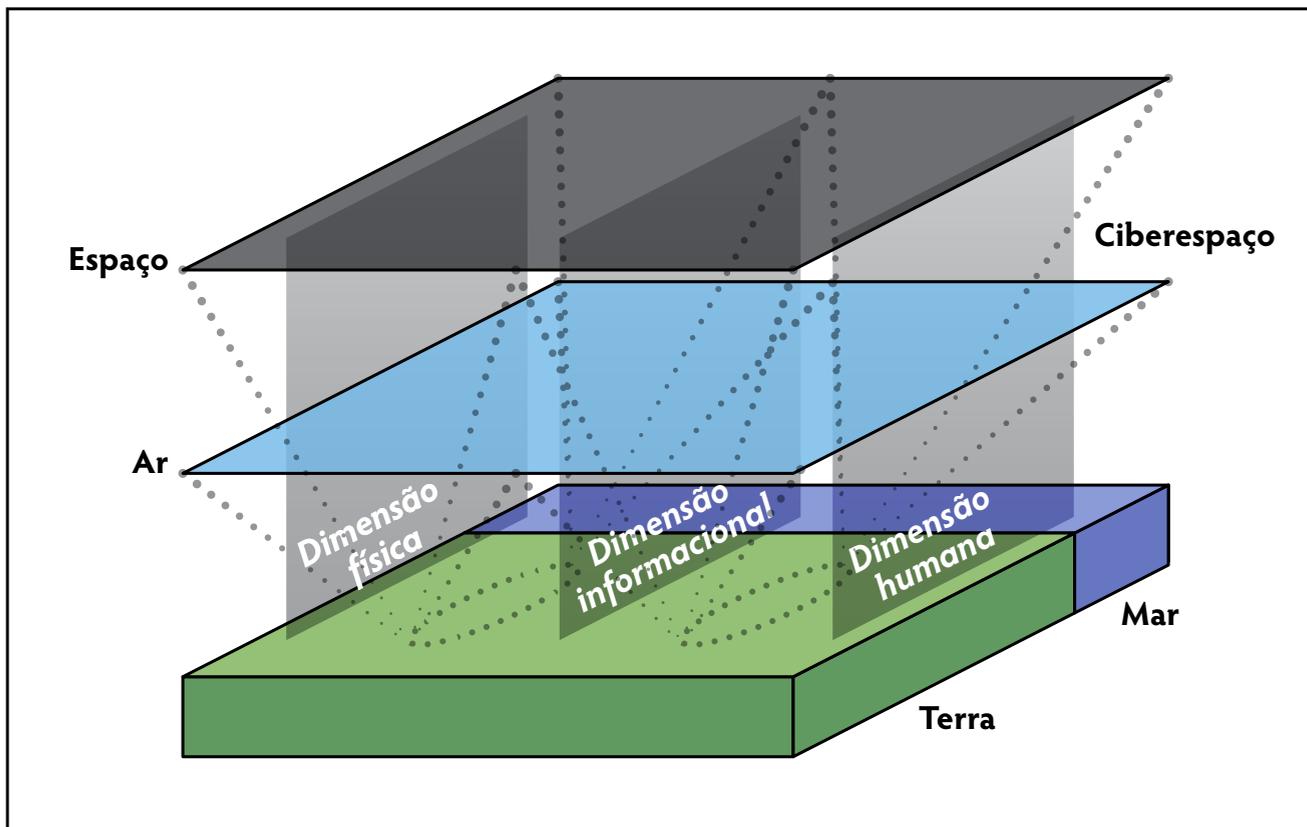


Para ler o Manual de Campanha 3-0, *Operações*, acesse https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN36290-FM_3-0-000-WEB-2.pdf.

enquanto estiverem em menor número e isoladas do restante da força conjunta dos EUA.

Enfrentando o desafio: as operações em múltiplos domínios

As operações em múltiplos domínios são a contribuição do Exército às campanhas conjuntas que alcançam resultados políticos sustentáveis. Todas as operações dependem, de alguma forma, de capacidades e operações em múltiplos domínios. As operações em múltiplos domínios são aplicadas em todos os escalões, embora de maneiras diferentes. Em geral, o corpo de exército e escalões superiores têm o papel principal na alocação ou integração das capacidades conjuntas e do Exército — que são inerentemente de múltiplos domínios — em suas formações subordinadas. As divisões podem também desempenhar um papel de integração em alguns casos. No entanto, mesmo quando não são dotadas capacidades conjuntas a uma formação, esta deve estar ciente das ameaças representadas pelas capacidades inimigas de todos os domínios e adotar as medidas adequadas para mitigá-las. A preservação do



(Figura: FM 3-0, Operations)

Figura. Domínios e dimensões de um ambiente operacional

poder de combate exige um alto nível de consciência situacional e esforço físico, que são imperativos do FM 3-0.

As operações em múltiplos domínios se baseiam em uma abordagem conjunta e de armas combinadas para operações em um ambiente de coalizão. O conceito operacional enfatiza a necessidade de compreender os efeitos e os processos para o emprego de todos os recursos disponíveis. O FM 3-0 oferece um modelo para ajudar os líderes a visualizar o ambiente operacional através de cinco domínios, compreendidos em três dimensões — física, informacional e humana (veja a Figura). As operações em múltiplos domínios concentram-se nas operações de combate em larga escala, mas descrevem como as forças do Exército integram as operações como parte de campanhas conjuntas durante a competição, crise e conflito armado de forma complementar e de reforço. Quatro princípios e nove imperativos orientam a condução das operações, oferecendo opções de como os líderes podem aplicar e preservar o poder de combate contra desafios específicos

apresentados por inimigos com poder de combate equiparado. As operações em múltiplos domínios enfatizam o uso de mecanismos de derrota e a derrota das forças inimigas em todos os seus elementos, mantendo a coesão das operações amigas. O FM 3-0 descreve como as forças do Exército integram as operações profundas, aproximadas, de apoio e de retaguarda nos escalões e entre eles para gerar poder de combate e empregá-lo com o maior efeito possível contra as forças inimigas.

Armas combinadas

A expansão das armas combinadas está no cerne do que faz com que as operações em múltiplos domínios estejam um passo adiante. Os efeitos complementares e de reforço criados pelo emprego de capacidades de diferentes domínios pelas armas combinadas são desencadeados por meio da integração e sincronização que ocorrem durante o processo de operações. A integração consiste em determinar quais formações de qual escalão precisam de quais capacidades para atingir os objetivos designados

e, em seguida, alocar essas capacidades. A sincronização consiste em aplicar combinações dessas capacidades no tempo e no espaço para criar dilemas para os quais o inimigo não tenha boas soluções. Os líderes integram e sincronizam forças convencionais, forças multinacionais, forças de operações especiais, forças irregulares e todos os parceiros de ação unificada disponíveis. Cada membro da equipe expandida de armas combinadas tem pontos fortes que os outros podem reforçar e limitações que os outros podem atenuar. É fundamental compreender como os diferentes tipos de capacidades atuam juntos e empregá-los de formas inesperadas pelo inimigo para alcançar o sucesso contra adversários que contam com a nossa previsibilidade. Os líderes devem entender como sua formação e suas capacidades habilitam o comando superior, as unidades adjacentes e a campanha conjunta. Devem também compreender como as capacidades e formações que não controlam podem apoiar suas operações.

O sucesso exige o compromisso do líder com o nível mais alto possível de especialização no assunto em todas as armas, quadros e serviços e qualificações militares. Além disso, os líderes devem entender como equilibrar eficácia e eficiência ao integrar ou alocar capacidades em todos os escalões do Exército com base nos riscos. Essa realidade significa que nosso ponto de partida, independentemente do escalão ao qual estivermos designados, é uma compreensão clara do ambiente operacional em termos de áreas designadas de forças amigas e adversárias e suas áreas de influência.

Compreendendo o ambiente operacional: domínios e dimensões

As operações em múltiplos domínios exigem que os líderes compreendam seu ambiente operacional por meio dos cinco domínios e suas dimensões física, informacional e humana. “Um *domínio* é uma parte fisicamente definida de um ambiente operacional que exige um conjunto único de capacidades e habilidades de combate.”⁶

Os líderes não precisam compreender todos os aspectos técnicos das capacidades conjuntas ou do Exército, mas precisam entender como podem ser empregadas de forma mutuamente benéfica e como solicitar essas capacidades para apoiar as operações terrestres. Da mesma forma, os líderes do Exército nos escalões acima de brigada precisam defender o emprego das capacidades do Exército para obter liberdade de ação para os demais componentes da força conjunta.

Embora as características físicas definam os domínios, as operações em múltiplos domínios enfatizam a importância de fatores além dos físicos. O FM 3-0 dispõe que “compreender as dimensões física, informacional e humana de cada domínio ajuda os comandantes e estados-maiores a avaliar e prever os impactos de suas operações.”⁷

Embora as operações do Exército, em sua maioria, iniciem a ação pela dimensão física, elas precisam, por fim, influenciar (pela dimensão informacional) para afetar a vontade do adversário (dimensão humana). O FM 3-0 também enfatiza a importância contínua de fatores intangíveis para as forças amigas, como a liderança e a abordagem de comando de missão em relação ao C².

Ver a si próprio: gerando e aplicando o poder de combate

As funções de combate e as dinâmicas do poder de combate desempenham um papel fundamental para ajudar os comandantes a enxergar suas unidades e compreender como empregar as capacidades contra o inimigo da melhor forma possível. O FM 3-0 identifica seis funções de combate:

- ◆ Comando e controle
- ◆ Movimento e manobra
- ◆ Inteligência
- ◆ Fogos
- ◆ Sustentação^{NT}
- ◆ Proteção⁸

O FM 3-0 modifica o modelo de poder de combate. Alinha a definição de poder de combate com a definição conjunta e enfatiza quais meios letais e de desorganização podem ser aplicados contra o inimigo. Altera os componentes do poder de combate de “elementos” para “dinâmicas” para reforçar a ideia de que o poder de combate consiste em variáveis interativas e sujeitas a mudanças no ambiente. O FM 3-0 diferencia deliberadamente a dinâmica do poder de combate das funções de combate. Define o poder de combate como “os meios totais de força destrutiva e desorganizadora que uma unidade/formação militar pode aplicar contra um inimigo em um determinado momento (Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas* [JP 3-0, *Joint Operations*])” e identifica a dinâmica do poder de combate da seguinte forma:

NT: A “Sustentação”, no Exército dos EUA, compreende quatro áreas (logística, saúde, recursos humanos e finanças).



Tropas chinesas desfilam durante os exercícios militares Vostok-2018, em 13 de setembro de 2018, no Campo de Treinamento de Tsugol, na Sibéria, não muito distante das fronteiras da Rússia com a China e a Mongólia. (Foto: Mladen Antonov, Agence France-Presse)

- ◆ Liderança
- ◆ Poder de fogo
- ◆ Informação
- ◆ Mobilidade
- ◆ Capacidade de sobrevivência⁹

Ver o inimigo: as ameaças e seus métodos

As forças do Exército conduzem operações orientadas para a ameaça. O inimigo está sempre ponderando e se adaptando. Portanto, entendê-lo é uma exigência contínua durante as operações. O FM 3-0 observa: “As ameaças enfrentadas pelas forças do Exército são híbridas por natureza. Incluem indivíduos, grupos de indivíduos, forças paramilitares ou militares, elementos criminosos, Estados-nação ou alianças nacionais.”¹⁰

A China e a Rússia combinam cinco métodos gerais para atingir seus objetivos durante competição, crise e conflito:

- ◆ *Guerra de informação* é o uso de atividades de informação, como operações cibernéticas, guerra eletrônica, operações psicológicas, campanhas de desinformação e outras operações de dissimulação para atingir objetivos.
- ◆ *Guerra de sistemas* é o uso de sistemas em rede de apoio mútuo, como os Sistemas Integrados de Defesa Antiaérea e os Complexos de Fogos Integrados, para alcançar objetivos. As ameaças protegem seus próprios sistemas enquanto desintegram os sistemas de seus oponentes.
- ◆ *Impedimento* é o uso de abordagens de separação para negar o acesso da força conjunta a áreas importantes do ponto de vista estratégico.
- ◆ *Isolamento* é o uso de instrumentos nacionais de poder para separar do apoio externo os parceiros de coalizão, os componentes da força conjunta ou forças em posições avançadas.
- ◆ *Santuário* é o posicionamento das forças da ameaça fora do alcance das forças amigas.¹¹

A China e a Rússia aplicam os métodos da ameaça de maneiras diferentes nos níveis operacional e tático. Os comandantes usam os métodos da ameaça para

entender melhor as táticas do inimigo, prever suas ações e avaliar as linhas de ação das forças amigas.

Operações durante competição, crise e conflito armado

As operações em múltiplos domínios são a contribuição das forças do Exército para as operações conjuntas e costumam envolver aliados e parceiros. Aproveitar as vantagens oferecidas pela força conjunta e por nossos parceiros multinacionais é uma consideração fundamental em todos os contextos. Os contextos estratégicos — *competição, crise e conflito armado* — ajudam os comandantes a entender seu papel no contexto de uma campanha conjunta e a se preparar para suas missões. Durante a competição, as forças do Exército combatem as atividades dos adversários e demonstram credibilidade no combate mediante o adestramento e a interoperabilidade com aliados e parceiros. Essa atividade estabelece as condições para o êxito nas operações de combate, reconhecendo que não há tempo extra para se preparar para um conflito — as forças do Exército dissuadem adversários de um conflito ao se prepararem continuamente para ele. Durante as crises, as forças do Exército oferecem opções aos comandantes da força conjunta para dissuadir os adversários de novas agressões e proteger os interesses nacionais. Durante o conflito armado, as forças do Exército derrotam as forças inimigas e controlam os acidentes capitais e as populações. Independentemente do contexto estratégico, as forças do Exército continuamente consolidam ganhos em apoio à força conjunta para que ela alcance resultados políticos sustentáveis.¹²

Fundamentos das operações em múltiplos domínios: princípios e imperativos

Os princípios e imperativos caracterizam as operações eficazes e ajudam a orientar os comandantes no processo operacional.

Princípios. Quatro princípios caracterizam as qualidades desejáveis das operações: *agilidade, convergência, resistência e profundidade*. Todos estão ligados à ideia central do emprego pelas armas combinadas de todo o poder de combate disponível em múltiplos domínios para criar e explorar as vantagens.

A *agilidade* abrange muitas considerações. Os comandos ágeis fazem a transição rápida entre as fases, contextos e organizações por tarefas. Os comandantes

ágeis concebem abordagens operacionais projetadas para explorar janelas de oportunidade fugazes. As forças ágeis se dispersam rapidamente para impedir o processamento de alvos do inimigo, concentram-se rapidamente quando necessário e se adaptam mais rapidamente do que o inimigo às mudanças de condições.

A *convergência* garante que os escalões acima de brigada empreguem todas as capacidades do Exército e conjuntas disponíveis para maximizar o poder de combate relativo de forma a criar oportunidades para derrotar forças inimigas capazes. A convergência cria oportunidades para a manobra e operações aproximadas, mas exige forças do Exército ágeis para explorar rapidamente essas oportunidades.

A *resistência* reflete a capacidade de absorver os ataques do inimigo e manter o combate no tempo e espaço necessários para cumprir a missão. É uma função de proteção, sustentação e gestão do ritmo.

A *profundidade* aplica o poder de combate em todas as formações do inimigo e no ambiente operacional, alcançando objetivos operacionais sucessivos e consolidando ganhos para a força conjunta. As operações em profundidade desorganizam a abordagem preferida do inimigo, desintegram os elementos interdependentes dos sistemas inimigos e tornam as forças inimigas vulneráveis à derrota em todos os seus elementos.¹³

Imperativos. Nove imperativos descrevem o que as unidades devem fazer para vencer com um custo aceitável no campo de batalha moderno. Derivam dos princípios da guerra, mas adaptam-se aos desafios atuais. Devem fundamentar de forma significativa a forma como desenvolvemos nossos comandantes e adestramos nossas formações, pois devem promover a mudança cultural necessária para prevalecer nas operações de combate em larga escala no século XXI. Os nove imperativos são:

- ◆ Ver a si próprio, ver o inimigo e compreender o ambiente operacional.
- ◆ Considerar o fato de estar sob constante observação e todas as formas de contato com o inimigo.
- ◆ Criar e explorar vantagens físicas, informacionais e humanas relativas em busca da superioridade de decisão.
- ◆ Fazer contato inicial com o menor elemento possível.
- ◆ Impor vários dilemas ao inimigo.
- ◆ Antever, planejar e executar transições.
- ◆ Designar, pesar e sustentar o esforço principal.
- ◆ Consolidar os ganhos de forma contínua.

- Compreender e gerenciar os efeitos das operações nas unidades e nos soldados.¹⁴

O segundo imperativo — considerar a observação constante e todas as formas de contato com o inimigo — afeta todos os graus hierárquicos e qualificações militares do nosso Exército. Aborda a importância de não apresentar alvos lucrativos para o fogo inimigo. Como dispõe o FM 3-0, de forma sucinta, “O que pode ser detectado pode ser atacado e morto.”¹⁵ As unidades devem empregar combinações de capacidades e técnicas para garantir a dispersão, cobertura, ocultação, camuflagem, mascaramento das assinaturas de radiação eletromagnética, segurança das operações e dissimulação. Considerar a observação constante do inimigo operacionaliza a proteção, que, em última análise, é um resultado que exige atenção contínua do líder às realidades do ambiente operacional cada vez mais transparente.¹⁶

Derrotando as forças inimigas

*A derrota em todos os elementos consiste em concentrar um poder de combate sobrepujante contra partes distintas de uma força, em vez de derrotar a força inteira de uma só vez.*¹⁷

É altamente improvável que se consiga derrotar com um esforço único e decisivo um inimigo adaptável e do mesmo nível, que opere com capacidades e formações complexas. O FM 3-0, portanto, oferece uma abordagem para derrotar as forças inimigas em todos os seus elementos. Derrotar as forças inimigas em todos os seus elementos permite que os comandantes usem poder de combate superior contra partes de uma força inimiga potencialmente superior e os sistemas que a apoiam, como os comandos de fogos integrados e os sistemas integrados de defesa antiaérea. Para isso, os comandantes aplicam combinações de mecanismos de derrota. Como descreve o FM 3-0, “as operações em múltiplos domínios quebram a coesão das abordagens operacionais da ameaça ao destruir, deslocar, isolar e desintegrar repetidamente seus sistemas e formações interdependentes e explorar as oportunidades para derrotar as forças inimigas em todos os seus elementos.”¹⁸

Estrutura operacional

Os campos de batalha são ambientes caóticos. As forças inimigas e amigas estão misturadas, estando as unidades amigas frequentemente separadas por longas distâncias ou operando sob diferentes comandos.

Os comandantes usam a estrutura operacional para ajudar a impor a ordem e o foco às forças que eles controlam e para administrar a aplicação da violência. O FM 3-0 descreve a estrutura operacional como “uma ferramenta cognitiva usada para auxiliar os comandantes e os estados-maiores a visualizar e descrever claramente a aplicação do poder de combate no tempo, espaço, propósito e recursos no conceito de operações (ADP 1-01)”¹⁹ Os três modelos comumente usados para criar uma estrutura operacional são: *áreas designadas; operações profundas, aproximadas e de retaguarda; e esforço principal, esforço de apoio e reserva.*²⁰

Os comandantes não devem adotar uma abordagem excessivamente rígida em relação à estrutura operacional. Devem usar modelos apenas quando forem aplicáveis e devem se sentir livres para adaptar um modelo às exigências próprias de uma situação específica. Se um modelo totalmente diferente atender melhor às suas necessidades, deverão coordenar os níveis superior e inferior para garantir que cada escalão entenda e siga a mesma abordagem. Ao adaptar os modelos, os líderes devem certificar-se de que sua estrutura ainda se encaixa na estrutura de seu escalão superior.

Os comandantes levam em conta o apoio mútuo entre as forças subordinadas ao designar áreas. O apoio mútuo pode incluir o alcance de apoio entre armas e capacidades, bem como a consideração das distâncias de apoio entre as unidades. Os corpos de exército e divisões que operam em vários eixos terão formações subordinadas não contíguas. Ao atribuir áreas designadas não contíguas, o escalão superior mantém a responsabilidade pelo risco associado às áreas para as quais não atribui responsabilidade. Uma área designada pode ser uma área de operações, uma zona ou um setor, dependendo do tipo de operação e do nível de controle exigido pelo escalão superior. As áreas designadas devem ser grandes o suficiente para apoiar as manobras subordinadas e sua capacidade de distribuir forças para mitigar os efeitos do processamento de alvos do inimigo. Entretanto, não devem se estender muito além das áreas de influência subordinadas, o que importaria níveis de risco incertos ou excessivos à formação subordinada. Quando um escalão retém áreas, retém também o risco associado a essas áreas. Durante operações não contíguas, os comandantes devem avaliar continuamente os riscos nessas áreas retidas, especialmente em relação aos nós de sustentação e de C^2 .

Nas áreas designadas, os comandantes organizam suas operações em termos de tempo, espaço e propósito, sincronizando as operações profundas, aproximadas, de apoio e retaguarda. As divisões e os escalões superiores podem também escalar suas formações conforme as áreas profundas, aproximadas, de apoio e retaguarda, devido à dimensão e escala de suas operações durante o combate em larga escala. O foco em “operações” nessa versão do FM 3-0 ajuda a esclarecer o papel de uma unidade em termos de propósito — as áreas definem a localização de uma unidade; as operações definem seu propósito.

A tomada e a defesa de territórios contestados exigem operações aproximadas e costumam envolver o combate aproximado ou a ameaça de combate aproximado. O combate aproximado é a atividade de maior risco para as forças convencionais. Em geral, as operações profundas e de retaguarda são conduzidas para viabilizar o sucesso durante as operações aproximadas e estabelecer condições favoráveis para a manobra em combate aproximado. “As *operações profundas* são ações táticas contra as forças inimigas, normalmente fora do contato direto com as forças amigas, com o objetivo de moldar futuras operações aproximadas e proteger as operações de retaguarda. [...] As *operações aproximadas* são ações táticas das forças de manobra subordinadas e das forças que lhes prestam apoio imediato, cujo propósito é empregar manobra e fogos para confrontar e destruir as forças inimigas. [...] As *operações de retaguarda* são ações táticas atrás das principais forças de manobra subordinadas que facilitam o movimento, ampliam o alcance operacional e mantêm o ritmo desejado.”²¹

Como as forças do Exército lutarão em ambientes de comunicação contestados, a abordagem de comando de missão em relação ao comando e controle é mais vital do que nunca. Uma maneira pela qual os comandantes apoiam a iniciativa disciplinada e a capacidade de assumir riscos é pela descrição da função de cada escalão no tempo, espaço e propósito. O FM 3-0 oferece algumas considerações gerais:

Durante as operações de combate em larga escala, as brigadas de combate (*brigade combat teams*, BCT) e as divisões geralmente se concentram em derrotar as formações de manobra do inimigo. Em geral, os corpos de exército e os escalões superiores se concentram em derrotar os sistemas integrados de defesa anti-aérea e partes do comando de fogos integrados

do inimigo, de acordo com o plano e as prioridades do comandante da força conjunta.²²

Os corpos de exército coordenam as operações de combate de suas divisões, as divisões, as de suas brigadas e as brigadas, as de seus batalhões. Cada escalão superior procura estabelecer as condições para que suas formações subordinadas atinjam os objetivos que lhes foram designados, fornecendo os recursos, as diretrizes e a consciência situacional para isso. Os corpos de exército e as divisões lutam como formações, o que exige uma abordagem integrada das operações profundas, aproximadas, de apoio e retaguarda — nenhum escalão pode se dar ao luxo de ter um foco míope em uma só parte do campo de batalha.

Consolidando os ganhos

O FM 3-0 de 2017 introduziu a ideia de consolidação de ganhos, e a Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações* (ADP 3-0, *Operations*) de 2019 continuou a esclarecer a necessidade de fazer isso. A versão de 2022 do FM 3-0 aponta a importância da consolidação contínua de ganhos como um imperativo e uma consideração fundamental para as operações durante a competição, a crise e o conflito armado. A consolidação de ganhos alcança o propósito final das operações conduzidas pelas forças do Exército. Não se trata de uma fase, mas da exploração de objetivos táticos para obter resultados estratégicos. A consolidação de ganhos exige que os líderes conduzam as operações com o estado final em mente e que adotem as medidas necessárias para atingir esse estado final geral o mais rápido possível. A consolidação de ganhos começa com uma descrição clara do propósito da operação e um entendimento compartilhado de como alcançá-lo. Depois, à medida que atingem os objetivos e derrotam as forças inimigas, as unidades adotam medidas para tornar seus ganhos mais permanentes. A consolidação de ganhos pode começar como uma fração que consolida um objetivo. Pode incluir uma divisão que atribui a uma brigada a missão de derrotar uma força inimiga contornada para estabelecer as condições para operações de estabilização. Pedir a um aliado ou parceiro que realize tarefas essenciais de estabilização em uma área urbana seria um meio potencialmente eficaz de consolidar os ganhos.

Os escalões superiores solicitam recursos para ampliar a escala e acelerar o ritmo de consolidação de ganhos. Seu acesso às forças da nação anfitriã, fogos conjuntos, capacidades de assistência às forças de segurança, forças de operações especiais, assuntos civis, comunicação social,

engenharia e capacidades espaciais e cibernéticas oferecem oportunidades para unir e expandir o sucesso das unidades subordinadas. Durante grandes campanhas e operações, a consolidação de ganhos é o parâmetro que conduz à transição da responsabilidade sobre áreas e populações para outras autoridades legítimas e, em última análise, a resultados políticos sustentáveis. Durante a competição pós-conflito, as forças do Exército continuam a consolidar ganhos para a força conjunta, expandindo ou mantendo a estabilidade das condições desejáveis.

Ambientes marítimos

Uma década após o redirecionamento da política externa estadunidense para o Pacífico, é fundamental que a doutrina do Exército comece a levar em conta as considerações únicas das operações em ambientes marítimos, como o teatro de operações do Indo-Pacífico.²³ O Capítulo 7 aborda muitas dessas considerações e, da mesma forma, descreve aspectos das operações no Ártico, que também são fortemente influenciadas pelo ambiente marítimo.

As operações em ambientes marítimos exigem o emprego de capacidades conjuntas e do Exército em apoio mútuo. A sustentação, comunicação, proteção e mobilidade são desafios para as forças terrestres em ambientes marítimos e exigem um nível ainda maior de integração com a força conjunta. O componente terrestre pode, muitas vezes, assistir os componentes aéreo e marítimo, o que é uma mudança em relação ao que as forças do Exército estavam acostumadas nas últimas décadas. As operações marítimas dependem das forças terrestres para a proteção de bases, portos e gargalos marítimos. As forças terrestres apoiam as operações aéreas e marítimas com fogos superfície-superfície e superfície-ar, ao mesmo tempo em que permitem que a força conjunta retenha ou obtenha territórios e infraestrutura vitais.²⁴

Desdobramentos contestados

As forças do Exército devem esperar desafios impostos pelo inimigo desde o aquartelamento até suas zonas de concentração no exterior. Desde a Segunda Guerra Mundial, “as forças militares dos EUA realizaram desdobramentos não contestados e, muitas vezes, previsíveis dos aquartelamentos para os teatros de operações, porque nossos inimigos não tinham a capacidade de afetar significativamente as unidades desdobradas no aquartelamento ou durante o

trânsito para um teatro de operações. Esse não é mais o caso.”²⁵ O Anexo C do FM 3-0 descreve como planejamos lidar com inimigos com poder de combate equiparado capazes de observar, desorganizar, atrasar e atacar as forças estadunidenses em qualquer estágio da projeção de força, inclusive enquanto ainda estiverem posicionadas em seus aquartelamentos nos EUA e no exterior. “Os comandantes e os estados-maiores devem, portanto, planejar e executar os desdobramentos com a premissa de que as forças amigas estão sempre sob observação e em contato” — um imperativo das operações em múltiplos domínios.²⁶

Operações em múltiplos domínios no futuro

O FM 3-0 é um catalisador de mudanças em todo o Exército. A doutrina de operações em múltiplos domínios conduzirá à atualização de outras doutrinas do Exército e influenciará o projeto de forças futuras. A educação profissional militar deve levar em conta seus princípios, imperativos e abordagem do ambiente operacional. As operações em múltiplos domínios estimularão mudanças no adestramento coletivo nos aquartelamentos das unidades e nos centros de treinamento de combate. A interoperabilidade com aliados e parceiros é mais importante do que nunca e deve atender a exigências técnicas, humanas e procedimentais. Nosso foco deve estar em ser um bom aliado ou parceiro, não apenas em ter aliados e parceiros.

Assim como a doutrina de Combate Ar-Terra impulsionou um nível mais profundo de integração ar-terra pela força conjunta, as operações em múltiplos domínios impulsionarão o desenvolvimento contínuo de táticas, técnicas e procedimentos para integrar as capacidades marítimas, espaciais e cibernéticas em apoio às operações terrestres. Organizações como a força-tarefa de múltiplos domínios e o comando de fogos do teatro de operações são os primeiros passos. As unidades devem desenvolver e experimentar soluções para integrar novas capacidades às estruturas e processos atuais conjuntos e do Exército. A experimentação pode resultar em processos conjuntos e do Exército, novos ou adaptados, ou em ajustes em nossas organizações atuais. No entanto, quaisquer mudanças que fizermos como Exército e força conjunta devem estar fundamentadas no entendimento compartilhado de como combatemos. Esse entendimento compartilhado começa com nossa doutrina.

Esta versão de operações em múltiplos domínios não é o “fim da doutrina” e continuará a evoluir à medida que as forças do Exército aprenderem, treinarem e aperfeiçoarem as ideias do FM 3-0 para chegar ao conceito de Exército de 2030. As versões futuras das operações em múltiplos domínios continuarão a atualizar as principais ideias e a levar em conta as novas capacidades, fundamentadas na experiência da Força.

Patton usou a metáfora de uma orquestra e o papel de cada instrumento em seu discurso “Músicos de Marte” para descrever a abordagem de armas combinadas sobre como gostaria de lutar. Do outro lado do mundo e dois milênios antes, Sun Tzu identificou a vantagem das combinações em seus axiomas sobre música, cor e sabor:

Não há mais do que cinco notas musicais, mas as combinações dessas cinco dão origem a mais melodias do que se pode ouvir. Não há mais do que cinco cores primárias, mas combinadas elas produzem mais

matizes do que se pode enxergar.

Não há mais do que cinco sabores principais, mas a combinação deles resulta em mais sabores do que se pode degustar.²⁷

Sabemos que as observações desses ícones do pensamento militar não oferecem uma solução mágica para vencer guerras. Entretanto, sua repercussão ao longo do tempo sugere que a ideia de empregar combinações durante a guerra de forma a surpreender e subjugar as forças inimigas é mais do que uma tendência passageira. Na verdade, faz parte da própria composição de uma organização militar bem-sucedida. Os líderes que forem mestres em seu ofício, capazes de incorporar todas as capacidades disponíveis de formas que sejam surpreendentes e sobrepujantes para as forças inimigas, poderão transformar uma atualização modesta da doutrina em uma enorme vantagem proporcionada pelas forças do Exército à força conjunta. ■

Referências

Epígrafe. George S. Patton, apud Center for Army Lessons Learned (CALL) Publication 90-6, *The Musicians of Mars: A Story of Synchronization for the Company/Team Commander* (Fort Leavenworth, KS: CALL, June 1990), p. 4.

1. Huba Wass de Czege, “Lessons from the Past: Making the Army’s Doctrine ‘Right Enough’ Today”, Institute of Land Warfare Publication No. 06-2 (Arlington, VA: Association of the United States Army, September 2006), p. 15, acesso em 1 dez. 2022, <https://www.ausa.org/sites/default/files/LPE-06-2-Lessons-from-the-Past-Making-the-Armys-Doctrine-Right-Enough-Today.pdf>.

Este ensaio oferece um guia para o desenvolvimento de uma doutrina de operações bem-sucedida. Nele, Wass de Czege observou a importância de minimizar as mudanças doutrinárias para que a força consiga assimilá-la mais facilmente. Ele escreveu que “muitas das principais ideias do combate ar-terra precisam ser apenas recultivadas”.

2. Field Manual 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2022), p. 1-2.

3. *Ibid.*, p. 1-3.

4. Army Techniques Publication 7-100.3, *Chinese Tactics* (Washington, DC: U.S. GPO, 2021), p. 1-10.

5. FM 3-0, *Operations*, p. 1-3 a 1-4.

6. *Ibid.*, p. 1-18.

7. *Ibid.*, p. 1-21.

8. *Ibid.*, p. 2-1.

9. *Ibid.*, p. 2-3.

10. *Ibid.*, p. 2-6.

11. *Ibid.*, p. 2-7–2-12.

12. *Ibid.*, p. 1-14–1-16.

13. *Ibid.*, p. 3-2–3-7.

14. *Ibid.*, p. 3-8.

15. *Ibid.*, p. 3-10.

16. *Ibid.*, p. 3-10–3-13.

17. Army Doctrine Publication 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2010), p. 3-19.

18. FM 3-0, *Operations*, p. 1-3.

19. *Ibid.*, p. 3-23.

20. *Ibid.*

21. *Ibid.*, p. 3-27–3-31.

22. *Ibid.*, p. 6-10.

23. Para saber mais sobre o redirecionamento da política externa estadunidense para o Pacífico, veja Christopher H. Robertson, *The Obama Administration’s Pacific Pivot Strategy: An Assessment* (Fort Leavenworth, KS: Army School for Advanced Military Studies, 25 May 2017), acesso em 1 dez. 2022, <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1039909.pdf>.

24. FM 3-0, *Operations*, p. 7-1.

25. *Ibid.*, C-1.

26. *Ibid.*

27. Sun Tzu, apud Thomas R. Phillips, ed., *Roots of Strategy* (Harrisburg, PA: Stackpole Books, 1985), p. 28.



Carros de combate M1A2 Abrams distribuídos ao 1º Batalhão, 68º Regimento Blindado, 3ª Brigada de Combate Blindada, 4ª Divisão de Infantaria, disparam durante o exercício de tiro real Defender Europe 22, em Drawsko Pomorskie, na Polônia, em 27 de maio de 2022. O Defender Europe 22 é uma série de adestramentos multinacionais do Exército dos EUA-Europa e África, realizados na Europa Oriental. Os exercícios demonstram a capacidade das forças dos EUA para conduzir operações de combate terrestre em larga escala em vários teatros de operações em apoio à OTAN, comunicando a determinação dos EUA na região e dissuadindo adversários de agressões. (Foto: Cap Tobias Cukale, Exército dos EUA)

Reestruturar a arte operacional para a competição

Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA

A arte operacional é um conceito fundamental no planejamento militar contemporâneo dos Estados Unidos da América (EUA), mas há

deficiências na aplicação da doutrina da arte operacional em um ambiente com crescente competição interestatal. Essas deficiências demonstram a necessidade de

reestruturar a forma como a arte operacional possibilita a competição abaixo do limiar do conflito. A adoção da *comunicação, coerção, conciliação e cooperação* como mecanismos de competição atende a essa necessidade. As lições da Guerra da Coreia e suas consequências validam a necessidade desses mecanismos, com observações a partir de conflitos modernos que reforçam os ensinamentos. Os mecanismos de competição complementam as atuais estruturas doutrinárias, conferindo maior amplitude ao planejamento conceitual na arte operacional.

Arte operacional e competição na doutrina do Exército e em campanhas conjuntas integradas

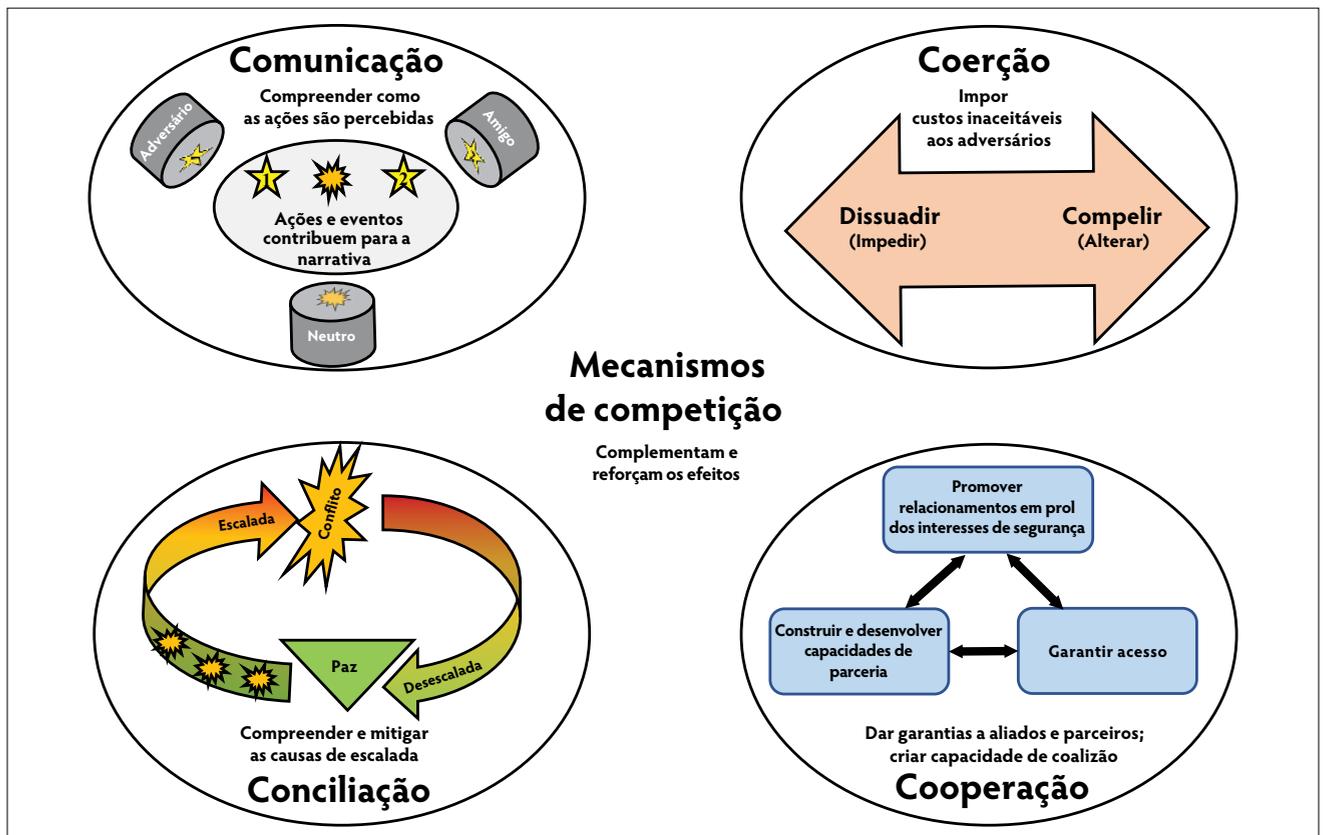
A *Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy, NSS)* de 2022 destaca mudanças na distribuição de poder no mundo, enfatizando a competição com a China e os desafios de outros atores estatais.¹ Em consequência, o Exército dos EUA atualizou a doutrina com o Manual de Campanha 3-0, *Operações (FM 3-0, Operations)*, definindo as “operações durante a competição abaixo do limiar do conflito armado.”² Embora o FM 3-0 ofereça uma descrição abrangente da contribuição do Exército aos objetivos estratégicos durante a competição, o debate sobre a arte operacional continua focado na aplicação de mecanismos de derrota durante o conflito.³ A doutrina conjunta inclui menção a mecanismos de competição, e o *Conceito Conjunto para Campanhas Integradas* fornece um conjunto de exemplos desses mecanismos para operações em todo o espectro da competição.⁴ No entanto, a doutrina conjunta não desenvolve uma estrutura conceitual para competição que destaque a necessidade de gerenciamento da escalada. A doutrina conjunta e a do Exército definem e descrevem as operações na competição interestatal, mas as estruturas conceituais correspondentes definidas na arte operacional precisam ser modificadas para apoiar essas operações.

A Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações (ADP 3-0, Operations)*, afirma que, para as forças do Exército, “A arte operacional é a busca de objetivos estratégicos, no todo ou em parte, por meio da organização de ações táticas no tempo, espaço e propósito.”⁵ A arte operacional é uma abordagem cognitiva que apoia o planejamento conceitual que, por sua vez, fundamenta o planejamento detalhado. O planejamento conceitual é essencial para compreender

a competição interestatal cada vez mais complexa observada pelo Exército e pela força conjunta.⁶ O FM 3-0 está alinhado com a definição de arte operacional da ADP 3-0 e descreve como os comandantes usam a arte operacional para desenvolver uma abordagem operacional, “a ideia principal que fundamenta o planejamento detalhado.”⁷ No entanto, sua análise da arte operacional concentra-se nos mecanismos de derrota durante o conflito. O FM 3-0 descreve as ações do comandante durante a competição como o estabelecimento de condições e a demonstração da capacidade de impor mecanismos de derrota a um adversário.⁸ O foco nos mecanismos de derrota na arte operacional prepara o leitor para uma mentalidade centrada no conflito. Assim como a discussão de Daniel Kahneman sobre associação mental, uma definição detalhada dos mecanismos de derrota sem debater os mecanismos de competição faz com que os planejadores associem a arte operacional mais ao conflito do que à competição.⁹ Essa associação é necessária quando a competição se transforma em conflito armado, mas limita a criatividade quando se aplica a arte operacional abaixo do limiar do conflito armado. Além disso, com o objetivo da NSS de evitar a escalada da competição para o conflito, a doutrina do Exército deveria considerar o gerenciamento da escalada e os mecanismos que o possibilitam.¹⁰

Contrastando com a doutrina do Exército, o *Conceito Conjunto para Campanhas Integradas* define uma estrutura conceitual para a competição e oferece uma variedade de exemplos de mecanismos de competição.¹¹ Porém, a estrutura

O Maj Steven Chase, do Exército dos EUA, é um engenheiro designado como oficial de operações do 588º Batalhão de Engenharia de Brigada, 3ª Brigada de Combate Blindada, 4ª Divisão de Infantaria. Entre suas funções mais recentes, serviu como planejador no Estado-Maior da 4ª Divisão de Infantaria, oficial de operações na Subchefia de Engenharia do Estado-Maior do Exército dos EUA-Europa e comandante da Companhia de Comando no 2º Batalhão, 8º Regimento de Cavalaria. É bacharel em Engenharia Mecânica pela University of South Carolina, mestre em Gerenciamento de Engenharia pela Missouri University of Science and Technology e mestre em Operações Militares pela U.S. Army School of Advanced Military Studies.



(Figura do autor)

Figura. Mecanismos de competição propostos

de competição de “contestar, contra-atacar e melhorar” alude de forma limitada à necessidade de gerenciamento da escalada entre potências dotadas de armas nucleares; o conceito para *Campanhas Integradas* menciona especificamente apenas a ameaça de armas nucleares da Coreia do Norte.¹² Embora *Campanhas Integradas* reconheça o risco de uma escalada não intencional durante a competição, sua estrutura e seus mecanismos de competição não incluem um elemento dedicado à desescalada.¹³ Essa omissão gera riscos quando forças militares são usadas em uma competição interestatal. Destaca a necessidade de desenvolver uma estrutura conceitual para a competição com mecanismos que reconheçam como as forças militares podem promover objetivos estratégicos abaixo do limiar do conflito armado com adversários dotados de armas nucleares.

A aplicação da teoria de dissuasão, compulsão e narrativa juntamente com a doutrina da Guerra da Coreia revela quatro mecanismos possíveis: comunicação, coerção, conciliação e cooperação. A figura apresenta

a estrutura proposta para esses mecanismos. Essa estrutura utiliza a coerção fundamental da força militar, seja de dissuasão ou compulsão, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de gerenciar a escalada por meio da conciliação e de criar uma vantagem relativa por meio da cooperação com aliados e parceiros.¹⁴ Embora a teoria da dissuasão geralmente englobe ações conciliatórias, comunicação aliada ao emprego da força e cooperação com aliados, essa estrutura específica cada uma delas para destacar sua importância durante a competição com adversários. A conciliação, geralmente na forma de garantias e concessões, ressalta a necessidade de gerenciamento da escalada para evitar conflitos.¹⁵ A cooperação descreve o valor dos aliados e parceiros na criação de uma vantagem relativa na competição multipolar. O quarto mecanismo — comunicação — reconhece como as ações e decisões moldam as percepções dos rivais no ambiente operacional.¹⁶ Em conjunto, esses mecanismos proporcionam uma estrutura conceitual para a aplicação da força militar na competição,

ao mesmo tempo que levam em conta a necessidade de gerenciar a escalada e formar coalizões. As seções a seguir definem de forma detalhada cada mecanismo e, em seguida, descrevem como se complementam.

Comunicação

O mecanismo de comunicação concentra-se em como as ações táticas, operacionais e estratégicas compõem uma narrativa. A invasão da Coreia em 1950 sugere a importância desse mecanismo. As ações e decisões formam a narrativa que molda a percepção das partes amigas, neutras e adversárias.¹⁷ Essa percepção é um componente vital do espectro competição-conflito.¹⁸ Para que uma narrativa transmita a intenção estratégica, as mensagens devem se repetir em cada ação e evento, devem comunicar um tema coeso.¹⁹ As ações em torno das hostilidades iniciais da Guerra da Coreia revelaram a não comunicação de uma narrativa dissuasória para a Coreia do Norte e seu patrono, a União Soviética.

O período que antecedeu a invasão norte-coreana em junho de 1950 demonstrou que a narrativa dos EUA era de indiferença. A retirada das tropas de combate estadunidenses da Coreia em 1949 evidenciou o declínio da determinação dos EUA.²⁰ A declaração do Secretário de Estado Dean Acheson, que excluiu a Coreia do Sul do perímetro de defesa dos EUA, foi uma mensagem estratégica que contribuiu para a mesma narrativa.²¹ A decisão de Joseph Stalin de apoiar a invasão pela Coreia do Norte se baseou, em parte, nesses sinais dos EUA.²² A ausência de forças em posições avançadas na Coreia, aliada a mensagens estratégicas, transmitiu uma narrativa que incentivou a agressão em vez de dissuadi-la. Pouco depois da invasão pela Coreia do Norte, a intervenção estadunidense reverteu essa percepção e contribuiu significativamente para a defesa da Coreia do Sul.²³ Entretanto, o conceito de operações em múltiplos domínios (*multi-domain operations*, MDO) do Exército prevê que os conflitos futuros não permitirão uma reversão semelhante do compromisso.

O conceito de MDO do Exército dos EUA prevê que, no futuro, os adversários tentarão consolidar os ganhos e desescalar antes da chegada das forças expedicionárias estadunidenses.²⁴ Os conflitos rápidos e limitados, como a invasão russa na Geórgia em 2008 e na Crimeia em 2014, corroboram essa previsão. Embora a invasão russa na Ucrânia em 2022 esteja

sendo mais prolongada do que os conflitos anteriores, as suposições subjacentes dos líderes estratégicos russos pareceram semelhantes às de 2008 e 2014.²⁵ As MDO e as tendências contemporâneas reforçam as lições da Guerra da Coreia de que uma narrativa coesa é essencial para comunicar determinação na competição. No entanto, a comunicação de uma narrativa não é a única consideração; a competição também exige a imposição de custos por meio da coerção.

Coerção

A competição exige uma ameaça crível contra as ações do adversário.²⁶ A coerção é o mecanismo para enfrentar essa ameaça, e a tomada de decisão da Coreia do Norte antes da invasão em 1950 sugere a necessidade da imposição de custos inaceitáveis na competição. A coerção consiste em uma escala móvel entre dois tipos de ações.²⁷ A primeira é a dissuasão, ou seja, dissuadir da agressão.²⁸ A segunda é a compulsão, ou seja, forçar um adversário a agir contra sua vontade.²⁹ Em cada emprego de força militar, a avaliação do adversário sobre a credibilidade da ameaça é importante.³⁰ As forças eficazes para coagir um rival podem não funcionar contra outro, apesar das percepções errôneas comuns de que certos tipos de recursos militares têm valor coercitivo universal.³¹ A composição do Exército sul-coreano até junho de 1950 demonstrou como a avaliação do adversário a respeito dessas forças incentivou a escalada, contrariando a percepção dos EUA sobre a região.

A tomada de decisão norte-coreana em meados de 1950 considerou o poder aéreo dos EUA, mas continuou com o planejamento da invasão focado nas capacidades da força terrestre.³² As decisões estadunidenses sobre políticas limitaram a presença militar dos EUA na Coreia, com base em suposições sobre o valor dissuasório das forças navais e aéreas, além de falsas suposições sobre a credibilidade das forças sul-coreanas.³³ Apesar das opiniões dos formuladores de políticas estadunidenses sobre a situação de segurança, Kim Il-Sung baseou seus critérios de invasão na superioridade em relação à força terrestre posicionada diretamente do outro lado da fronteira.³⁴ A lição extraída da invasão de 1950 não é que a política dos EUA estava errada, mas que as suposições estadunidenses ignoraram a percepção da Coreia do Norte sobre os possíveis custos impostos pelo Exército da

Coreia do Sul.³⁵ As decisões de Kim Il-Sung destacam o fato de que a coerção é um componente essencial da competição, uma noção ecoada nas MDO.

O conceito de MDO do Exército busca gerar credibilidade pela expansão de sua rede de aliados e parceiros, além de desenvolver e demonstrar capacidades.³⁶ O valor da capacidade demonstrada foi evidenciado na Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh (Alto Carabaque). A extensa modernização militar do Azerbaijão desequilibrou o poder a seu favor, enquanto a capacidade militar atrofiada da Armênia apresentava baixos custos para uma invasão.³⁷ As MDO e a Guerra de Nagorno-Karabakh destacam uma lição duradoura da Guerra da Coreia: a coerção é um complemento necessário à abordagem cognitiva da arte operacional na competição.

Cooperação

O terceiro mecanismo de competição é a cooperação. A NSS reconhece a cooperação com aliados e parceiros como a vantagem mais importante dos EUA em uma era de competição estratégica.³⁸ Esse mecanismo expressa a necessidade de apoiar os não antagonistas e, ao mesmo tempo, coagir os adversários.³⁹ A Seção 301 do Título 10 do Código dos EUA define três propósitos da cooperação em assuntos de segurança: “criar e desenvolver capacidades de segurança de forças aliadas e amigas [...], fornecer acesso às forças armadas [...] e firmar relações que promovam interesses específicos de segurança dos EUA.”⁴⁰ A doutrina do Exército dos EUA ecoa, no FM 3-0, a importância da cooperação em assuntos de segurança durante a competição.⁴¹ Embora as demonstrações, a mostra de força ou outras ações com forças militares possam não ter um efeito coercitivo, podem, contudo, assegurar aliados ou garantir de outra forma o acesso em uma região. A resposta dos EUA após a apreensão do USS *Pueblo* pela Coreia do Norte em 1968 foi um exemplo disso e da importância da cooperação, mesmo que não tenha tido um efeito de compulsão sobre a Coreia do Norte.

Em 23 de janeiro de 1968, as forças norte-coreanas apreenderam o navio de coleta de inteligência USS *Pueblo* em águas internacionais, juntamente com seus 83 tripulantes.⁴² Um ataque norte-coreano realizado alguns dias antes à Casa Azul, residência do Presidente da Coreia do Sul, agravou a situação e criou tensão

entre os EUA e a Coreia do Sul.⁴³ Os líderes militares e civis sul-coreanos sinalizaram a intenção de retirar suas forças do Vietnã e, possivelmente, “dirigir-se ao norte”, escalando o conflito com a Coreia do Norte.⁴⁴ Para garantir à Coreia do Sul o compromisso estadunidense com a aliança, apesar da limitação das forças disponíveis devido ao conflito no Vietnã, a Operação Formation Star executou uma demonstração de força das forças navais na região.⁴⁵ A operação não compeliu as forças norte-coreanas a libertar os prisioneiros do USS *Pueblo*, o que foi resolvido posteriormente por meio de negociações. No entanto, isso transmitiu segurança aos sul-coreanos e evitou uma escalada na península.⁴⁶ O incidente ressaltou que, durante a competição, as ações de cooperação que promovem relações com aliados sem que tenham necessariamente um efeito significativo sobre os adversários ainda são um emprego necessário da força militar. Um exemplo moderno da importância da cooperação durante a competição é o aproveitamento pela Ucrânia das ações de cooperação em resposta à invasão russa em 2022.

Nos primeiros dias da invasão russa na Ucrânia em 2022, as forças ucranianas usaram munição e armas armazenadas para retardar o avanço russo.⁴⁷ No entanto, à medida que o conflito prosseguia, o apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com armas e munições reforçou a insuficiência de seus estoques nacionais, e as nações ocidentais se tornaram sua “profundidade estratégica.”⁴⁸ As atividades de cooperação em assuntos de segurança geraram a capacidade industrial para manter operações em larga escala na Ucrânia e aumentaram sua resistência operacional e estratégica.⁴⁹ Embora não tenham entrado em conflito direto com as forças russas, os países da OTAN continuaram a competir com a Rússia por meio da cooperação em assuntos de segurança com a Ucrânia. Essa cooperação demonstra a importância das coalizões na competição e no conflito, mas a conciliação também é necessária para gerenciar a escalada.

Conciliação

O último mecanismo de competição é a conciliação. Consiste na necessidade de reconhecer as causas do conflito e abordá-las, como demonstrado na intervenção chinesa na Guerra da Coreia. Lawrence Freedman reconheceu que “remover as causas do conflito e da discordância” é um mecanismo eficaz

para gerenciar a escalada.⁵⁰ A ameaça de emprego de força não é o único mecanismo na competição; às vezes, as garantias são mais eficazes ou necessárias para reduzir as tensões com um possível agressor.⁵¹ O exame das ações dos EUA que levaram à intervenção chinesa na Guerra da Coreia oferece *insights* sobre esse mecanismo.

Após o sucesso impressionante do desembarque em Incheon, em setembro de 1950, os líderes estratégicos das forças da Organização das Nações Unidas (ONU) deliberaram sobre a continuação da contraofensiva ao norte do paralelo 38 na Coreia.⁵² No entanto, essas deliberações ignoraram as crescentes tensões regionais e os sinais da China.⁵³ Nesse caso, a conciliação não consistia em conceder a vitória aos norte-coreanos, mas em reconhecer que a visão da China sobre as ações estadunidenses assemelhava-se a um cerco.⁵⁴ Por fim, as forças da ONU continuaram as manobras ao norte de Pyongyang e provocaram a intervenção chinesa em outubro de 1950, expandindo a guerra.⁵⁵ Da intervenção da China extrai-se a lição de que a arte operacional deve reconhecer as causas do conflito, principalmente as tensões tangenciais capazes de transformar a competição regional em conflito. O declínio temporário das hostilidades no início de outubro de 1950 expressou o conflito coreano como uma crise local, mascarando a competição regional mais ampla com a China. Considerações semelhantes são evidentes nas MDO, onde “evitar a escalada global e estratégica” é um componente do problema militar.⁵⁶

A guerra civil síria personifica as preocupações sobre as MDO do Exército relativamente à escalada. Apesar dos apelos pela mudança de regime, a intervenção estadunidense se concentrou em operações contra o Estado Islâmico e excluiu o uso da força para retirar do poder o Presidente Bashar al-Assad.⁵⁷ A competição mais ampla entre os atores externos exigiu um certo grau de conciliação para evitar uma escalada regional, especialmente com a Rússia.⁵⁸ A expansão das opções, mesmo para um adversário, pode maximizar os *win-sets* [conjuntos de acordos com maiores probabilidades de aceitação] para todas as partes e evitar uma guerra mais ampla.⁵⁹ As MDO do Exército e a guerra civil síria reforçam a lição da Guerra da Coreia de que a conciliação é um complemento necessário à abordagem cognitiva da arte operacional.

Combinação dos mecanismos de competição

Assim como os mecanismos de derrota ou estabilização, os mecanismos de competição funcionam melhor em combinação, reforçando os efeitos rumo às condições futuras desejadas. Na Coreia, a Operação Paul Bunyan, em 1976, demonstrou como as forças dos EUA gerenciaram uma crise sem escalar para uma guerra mais ampla. Isso destaca o uso deliberado de todos os quatro mecanismos de competição pelo emprego da força militar.

Após o armistício de 1953 entre a Coreia do Norte e as forças da ONU, a zona desmilitarizada ao longo do paralelo 38 foi um foco de hostilidade transfronteiriça entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.⁶⁰ Uma dessas escaladas ocorreu em agosto de 1976, quando um desentendimento sobre a poda de uma árvore de grande porte perto de Panmunjom, na Área de Segurança Conjunta (*Joint Security Area, JSA*), terminou com o ataque de soldados norte-coreanos (Exército Popular da Coreia, EPC) ao grupo de trabalho dos EUA e da Coreia do Sul e com a morte de dois oficiais estadunidenses.⁶¹ Embora os formuladores de políticas dos EUA não soubessem se o ataque do EPC foi uma escalada deliberada ou uma briga no calor do momento, as tensões na península estavam elevadas após o Team Spirit 76 e outros exercícios liderados pelos EUA, que contaram com caças-bombardeiros com capacidade nuclear.⁶² Os EUA responderam com a Operação Paul Bunyan, uma demonstração de força em larga escala, juntamente com forças terrestres que cortaram a árvore em Panmunjom; a operação não executou represálias militares contra militares ou instalações do EPC, devido à preocupação com a escalada para uma guerra geral.⁶³ A resposta de Kim Il-Sung à demonstração de força foi notavelmente isenta de retórica. As concessões posteriores da Coreia do Norte às operações da JSA sugeriram que a operação alcançou o efeito pretendido sem se transformar em uma guerra geral.⁶⁴

Altos funcionários do Departamento de Defesa dos EUA reconheceram a necessidade de retaliar e demonstrar determinação contra a agressão norte-coreana, exercer o comedimento e evitar a escalada para um conflito em larga escala.⁶⁵ A operação seguinte demonstrou como a combinação dos mecanismos de competição propostos resultou em condições favoráveis para os

EUA, sem escalada no contexto mais amplo da Guerra Fria. Enquanto isso, os comandantes nos escalões reconheceram a necessidade de avaliar continuamente a situação e reformular sua abordagem.⁶⁶

A Operação Paul Bunyan demonstrou uma comunicação estratégica eficaz e uma narrativa coesa por meio de ações táticas durante a operação. Antes da intervenção chinesa em 1950, os EUA dependiam de intermediários para a comunicação diplomática, o que aumentava a probabilidade de erros de interpretação observados nos exemplos anteriores.⁶⁷ Em 1976, os EUA tinham canais de comunicação diplomáticos e militares com as forças norte-coreanas e canais diplomáticos com a China.⁶⁸ Como resultado, houve um aumento significativo na comunicação entre elementos adversários. Sob a perspectiva da narrativa, as ações táticas transmitiram mensagens que reforçaram a seriedade da comunicação estratégica. A demonstração de força dos EUA durante a Operação Paul Bunyan foi de múltiplos domínios, executada rapidamente e mostrou-se monumental em comparação com as operações de fronteira anteriores pós-armistício.⁶⁹ Havia tropas terrestres com uma reserva visível, uma notável presença de poder aéreo em bombardeiros e caças estratégicos, além de uma força-tarefa de navio-aeródromo. Todos esses elementos transmitiram uma narrativa de determinação à Coreia do Norte.⁷⁰ Ao mesmo tempo, a ausência de ataques militares contra as forças do EPC transmitiu uma mensagem de comedimento. O imediatismo das ações e seu escopo reforçaram a eficácia da coerção militar e, ao mesmo tempo, comunicaram elementos conciliatórios para evitar uma escalada não intencional.

Embora não fossem específicas da Operação Paul Bunyan, as ações dos EUA antes e durante a operação reforçaram a capacidade coercitiva das forças militares na península. Em contraste com os primeiros dias da invasão da Coreia do Norte em 1950, a Coreia do Sul dispunha de carros de combate modernos, e muitos soldados haviam participado de combates no Vietnã.⁷¹ Seu exército era uma força terrestre capaz, que representava um elemento dissuasório crível contra a escalada norte-coreana. Além das forças então presentes na península, a Operação Paul Bunyan trouxe uma força de múltiplos domínios que demonstrou uma ameaça significativa e serviu para compelir a Coreia do Norte a fazer concessões na JSA.⁷² A

diferença singular entre a Operação Paul Bunyan e as condições anteriores a 1950 foi o aumento gradual das forças sul-coreanas e a presença contínua dos EUA com forças terrestres modernas e capazes.

A cooperação também desempenhou um papel importante na definição das condições para o sucesso das forças sul-coreanas e estadunidenses durante a Operação Paul Bunyan. As forças militares sul-coreanas em 1976 contrastavam fortemente com as de 1950, com um aumento significativo da capacidade militar, em grande parte devido à cooperação em assuntos de segurança dos EUA. O acesso às forças estadunidenses possibilitou a resposta rápida da Operação Paul Bunyan, e o aumento gradual das forças sul-coreanas aumentou a credibilidade das forças na Zona Desmilitarizada Coreana e seu subsequente valor dissuasório. Cada um desses elementos foi crucial na resposta imediata durante o incidente e na manutenção de uma dissuasão crível durante outros períodos de escalada com a Coreia do Norte. No entanto, embora medidas coercitivas e uma dissuasão crível tenham possibilitado o sucesso da Operação Paul Bunyan, houve medidas conciliatórias que limitaram a escalada da resposta dos EUA.

A Operação Paul Bunyan demonstrou conciliação estratégica e operacional. A *détente* dos EUA com a Rússia e a reaproximação com a China no início da década de 1970 conciliaram as maiores potências no nível estratégico.⁷³ Também pressionaram a Coreia do Norte e a Coreia do Sul a negociar um acordo.⁷⁴ O ambiente estratégico de 1950 apresentou um forte contraste com o de 1976. Os esforços dos EUA no cenário diplomático reduziram significativamente a probabilidade de intervenção chinesa ou russa em resposta à Operação Paul Bunyan. Do ponto de vista operacional, o planejamento considerou as “linhas vermelhas” que poderiam ter forçado uma escalada por parte da Coreia do Norte. A operação dos EUA limitou o compromisso militar a uma demonstração de força em vez de ataques a alvos do EPC.⁷⁵ Considerou-se especificamente como realizar operações coercitivas e, ao mesmo tempo, incluir elementos conciliatórios.

A Operação Paul Bunyan demonstrou como uma abordagem bem-sucedida combina mecanismos de competição. Ao mesmo tempo, os exemplos anteriores destacaram como a dependência excessiva de qualquer capacidade singular ignora as características complexas das relações interestatais observadas nas atuais

diretrizes de segurança nacional dos EUA.⁷⁶ Essa operação combinou diversos elementos dissuasórios tradicionais, como aeronaves com armas nucleares, forças terrestres críveis e presença naval significativa em uma abordagem operacional que utilizou uma estrutura de competição. O efeito cumulativo serviu para comunicar determinação, compelir um adversário e gerenciar a escalada para evitar uma guerra mais ampla.

Conclusão

A comparação da atual abordagem cognitiva da arte operacional com as exigências da NSS, dos conceitos conjuntos e da doutrina do Exército demonstra uma lacuna conceitual. Para preencher essa lacuna, é necessária uma estrutura conceitual na doutrina para mecanismos de competição como comunicação, coerção, conciliação e cooperação. A análise do envolvimento dos EUA na história do conflito entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul demonstra a validade desses mecanismos. Além disso, a Operação Paul Bunyan de 1976 apresenta o potencial de sucesso da combinação de mecanismos de competição em uma abordagem operacional. No todo, esses mecanismos ajustam a abordagem cognitiva do Exército e da força conjunta à arte operacional, permitindo uma disposição mais eficaz das ações táticas para atingir os objetivos estratégicos.

A implicação para a força futura não é que os mecanismos de competição criem outra lista de verificação no planejamento. Em vez disso, os mecanismos preparam os planejadores para pensar fora do espaço de conflito e oferecem uma estrutura coesa para utilizar as forças militares na competição.⁷⁷ Deixar de moldar o ambiente de competição tem implicações profundas durante crises e conflitos, como demonstrado pela agressão russa à Geórgia, em 2008, e à Ucrânia, em 2014.⁷⁸ Como alternativa, a aplicação bem-sucedida de mecanismos de competição pode impedir as ações de um agressor, como a maior profundidade estratégica da Ucrânia contra a invasão russa em 2022. Além disso, como aprenderam os EUA após a intervenção chinesa na Coreia, o conflito com um ator pode aumentar a competição com outro. Um ato de equilíbrio semelhante entre os interesses das grandes potências ficou evidente na guerra civil síria. A Operação Paul Bunyan em 1976 demonstrou que a aplicação complementar de mecanismos de competição pode alcançar objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, limitar a escalada, empregando, de forma eficaz, as forças militares abaixo do limiar da guerra. Em cada caso, as ações na competição exigem uma consideração deliberada ao aplicar a arte operacional. ■

Referências

1. The White House, *National Security Strategy* (Washington, DC: The White House, October 2022), p. 8-9, acesso em 4 dez. 2022, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>.
2. Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2022), p. 4-1.
3. *Ibid.*, p. 3-18 a 3-21.
4. Joint Chiefs of Staff, *Joint Concept for Integrated Campaigning* (Washington, DC: U.S. GPO, 2018), acesso em 25 nov. 2022, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Dctrine/concepts/joint_concept_integrated_campaign.pdf?ver=2018-03-28-102833-257.
5. Army Doctrine Publication (ADP) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2019), p. 2-1.
6. U.S. Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet (TP) 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 2018), p. vi, viii.
7. FM 3-0, *Operations*, p. 3-18.
8. *Ibid.*, p. 3-19.
9. ADP 3-0, *Operations*, p. 2-4, 2-5; Daniel Kahneman, *Thinking, Fast and Slow* (New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011), p. 52-54.
10. The White House, *National Security Strategy*, p. 9.
11. Joint Chiefs of Staff, *Joint Concept for Integrated Campaigning*, p. v-vi, 14-22.
12. *Ibid.*, p. 3, 9, 14-16.
13. *Ibid.*, p. 9, 15-16, 21, 31.
14. Thomas Schelling, *Arms and Influence* (London: Yale University Press, 2008), p. 32-34; Michael J. Mazarr, *Understanding Deterrence* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018), p. 11, acesso em 25 nov. 2022, <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html>. Schelling reconhece a "diplomacia da violência" e o valor coercitivo da força militar abaixo do limiar do conflito armado. Mazarr descreve como as garantias são um componente necessário da dissuasão, além do reconhecimento clássico das ameaças.
15. Mazarr, *Understanding Deterrence*, p. 4-5.
16. Schelling, *Arms and Influence*, p. 35; Mazarr, *Understanding Deterrence*, p. 11.
17. FM 3-13, *Information Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2016), p. 1-1, 1-2; H. Porter Abbot, *The Cambridge*

Introduction to Narrative (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), p. 13. O FM 3-13 descreve como as ações nos domínios físicos, por si sós, podem transmitir uma mensagem no domínio cognitivo. Abbot define narrativa como "a representação de um evento ou uma série de eventos". Cada um deles apoia a noção de que as ações realizadas nos domínios físicos contribuem para temas maiores em uma narrativa, complementados com informações por meio de outras mensagens.

18. Michael J. Mazarr et al., *Understanding the Emerging Era of International Competition: Theoretical and Historical Perspectives* (Washington, DC: RAND Corporation, 2018), p. 3; Brian L. Steed, "Narrative in Culture, Center of Gravity, and the Golden Azimuth", in *Great Power Competition: The Changing Landscape of Global Geopolitics*, ed. Mahir J. Ibrahimov (Fort Leavenworth, KS: U.S. Army Command and General Staff College Press, 2020), p. 231; Melanie W. Sisson, James A. Siebens, and Barry M. Blechman, eds., "Coercion in a Competitive World", in *Military Coercion and US Foreign Policy: The Use of Force Short of War* (New York: Routledge, 2020), p. 10.

19. Abbot, *Cambridge Introduction to Narrative*, p. 13, 95. Abbot descreve as narrativas como a "representação de um evento ou uma série de eventos", em que a interpretação de uma narrativa se baseia na repetição de temas abstratos e motivos concretos. Como os sinais de intenção são uma forma de narrativa, a repetição deliberada de temas é uma maneira de reforçar essa intenção e reduzir a probabilidade de má interpretação.

20. Allan Millett, *The War for Korea, 1950–1951: They Came from the North* (Lawrence: University Press of Kansas, 2010), p. 12, 22-24.

21. Don Oberdorfer, *The Two Koreas: A Contemporary History* (New York: Basic Books, 2001), p. 9.

22. Millett, *War for Korea*, p. 35-37, 45-50.

23. *Ibid.*, p. 86.

24. James McConville, *Army Multi-Domain Transformation: Ready to Win in Competition and Conflict*, Chief of Staff Paper #1 (Arlington, VA: Headquarters, Department of the Army, 16 March 2021), p. 1, acesso em 17 jun. 2021, <https://api.army.mil/e2/c/downloads/2021/03/23/eaac3d01/20210319-csa-paper-1-signed-print-version.pdf>; *Army Multi-Domain Transformation*, p. 5; TP 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028*, p. 7, 9, 11.

25. Mykhaylo Zabrodskyi et al., *Preliminary Lessons in Conventional Warfighting from Russia's Invasion of Ukraine: February-July 2022* (London: Royal United Services Institute, 2022), p. 8, acesso em 4 dez. 2022, <https://rusi.org/explore-our-research/publications/special-resources/preliminary-lessons-conventional-warfighting-russias-invasion-ukraine-february-july-2022>.

26. McConville, *Army Multi-Domain Transformation*, p. 17-18.

27. Lawrence Freedman, *Deterrence* (Cambridge, UK: Polity Press, 2004), p. 111.

28. Mazarr, *Understanding Deterrence*, p. 11.

29. Freedman, *Deterrence*, p. 110; ADP 3-0, *Operations*, 2-5; JP 5-0, *Joint Planning*, p. IV-42. Tanto a ADP 3-0 quanto a JP 5-0 identificam "compelir" como um mecanismo de estabilização, mas tem ainda utilidade como um componente de coerção. A análise de Freedman da teoria da dissuasão reconhece que a coerção inclui medidas para evitar ou mudar o comportamento de um ator.

30. Freedman, *Deterrence*, p. 110-11.

31. Bryan Frederick et al., *Understanding the Deterrent Impact of U.S. Overseas Forces* (Santa Monica, CA: RAND

Corporation, 2020), p. xiii, xiv, xv, acesso em 25 nov. 2022, https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2533.html; Jacob Aronson et al., "Making Use of History", in Sisson, Siebens e Blechman, *Military Coercion and US Foreign Policy*, p. 42-56.

32. Millett, *The War for Korea*, p. 12, 46, 49-51.

33. *Ibid.*, p. 75, 84.

34. *Ibid.*, p. 35-37, 45-50, 75.

35. *Ibid.*, p. 51-52, 75.

36. McConville, *Army Multi-Domain Transformation*, p. 15-19.

37. Gubad Ibadoglu, "Why Azerbaijan Won", Institute for War & Peace Reporting, 17 November 2020, acesso em 25 nov. 2022, <https://iwpr.net/global-voices/why-azerbaijan-won>; Andrius Bivainis, "Maneuver, Modernization, and the Second Nagorno-Karabakh War", Air Land Sea Application Center, 1 April 2022, acesso em 28 jan. 2023, <https://www.alsa.mil/News/Article/2984680/maneuver-modernization-and-the-second-nagorno-karabakh-war/>.

38. White House, *National Security Strategy*, p. 11.

39. Barry Blechman e Stephen Kaplan, *Force Without War: U.S. Armed Forces as a Political Instrument* (Washington, DC: Brookings Institution, 1978), p. 71-72.

40. 10 U.S.C. § 301 (2022).

41. FM 3-0, *Operations*, p. 4-10 a 4-12.

42. Samuel Cox, "H-014-1: The Seizure of USS *Pueblo* (AGER-2) 23 January 1968", Naval History and Heritage Command, acesso em 21 jan. 2023, <https://www.history.navy.mil/about-us/leadership/director/directors-corner/h-grams/h-gram-014/h-014-1.html>.

43. Daniel Bolger, *Scenes from an Unfinished War: Low-Intensity Conflict in Korea, 1966–1969*, Leavenworth Papers No. 19 (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute, 1991), p. 69.

44. *Ibid.*, p. 69-70.

45. *Ibid.*, p. 69-72.

46. *Ibid.*, p. 73-75.

47. Zabrodskyi et al., *Preliminary Lessons in Conventional Warfighting*, p. 55-57.

48. *Ibid.*

49. *Ibid.*, p. 1-2, 55-57.

50. Freedman, *Deterrence*, p. 57.

51. Mazarr, *Understanding Deterrence*, p. 11.

52. Millett, *War for Korea*, p. 274-80.

53. Henry Kissinger, *On China* (New York: Penguin Books, 2011), p. 137-43.

54. *Ibid.*, p. 134.

55. *Ibid.*, p. 143-45.

56. McConville, *Army Multi-Domain Transformation*, p. 4.

57. Alexander Pearson e Lewis Sanders IV, "Syria Conflict: What Do the US, Russia, Turkey and Iran Want?", Deutsche Welle, 23 January 2019, acesso em 25 nov. 2022, <https://www.dw.com/en/syria-conflict-what-do-the-us-russia-turkey-and-iran-want/a-41211604>; Jeffrey Feltman e Hrair Balian, "The United States Needs a New Syria Policy", *Order from Chaos* (blog), Brookings Institution, 29 January 2021, acesso em 25 nov. 2022, <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/01/29/the-united-states-needs-a-new-syria-policy/>; Alex Bollfrass, "Syria: Stumbling into Stalemate", in Sisson, Siebens e Blechman, *Military Coercion and US Foreign Policy*, p. 60-61.

58. Pearson e Sanders, "Syria Conflict"; Bollfrass, "Syria: Stumbling into Stalemate", p. 60-61.

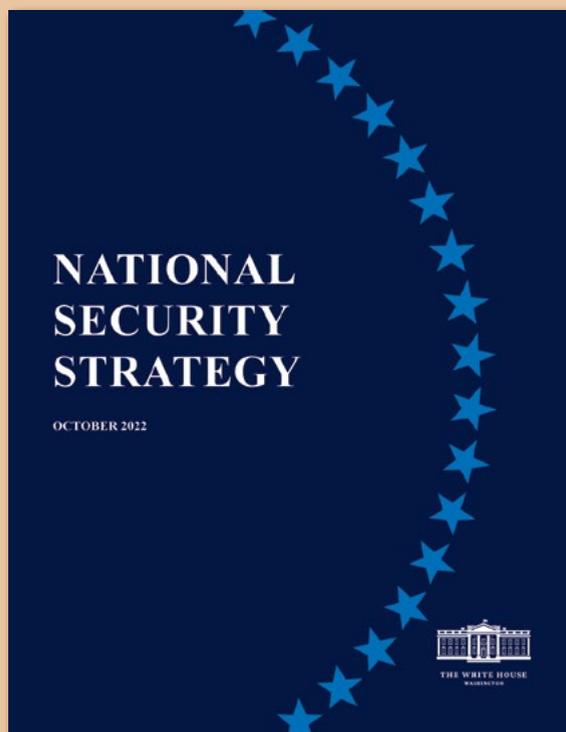
59. Everett Carl Dolman, *Pure Strategy: Power and Principle in the*

Space and Information Age (New York: Routledge, 2005), p. 128.

60. Oberdorfer, *Two Koreas*, p. 10-11.
61. Ibid., p. 74.
62. Ibid., p. 76-77.
63. Ibid., p. 77-79.
64. Ibid., p. 82-83.
65. Ibid., p. 76-79.
66. Youngwon Cho, "Method to the Madness of Chairman Kim: The Instrumental Rationality of North Korea's Pursuit of Nuclear Weapons", *International Journal* 69, no. 1 (March 2014): p. 6-7, <https://doi.org/10.1177/0020702013518489>.
67. Sydney D. Bailey, *The Korean Armistice* (New York: St. Martin's Press, 1992), p. 191.
68. Oberdorfer, *Two Koreas*, p. 77, 82.
69. John K. C. Oh, "South Korea 1976: The Continuing

Uncertainties", *Asian Survey* 17, no. 1 (January 1977): p. 74-75, <https://doi.org/10.2307/2643442>.

70. Oberdorfer, *Two Koreas*, p. 80-81.
71. Oh, "South Korea 1976", p. 75.
72. Oberdorfer, *Two Koreas*, p. 81. Oficiais estadunidenses que monitoram as comunicações da linha de frente norte-coreana relataram que a demonstração de força assustou as forças da KPA e "deixou todos [...] estupefatos".
73. Adrian Buzo, *The Making of Modern Korea* (London: Routledge, 2017), p. 157-58.
74. Ibid.
75. Oberdorfer, *Two Koreas*, p. 78-79.
76. White House, *National Security Strategy*, p. 7-10.
77. Kahneman, *Thinking, Fast and Slow*, p. 55-58.
78. McConville, *Army Multi-Domain Transformation*, p. 1-2.



A Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy*, NSS) é um relatório exigido pela Seção 603 da Lei Goldwater-Nichols de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986 (Pub. L. 99-433). A NSS tem sido emitida anualmente desde 1987, mas frequentemente os relatórios não chegam ou chegam com atraso. A NSS deve ser enviada pelo Presidente ao Congresso a fim de comunicar a visão de segurança nacional do Poder Executivo ao Poder Legislativo. A NSS possibilita um debate sobre os usos propostos de todas as facetas do poder dos EUA necessárias para atingir os objetivos de segurança da nação. O relatório deve incluir obrigatoriamente uma análise dos interesses, compromissos, objetivos e políticas internacionais dos EUA, juntamente com as capacidades de defesa necessárias para dissuadir ameaças e implementar os planos de segurança do país.

Para ler o relatório, acesse <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>.

O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África

Uma dinâmica modificada e desafiadora

Christopher Spearin, Ph.D.

Análises anteriores apontam para os desafios enfrentados pelos Estados Unidos da América (EUA) no âmbito da assistência às forças de segurança (*security force assistance*, SFA).¹ Conforme expresso na doutrina conjunta, “As atividades de SFA são, com frequência, usadas para moldar o ambiente operacional ou auxiliar uma nação parceira na defesa contra ameaças internas e transnacionais à segurança ou estabilidade [...]. As atividades de SFA podem ser usadas para ajudar uma nação parceira a se defender contra ameaças externas ou contribuir em operações multinacionais e ajudar a desenvolver ou reformar as forças de segurança ou instituições de apoio de outro país.”² Sem dúvida, os EUA são, de longe, o maior prestador mundial de SFA, seja em termos da gama de atividades realizadas, do número de países envolvidos ou dos valores gastos. No entanto, os esforços de SFA dos EUA são, frequentemente, afetados por dúvidas, limitações (às vezes, não reconhecidas) e mínima eficácia. De acordo com um estudo, “é fácil subestimar os custos e riscos reais da SFA, e seus benefícios militares são, muitas vezes, supervalorizados.”³

Este artigo examina como os desafios de SFA dos EUA na África estão agora amplificados pelo Grupo Wagner da Rússia, o ator armado não estatal cada vez mais favorecido pelo Kremlin. Conforme um relatório de 2018 da empresa RAND, a SFA é a forma predominante de envolvimento dos EUA na África.⁴ Portanto, melhorar a SFA dos EUA é importante e não é um feito pequeno por si só, considerando os múltiplos objetivos de redução de conflitos, combate ao terrorismo e promoção da democracia e de relações civis-militares responsáveis no continente. Com o Grupo Wagner e atores relacionados na África, atualmente não há apenas uma alternativa para a assistência; há também um provedor concorrente que age de forma muito diferente em termos de meios e fins, ao mesmo tempo que fortalece a Rússia. A presença crescente do Grupo Wagner no continente ressalta a urgência de uma resposta estadunidense de longo prazo voltada para a parceria.

Embora o Grupo Wagner opere em muitos países africanos, as evidências deste estudo são extraídas predominantemente de dois casos: República



Integrante da Companhia D, 1ª Batalhão, 102º Regimento de Infantaria (Montanha), Força-Tarefa Iron Gray, Força-Tarefa Conjunta Combinada—Horn of Africa, auxilia os integrantes da Brigada de Assistência às Forças de Segurança (*security force assistance brigade*, SFAB) e soldados do *Bataillon d'Intervention Rapide* das Forças Armadas do Djibouti nas capacidades da metralhadora M240B, em 20 de outubro de 2021, no Djibouti. A SFAB é composta por assessores militares que apoiam as forças de segurança estrangeiras na área de interesse do Comando dos EUA na África. (Foto: 3º Sgt Christopher Dyer, Força Aérea dos EUA)

Centro-Africana (RCA) e Mali.⁵ No primeiro país, o pessoal russo chegou em 2017, e a Organização das Nações Unidas (ONU) relata a existência de 2.300 indivíduos em atividade. Embora sejam intitulados “instrutores”, suas atividades extrapolam o treinamento e incluem combates ao lado das Forças Armadas da RCA na guerra civil do país, a segurança de minas e o fornecimento de escolta a integrantes do regime do presidente Faustin-Archange Touadéra. Quanto ao Mali, aproximadamente mil integrantes do pessoal do Grupo Wagner se envolveram em tarefas de treinamento, contraterrorismo e proteção da junta, desde dezembro de 2021.⁶ Esses dois casos são importantes

tendo em vista que as duas nações mantiveram, no passado, relações militares com países ocidentais, incluindo os EUA. São emblemáticos do modelo que a Rússia está aperfeiçoando para as atividades do Grupo Wagner.⁷ Por fim, do ponto de vista geoestratégico, a RCA e o Mali fazem parte de uma região maior considerada propícia à ampliação das operações do Grupo Wagner ou de outros atores russos semelhantes.⁸

O Grupo Wagner

Ao observar o contexto dos EUA, a empresa militar e de segurança privada (EMSP) poderia ser o ator que, à primeira vista, mais se assemelha ao Grupo Wagner.

Os EUA têm relacionamentos extensos com EMSP, principalmente aquelas criadas no decorrer das duas principais intervenções no Afeganistão e no Iraque no início deste século. Esses esforços de EMSP refletiam as necessidades do governo estadunidense por serviços de guarda, defesa e treinamento e estavam de acordo com o desejo de longa data de várias administrações presidenciais de introduzir atores privados na esfera da defesa.⁹ Por uma combinação de contratação competitiva e demanda contínua, as EMSP se tornaram uma parte importante do conjunto de contratados que ajudam a formar o conceito de “todos os componentes da Força”, identificado na *Revisão Quadrienal de Defesa de 2006 (Quadrennial Defense Review)*.¹⁰ Para atender às suas necessidades, o governo dos EUA contava com as EMSP estadunidenses e de outros países. Da mesma forma, os EUA, embora fossem um cliente importante para as EMSP, não eram sua única fonte de receitas. As EMSP buscavam relações comerciais com outros países, empresas, organizações internacionais e organizações não governamentais, às vezes de forma simultânea às exigências do governo estadunidense.

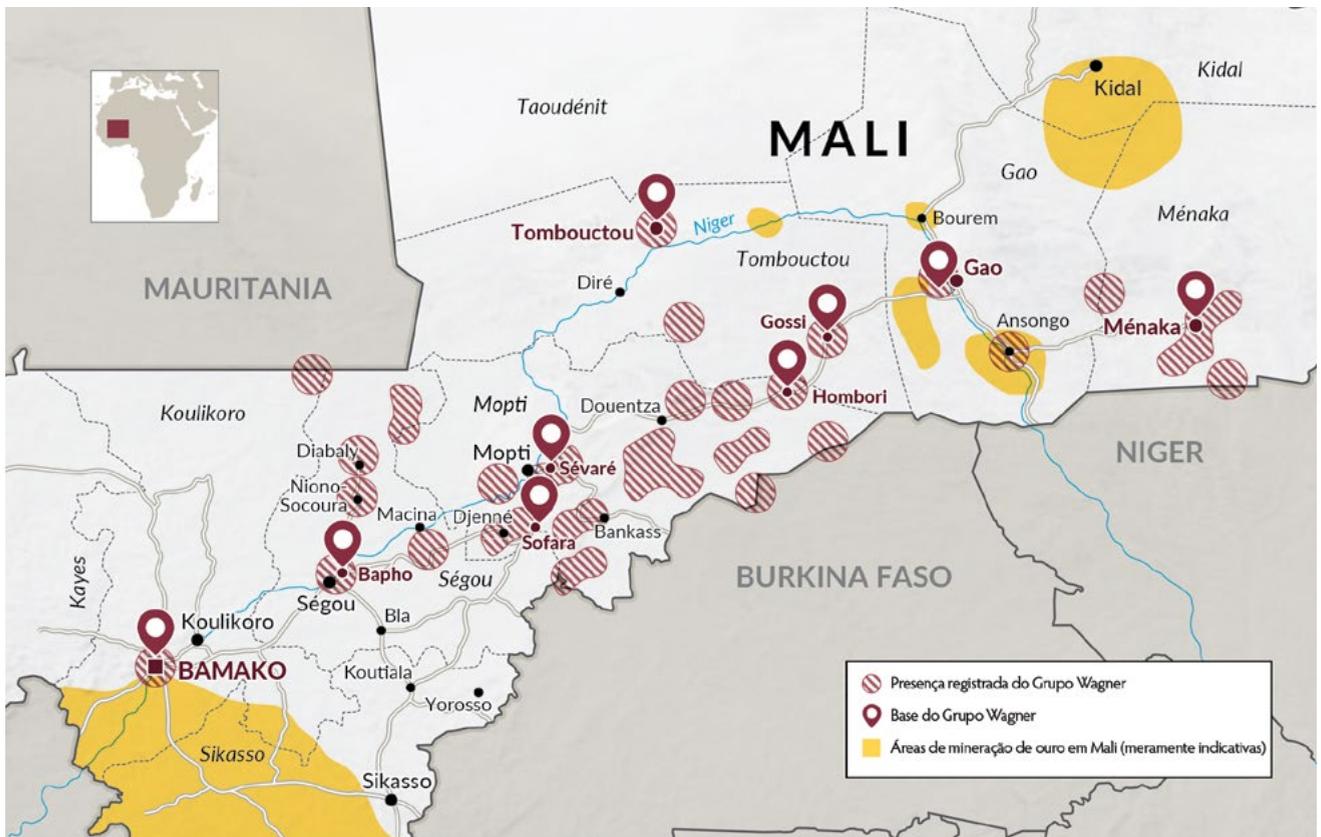
A primeira indicação de que o Grupo Wagner é algo diferente reside no fato de que, embora seja

frequentemente classificado como EMSP, as análises também usam, com frequência, outras descrições. Os exemplos incluem: “uma organização representante (proxy) do Estado russo,” “uma rede nebulosa que combina força militar com interesses comerciais e estratégicos,” “uma empresa militar ‘pseudoprivada’” e “um grupo informal de segurança semiestatal.”¹¹ Por conseguinte, o Departamento de Estado classifica o Grupo Wagner como um “substituto do Ministério da Defesa russo.”¹² Dessa forma, o Grupo Wagner não oferece seus serviços no mercado aberto; ele atende às necessidades do Kremlin e das redes oligárquicas de apoio, principalmente aquelas ligadas a Yevgeny Prigozhin.¹³ Por sua vez, o Grupo Wagner utiliza, com frequência, a infraestrutura, as plataformas e os equipamentos militares russos. A contratação, se este for o termo apropriado, não é aberta e transparente.

A legalidade do Grupo Wagner é igualmente oblíqua. Por um lado, não está registrado como pessoa jurídica. Além disso, conforme o artigo 359 do Código Penal da Federação Russa, que trata de mercenários, uma entidade como o Grupo Wagner é, aparentemente, proibida.¹⁴ Por outro lado, o Presidente russo, Vladimir Putin, turvou as águas jurídicas: “Se [...] o Grupo Wagner estiver



Mercenário do Grupo Wagner dá aula de treinamento tático para membros das Forças Armadas da República Centro-Africana, por volta de setembro de 2022. (Foto: site do Grupo Wagner)



(Mapa de Stanyard, Vircoulon e Rademeyer, *The Grey Zone: Russia's Military, Member, and Criminal Engagement in Africa* [Genebra: Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, fevereiro de 2023])

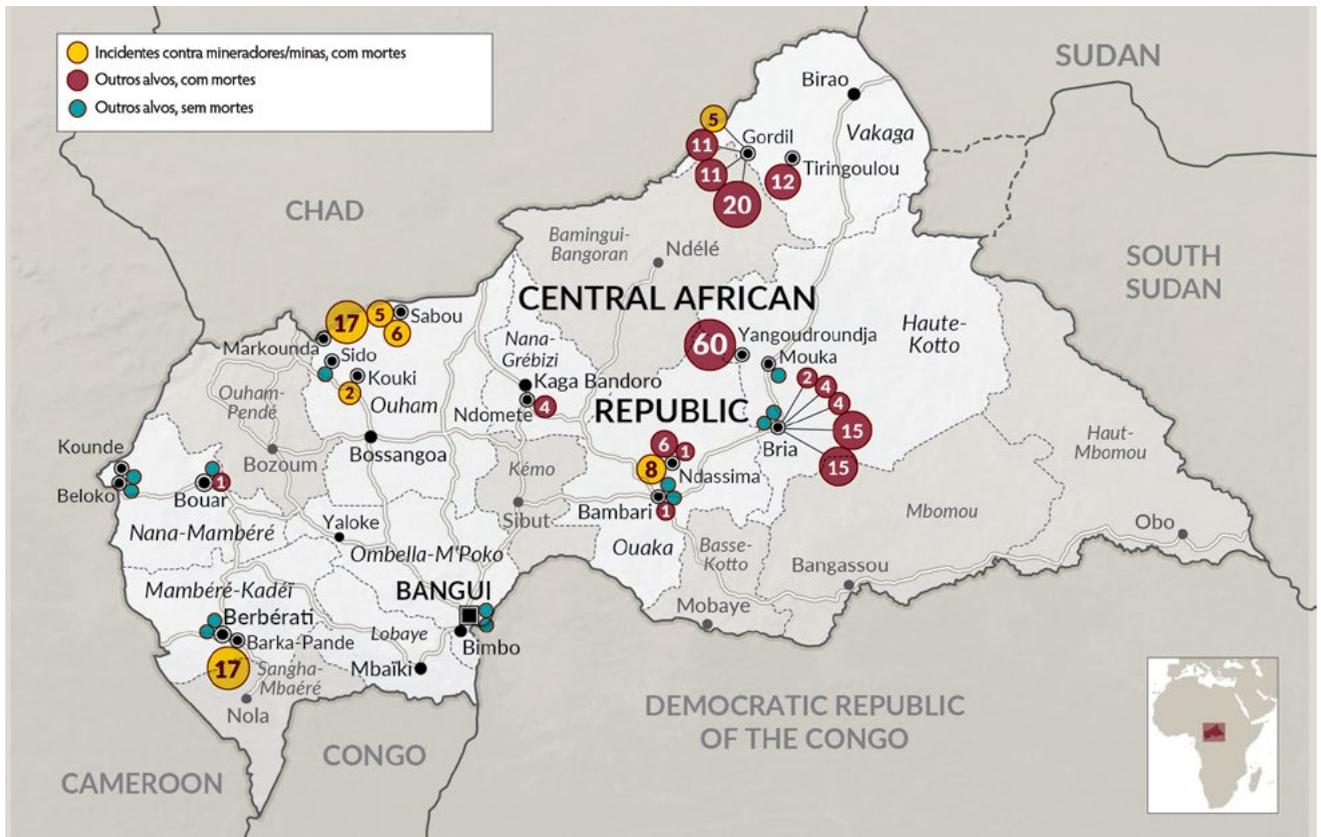
infringindo alguma lei russa, o Procurador-Geral deve realizar uma investigação. Se não infringir nenhuma lei russa, poderá buscar seus interesses comerciais em qualquer parte do mundo.¹⁵ O Procurador-Geral não atuou contra o Grupo Wagner como entidade ou contra aqueles que operam sob seu nome desde que a Rússia começou a depender da organização, em 2014.

Outra distinção diz respeito à oferta de serviços do Grupo Wagner. Como a experiência dos EUA com as EMSP, o Grupo Wagner presta serviços de proteção, defesa e treinamento. No entanto, diferentemente do caso das EMSP estadunidenses, o Grupo Wagner emprega a violência relativamente à tomada de iniciativa, tomada de território e mudança do *status quo* político. O Regulamento de Aquisição Federal dos EUA (*Federal Acquisition Regulation*) afirma claramente que “os contratados de segurança não podem realizar atividades de combate direto ou operações ofensivas”.¹⁶ Por outro lado, os oficiais militares russos perceberam o que chamam de “empresas militares privadas” como uma ferramenta potencialmente ofensiva e intrinsecamente perturbadora.¹⁷

Desafios para a assistência às forças de segurança pelos EUA

Objetivos e incentivos. Para os EUA, o atrativo da SFA consiste em substituir os compromissos militares em larga escala em favor da mudança de ênfase para as atividades e acontecimentos na nação parceira. Parte desse esforço envolve lidar com as necessidades de segurança dos EUA relacionadas ao combate ao terrorismo ou à insurgência de forma econômica. Outra parte diz respeito a tornar os aparatos de segurança dos Estados africanos mais profissionais, voltados para a democracia e cientes das normas de relações civis-militares associadas aos EUA, mediante exposição, orientação, treinamento e educação.

O escopo considerável da SFA ressalta tanto as intenções ambiciosas quanto as tensões intrínsecas. Outras investigações revelaram o elevado padrão estabelecido por meio de suas perguntas. Um relatório de 2018 da empresa RAND indaga: “As instituições de segurança parceiras usam as capacidades aprimoradas obtidas com o equipamento e treinamento proporcionados pelos EUA de forma a contribuir para a



Os números indicam as baixas notificadas decorrentes de ataques do Grupo Wagner. (Mapa de Stanyard, Vircoulon e Rademeyer, *The Grey Zone: Russia's Military, Member, and Criminal Engagement in Africa* [Genebra: Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, fevereiro de 2023])

estabilidade e reduzir a violência?”¹⁸ Da mesma forma, para Øystein Rolandsen, Maggie Dwyer e William Reno, “O fornecimento de SFA faz com que a população do país beneficiário se sinta mais segura? Permite que o Estado beneficiário exerça controle sobre seu território e suas populações de forma responsável?”¹⁹ Buscar respostas para essas perguntas é fundamental devido ao que Rita Abrahamsen chama de “contradições combativas” no meio africano.²⁰ Por um lado, a SFA visa a tornar as instituições de segurança africanas mais capazes de combater as ameaças. Por outro lado, trata-se de restringir simultaneamente essas instituições cada vez mais poderosas “em nome do desenvolvimento, da democracia e da supervisão pelos civis.”²¹

As contradições da SFA ficam cada vez mais evidentes à medida que o fortalecimento das instituições de segurança tem se tornado mais importante do que sua restrição e configuração. A análise revela sucessivas ondas de políticas estadunidenses que remontam ao fim da década de 1990 e que alteraram o equilíbrio.²² Citando Abrahamsen mais uma vez, o início da Guerra Global contra o Terrorismo, em particular, viu “a

necessidade imperiosa de ‘treinar e equipar’ [...] [dominar] ambições mais desenvolvimentistas e políticas para limitar gastos com defesa e garantir a supervisão democrática [...] [e] a prestação de contas.”²³ Essa ênfase reforça a urgência de combater os atores que ameaçam os interesses da nação parceira e dos EUA. Porém, sinaliza também um envolvimento com menos objetivos, menos profundidade e prazos mais curtos, o que atrapalha a manutenção de parcerias transformadoras. Trata-se de restabelecer o equilíbrio para que o compromisso dos EUA com as mudanças significativas na nação parceira seja mais do que simples retórica.

Um conjunto concomitante de tensões para os EUA deriva dos objetivos da SFA, que nem sempre correspondem às estruturas de incentivo dos líderes e elites da nação parceira. Existem três fatores. Primeiro, em sua essência, a SFA frequentemente volta-se para uma legitimidade baseada no desempenho, comum no mundo desenvolvido, segundo a qual o Estado é essencial na prestação de serviços e segurança. O Secretário de Estado, Antony Blinken, por exemplo, fez eco dessa ideia em seus comentários de fevereiro de 2021, em



Membros do Grupo Wagner supervisionam um treinamento na República Centro-Africana, por volta do fim de 2022. (Foto cedida pelo governo russo via Ahmed Hassan, Grey Dynamics)

uma cúpula sobre a região do Sahel: “Queixas sociais históricas, falta de serviços públicos acessíveis e exclusão dos processos políticos [...] tudo isso corrói a legitimidade dos governos aos olhos do povo.”²⁴ Entretanto, essa penetração no país e na sociedade civil pode perturbar a intermediação informal de poder que opera no nível regional/étnico em muitos Estados africanos.

O segundo fator diz respeito a como a SFA pode alterar internamente a posição e a influência dos agentes de segurança. Embora a SFA possa reforçar a posição desses atores em geral, isso pode perturbar os equilíbrios internos de poder, devido a afrontas, reais ou percebidas, na distribuição de oportunidades e equipamentos. Em vez disso, os líderes da nação parceira geralmente direcionam a generosidade da SFA para unidades específicas, para que possam fragmentar o setor de segurança, enfraquecê-lo como um todo e, então, tornar seu controle mais resistente a golpes.

O terceiro fator, em relação aos dois anteriores, refere-se ao fato de que os líderes não contemplarão essas mudanças arriscadas e significativas se os EUA não estiverem claramente comprometidos a longo prazo.²⁵ Como os esforços táticos e operacionais tendem a ser realizados antes dos relativos à governança e à profissionalização, a nação parceira geralmente enfatiza certos benefícios e subestima outros.

Como um Estado autoritário, a Rússia não tem as mesmas preocupações que os EUA, e suas atividades por meio do Grupo Wagner e das iniciativas associadas de Prigozhin estão em sintonia com os incentivos e as oportunidades locais. Para explicar, os analistas reconhecem não só que muitos líderes africanos são motivados por incentivos diferentes, mas também que o ambiente internacional contemporâneo lhes oferece caminhos específicos para atingir seus objetivos que, por si só, provavelmente não levarão a uma

participação mais forte. Como afirma Mick Moore, a visão não deve ficar limitada por um ideal unidirecional de comando e controle de um Estado típico do mundo desenvolvido. Em vez disso, é preciso entender que “a capacidade decorre muito mais da força de redes e conexões (e do poder de mobilizá-las) dentro do próprio aparato estatal, entre Estados e entre atores estatais e não estatais.”²⁶ Cada vez mais, os recursos e a legitimidade vêm de fora, e não de dentro. No âmbito específico da segurança, uma liderança pode não precisar recorrer à sua população para obter validação e desenvolver relacionamentos entre o cidadão e o Estado mediante o uso do poderio militar.²⁷ Os recursos internos podem ser minimizados e os externos podem, alternativamente, ser empregados.

Os dirigentes da RCA e do Mali se aproveitaram desse fato, embora isso possa aumentar a fragilidade do Estado. Na RCA, o pessoal local treinado pela Rússia não foi reintegrado à missão de treinamento da União Europeia (suspenso em dezembro de 2021), estabelecendo assim as bases para uma estrutura de segurança paralela.²⁸ Além disso, tarefas particularmente sensíveis cabiam apenas a estrangeiros. A empresa Sewa Security Services, interligada ao Grupo Wagner e a

Prigozhin, fornece destacamentos de segurança ao presidente Faustin-Archange Touadéra e integrantes-chave de seu governo. A quantidade de pessoal do Grupo Wagner no país também aumentou em dezembro de 2020 por medo da violência relacionada às eleições e da instabilidade que ameaçavam o regime de Touadéra. Quanto ao Mali, o Grupo Wagner, por meio de suas atividades de escolta, protege o controle da junta no poder enquanto recalibra o futuro democrático do país. Inicialmente, havia um período de transição de 18 meses, que mudou

para cinco anos, com as eleições agora adiadas para 2026. Conforme reconhecido pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (*Center for Strategic and International Studies*), “ao recorrer à Rússia e ao Grupo Wagner, a junta do Mali tem como objetivo reforçar sua posição política interna, em vez de abordar de forma criteriosa a insegurança no país.”²⁹ É preciso também levar em conta as estruturas de incentivo relativas à extração de recursos. A chamada “maldição dos recursos naturais”, evidente em muitos países africanos, permite que as elites se beneficiem da exploração desses recursos, o que, por sua vez, reforça seu controle/governança. Em vez de recorrer aos cidadãos para negociar seus impostos e esforços em troca de serviços e segurança, as elites podem contar com o mercado global.³⁰ O Grupo Wagner e a rede associada de Prigozhin estão ligados à maldição e acrescentam sua própria dinâmica. Na RCA, como retribuição à presença russa, a Lobaye Invest, outra empresa de Prigozhin, obteve concessões nas áreas de mineração de ouro e diamantes. O Grupo Wagner e a Sewa Security Services, por sua vez, oferecem proteção ao local e coleta de taxas alfandegárias.³¹ As receitas sustentam simultaneamente sua presença e a do regime de Touadéra. Quanto ao Mali, o acesso a três concessões de mineração de ouro acompanhou a introdução do Grupo Wagner.³² É verdade que os recursos minerais do Mali não são tão utilizados quanto no caso da RCA, em parte porque muitas minas estão em áreas controladas por rebeldes e, em parte, devido aos controles existentes sobre a mineração nos níveis central e tribal.³³ No entanto, a Rússia expressou interesse contínuo nos recursos do Mali, e observações revelam mudanças na legislação sobre mineração do Mali, permitindo a expansão das atividades extrativas russas.³⁴

Direitos humanos. Os EUA têm interesse de longa data na observância dos direitos humanos pelas unidades militares de nações parceiras que recebem SFA. Desde o fim da década de 1990, a Lei Leahy é a principal manifestação desse interesse. Com disposições legais que se aplicam tanto ao Departamento de Estado quanto ao Departamento de Defesa, é vedado ao governo dos EUA financiar SFA para unidades militares de nação parceira para as quais haja “informações críveis que envolvam essa unidade no cometimento de graves violações dos direitos humanos.”³⁵ Essas violações incluem estupro, tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimento forçado. Em alguns casos, permite-se a SFA para promover os direitos

Christopher Spearin, Ph.D., é professor do Departamento de Estudos de Defesa do Royal Military College of Canada, localizado no Canadian Forces College (CFC), em Toronto. Formou-se pela McMaster University, Carleton University e University of British Columbia. Ocupou diversos cargos administrativos e de desenvolvimento curricular, inclusive como chefe de departamento, e lecionou em todos os principais programas de ensino presenciais e à distância do CFC. Suas pesquisas concentram-se em atores não estatais e violência, mercenários e privatização da segurança.



Crianças garimpam ouro em uma mina tradicional em 5 de maio de 2014, no vilarejo de Gam, República Centro-Africana, onde a mineração de ouro é a principal atividade comercial da região. Relatos frequentes indicam que elementos do Grupo Wagner dentro do Mali e da República Centro-Africana são posicionados em áreas de interesse mineiro russo. Inúmeros ataques mortais contra mineradores, bem como práticas usuais de exploração do trabalho infantil na mineração, são atribuídos a agentes do Grupo Wagner. (Foto: Issouf Sanogo, Agence France-Presse)

humanos e o respeito ao Estado de Direito em unidades militares da nação parceira “não elegíveis conforme a Lei Leahy”, mas não para integrantes ou comandantes de unidades sobre os quais haja informações críveis que os vinculem a violações graves de direitos humanos.³⁶ Essa política específica surgiu da Lei de Autorização da Defesa Nacional de 2015 e agora pode ser inserida nos requisitos em vigor desde a Lei de Autorização da Defesa Nacional de 2017, que exige que todas as SFA incluam treinamento em direitos humanos.³⁷

É lógico que será duplamente incômodo para os EUA se uma unidade da nação parceira assessorada por SFA vier a cometer violações. Primeiramente, pela aparente cumplicidade dos EUA e, em segundo lugar, por tornar mais difícil justificar e manter relacionamentos com uma determinada nação parceira. A análise identifica muitos casos em que tais violações ocorreram na África e fundamenta os argumentos pela redução significativa da SFA a fim de limitar

essas transgressões.³⁸ Quando a condicionalidade não é imposta e o relacionamento com uma nação parceira permanece inalterado devido às necessidades de segurança dos EUA, o compromisso do governo federal com os direitos humanos é — pejorativamente — considerado “mutável”, e sua reputação é prejudicada.³⁹

Certamente, os esforços do Grupo Wagner na África enfrentaram críticas relativas a direitos humanos. Por exemplo, em meio às operações ofensivas do Grupo Wagner juntamente com o pessoal da RCA em 2021, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos recebeu “relatos de execuções sumárias em massa, detenções arbitrárias, torturas durante interrogatórios, desaparecimentos forçados, deslocamentos forçados da população civil, ataques indiscriminados a instalações civis, violações do direito à saúde e ataques crescentes a agentes humanitários.”⁴⁰ Da mesma forma, em 2022, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da ONU



Agente do Grupo Wagner realiza escolta do Presidente da República Centro-Africana, Faustin-Archange Touadéra, que acena para a multidão ao chegar para celebrar o 64º aniversário da independência do país, durante desfile militar em Bangui, em 1º de dezembro de 2022. (Foto: Barbara Debout, Agence France-Presse)

(UN Multidimensional Integrated Stabilization Mission) no Mali identificou um “aumento significativo de violações graves dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário” instigadas por soldados malianos, “acompanhados por elementos russos em muitos casos.”⁴¹ Uma análise da Brookings Institution ressalta a distinção: o Grupo Wagner oferece “a capacidade de conduzir operações de contrainsurgência e contraterrorismo sem compromissos com os direitos humanos, ao contrário dos EUA, permitindo que os governos africanos sejam tão brutais em seus esforços militares quanto desejarem.”⁴²

Portanto, a condicionalidade está ausente e problemas relativos aos direitos humanos também não afetam a presença da Rússia — por meio do Grupo Wagner — na África. Em termos de políticas, a Rússia segue uma abordagem de estabilização que, contrariamente a uma postura liberal, dá mais importância à utilidade da violência e da soberania e muito menos aos direitos humanos.⁴³ Na perspectiva dos dirigentes da RCA ou do Mali, essa dependência da violência e da soberania permite que resistam a intervenções indesejadas, contenham agitações e tenham mais liberdade para responder aos desafios internos.⁴⁴

Além disso, as transgressões aos direitos humanos das unidades apoiadas pelo Grupo Wagner e seu pessoal não têm impacto negativo de direito sobre o Kremlin de duas maneiras. Uma delas diz respeito à já mencionada falta de definição do Grupo Wagner, que permite ao Kremlin negar uma relação de comando e controle. Para Sorcha MacLeod, Presidente do Grupo de Trabalho da ONU sobre o uso de mercenários, a “distância entre o Estado russo e o grupo” é proposital: “Ele opera em uma situação de opacidade; há uma verdadeira falta de transparência e essa é a intenção.”⁴⁵

A segunda é a cobertura diplomática que a Rússia estende por meio da ONU. Para a RCA, em 2022, a Rússia afastou uma tentativa dos EUA no Conselho de Segurança da ONU de investigar os abusos cometidos por pessoal russo e local. Bloqueou igualmente a renovação de um grupo de monitoramento de embargo de armas da ONU. No caso do Mali, a Rússia impediu que a ONU iniciasse uma investigação independente sobre um incidente ocorrido em março de 2022, em Moura, no qual aproximadamente 300 pessoas teriam sido mortas por soldados malianos e membros do Grupo Wagner. Em conjunto, essa proteção contra um exame mais minucioso

consolida a abordagem da Rússia e é representativa de seu compromisso contínuo com seus parceiros africanos.

Próximos passos

As atividades da Rússia por meio do Grupo Wagner poderiam motivar uma reformulação e revitalização da SFA dos EUA na África. Embora a SFA possa ser o modo predominante de envolvimento dos EUA, conforme mencionado anteriormente, é uma abordagem que, muitas vezes, conta apenas com um apoio político e institucional instável.⁴⁶ Isso reforça a redução do escopo e dos prazos analisados anteriormente. A competição poderia arregimentar formuladores de políticas estadunidenses e rejeitar o que foi chamado, de forma pouco bondosa, de “hesitação estratégica”.⁴⁷ Não se trata de imitar a abordagem russa; isso representaria uma corrida ao fundo do poço, na visão dos EUA. Em vez disso, a competição poderia levar ao (re)começo de parcerias necessárias e contínuas com os Estados africanos, mas não apenas para oferecer uma alternativa sólida ao Grupo Wagner. São necessárias parcerias significativas para que a SFA dos EUA produza frutos. Elas permitem o desenvolvimento de relações e entendimentos políticos e culturais.⁴⁸ Além disso, reconhecem que a SFA não apenas exige objetivamente muito de uma nação parceira, mas também pede que seus líderes mudem a maneira como agem, assumam riscos e sigam outros incentivos. É importante saber que o apoio e a assistência dos EUA estarão disponíveis a longo prazo e reconhecer que a mudança pode ocorrer apenas de forma gradual. A competição com a Rússia pode fundamentar a justificativa para essa abordagem, mas os formuladores de políticas estadunidenses não devem perder de vista o objetivo de parcerias eficazes por meio da SFA.

É provável que essa competição cresça, aumentando assim a urgência de uma mudança por parte dos EUA. A presença atual do Grupo Wagner faz parte do “pivô para a África” russo mais amplo iniciado após a invasão da Crimeia, em 2014, para escapar do isolamento econômico e político resultante implementado pelos EUA e outros países. Desde então, para promover a diversificação, o Kremlin instigou acordos militares com mais de 20 países africanos, e as empresas extrativas russas expandiram sua presença no continente. Após a invasão da Ucrânia, em 2022, o ímpeto do Kremlin para evitar os efeitos das sanções e tomar a iniciativa só aumentou. A extração e a venda de ouro e diamantes

podem evitar as sanções impostas ao setor bancário da Rússia.⁴⁹ O investimento russo na extração de recursos naturais africanos pode viabilizar a lavagem de fundos obtidos ilegalmente.⁵⁰ Além disso, o desenvolvimento de participações em concessões de petróleo e gás na África concede ao Kremlin uma influência ainda maior sobre como os países europeus satisfazem suas necessidades energéticas.⁵¹ É revelador, portanto, que, embora alguns membros do Grupo Wagner tenham se deslocado para a Ucrânia em 2022 para apoiar as operações russas, a maior parte do contingente do grupo permaneceu na África Central.⁵² Isso demonstra compromisso com os atuais parceiros africanos e determinação para outros que possam ser atraídos pelo que a Rússia, por intermédio do Grupo Wagner, tem a oferecer.

Com certeza, muitos Estados africanos são, indiscutivelmente, atraídos. Mais uma vez, isso está parcialmente relacionado às consideráveis demandas da SFA estadunidense, aliado à incerteza de que os EUA serão um parceiro de longo prazo. O que a Rússia oferece pelo envolvimento do Grupo Wagner é uma alternativa concorrente que não está sujeita às mesmas condições. No entanto, o atrativo também é evidente na empatia africana em relação à postura da Rússia. Após a invasão da Ucrânia em 2022, a maioria das abstenções na condenação pela Assembleia Geral da ONU e na suspensão da Rússia no Conselho de Direitos Humanos da ONU veio da África. Também nesse sentido, os Estados africanos não adotaram totalmente as sanções econômicas contra a Rússia. No todo, conforme enfatizado pelo Tony Blair Institute for Global Change, “A África está rapidamente se tornando crucial aos esforços de Putin para diluir a influência dos EUA e suas alianças internacionais.”⁵³

Observações finais

Embora a Rússia não opere com a intenção e a escala da União Soviética, nem possua o poder crescente de países como a China, é correto dizer que a Rússia utilizou “pontos fortes especializados” para, de fato, “brigar em uma posição de desvantagem”.⁵⁴ O Grupo Wagner, devido às suas ações, capacidades e opacidade, constitui um desses nichos que foi aplicado na RCA e no Mali. Dessa forma, a Rússia não deve ser vista simplesmente como “um gremlin geopolítico”, que atrapalha os trabalhos onde quer que vá.⁵⁵ Tem certos objetivos, atrelados em parte ao desejo

de manter sua posição e parcialmente baseados na necessidade, após seu crescente isolamento a partir de 2014 e duplamente agora, após a invasão da Ucrânia, em 2022. O que oferece por meio do Grupo Wagner é um método alternativo e concorrente de engajamento com meios e objetivos muito diferentes, que podem ser atraentes para alguns líderes africanos, dadas suas situações políticas e os incentivos que encontram. Isso exerce pressão sobre os esforços de SFA dos EUA, mas pode permitir uma reorientação mediante a formação de parcerias de longo prazo que vão além de apenas responder ao desafio russo.

Com relação às questões futuras para pesquisa que resultam deste artigo, pode-se olhar externa e internamente. Externamente, é evidente que os formuladores

de políticas estadunidenses estão visando aliados ocidentais com ideias afins para obter apoio e assistência na África.⁵⁶ O fundamental aqui será garantir que esses prestadores estrangeiros de SFA estejam igualmente comprometidos, não apenas em limitar o espaço de manobra da Rússia, mas também em desenvolver e manter parcerias com Estados africanos a longo prazo. Internamente, tem havido críticas de que as forças dos EUA que prestam SFA são, muitas vezes, preteridas em termos de treinamento, amadurecimento das competências linguísticas e reconhecimento e promoção oportunos.⁵⁷ Manter parcerias — dinâmicas e benéficas para todas as partes — com os países africanos exigirá a consideração contínua dessas variáveis, próprias do ecossistema militar dos EUA. ■

Referências

1. Observe os argumentos e a análise da literatura em Jahara Matisek e William Reno, "Getting American Security Force Assistance Right: Political Context Matters", *Joint Force Quarterly* 92 (1st Quarter, 2019): p. 65-73, acesso em 26 abr. 2023, https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-92/jfq-92_65-73_Matisek-Reno.pdf.
2. Joint Publication (JP) 3-20, *Security Cooperation* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 23 May 2017), p. B-1, acesso em 11 abr. 2023, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_20_20172305.pdf.
3. Stephen Biddle et al., "Small Footprint, Small Payoff: The Military Effectiveness of Security Force Assistance", *Journal of Strategic Studies* 41, no. 1-2 (2018): p. 132, <https://doi.org/10.1080/01402390.2017.1307745>.
4. Stephen Watts et al., *Building Security in Africa: An Evaluation of U.S. Security Sector Assistance in Africa from the Cold War to the Present* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018), p. 23, acesso em 11 abr. 2023, https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2447.html.
5. Outros envolvimento importantes do Grupo Wagner incluem Líbia, Madagascar, Moçambique e Sudão.
6. Column Lynch et al., "Russia Flounders in Ukraine but Doubles Down in Mali", *Foreign Policy* (site), 14 April 2022, acesso em 15 maio 2023, <https://foreignpolicy.com/2022/04/14/russia-ukraine-mali-wagner-group-mercenaries/>.
7. Raphael Parens, *The Wagner Group's Playbook in Africa: Mali* (Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 18 March 2022), acesso em 11 abr. 2023, <https://www.fpri.org/article/2022/03/the-wagner-groups-playbook-in-africa-mali/>; Catrina Doxsee, "Massacres, Executions, and Falsified Graves: The Wagner Group's Mounting Humanitarian Cost in Mali", Center for Strategic and International Studies, 11 May 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.csis.org/analysis/massacres-executions-and-falsified-graves-wagner-groups-mounting-humanitarian-cost-mali>.
8. Adam R. Grissom et al., *Russia's Growing Presence in Africa: A Geostategic Assessment* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2022), p. 18, acesso em 11 abr. 2023, https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR4399.html.
9. Christopher Spearin, *Private Military and Security Companies and States: Force Divided* (London: Palgrave Macmillan, 2017), p. 2.
10. U.S. Secretary of Defense, *Quadrennial Defense Review Report* (Washington, DC: U.S. Department of Defense, 6 February 2006), p. 4, acesso em 11 abr. 2023, <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/quadrennial/QDR2006.pdf?ver=2014-06-25-111017-150>.
11. Para ver esses exemplos, acesse: Danielle Paquette, "Russian Mercenaries Have Landed in West Africa, Pushing Putin's Goals as Kremlin Is Increasingly Isolated", *Washington Post* (site), 9 March 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.washingtonpost.com/world/2022/03/09/mali-russia-wagner/>; Declan Walsh, "Putin's Shadow Soldiers: How the Wagner Group Is Expanding in Africa", *New York Times* (site), 31 May 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.nytimes.com/2022/05/31/world/africa/wagner-group-africa.html>; Nick Mitchell, "What Is the Wagner Group?", *National World*, 24 March 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.nationalworld.com/news/world/wagner-group-russian-mercenaries-ukraine-3589837>; Justin Ling, "Moscow Turns U.S. Volunteers into New Bogeyman in Ukraine", *Foreign Policy* (site), 15 March 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://foreignpolicy.com/2022/03/15/russia-mercenaries-volunteers-ukraine/>.
12. U.S. Department of Defense Inspector General, *East Africa Counterterrorism Operation and North and West Africa Counterterrorism Operation: Lead Inspector General Report to the United States Congress, 1 July 2020–30 September 2020* (Washington, DC: U.S. Department of Defense, 2020), p. 36, acesso em 11 abr. 2023, <https://media.defense.gov/2020/Nov/25/2002541626/-1/-1/1/LEAD%20IG%20EAST%20AFRICA%20AND%20NORTH%20>

[AND%20WEST%20AFRICA%20COUNTERTERRORISM%20OPERATIONS.PDF.](#)

13. Patrick Wintour, "Russia's Wagner Group 'Have as Much Power in Kremlin as Ministers'", *The Guardian* (site), 1 November 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/01/russias-wagner-group-have-as-much-power-in-kremlin-as-ministers>. Embora Yevgeny Prigozhin tenha negado por muito tempo sua ligação com o Grupo Wagner, ele finalmente a reconheceu em setembro de 2022.

14. Catrina Doxsee, "Putin's Proxies: Examining Russia's Use of Private Military Companies" (depoimento, Washington, DC: House Oversight and Reform Subcommittee on National Security, 15 September 2022), p. 1, acesso em 15 maio 2023, https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/congressional-testimony/ts220915_Doxsee.pdf?VersionId=vq98tVmBbPiPezNpp-w52ANt_nrnaj8yP.

15. Sergey Sukhankin, "War, Business and Ideology: How Russian Private Military Contractors Pursue Moscow's Interests", Jamestown Foundation, 20 March 2019, acesso em 11 abr. 2023, <https://jamestown.org/program/war-business-and-ideology-how-russian-private-military-contractors-pursue-moscows-interests/>.

16. Federal Acquisition Regulation for Contractor Personnel in a Designated Operational Area or Supporting a Diplomatic or Consular Mission, 73 Fed. Reg. 10944 (28 February 2008) (a ser codificado em 48 C.F.R. pts. 2, 7, 12, 25, 52), acesso em 15 maio 2023, <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2008-02-28/pdf/FR-2008-02-28.pdf>.

17. Anthony H. Cordesman, *Russia and the Color Revolution: A Russian Military View of a World Destabilized by the US and the West (Key Briefs)* (Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 28 May 2014), acesso em 11 abr. 2023, https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/140529_Russia_Color_Revolution_Summary.pdf.

18. Watts et al., *Building Security in Africa*, p. 24.

19. Øystein H. Rolandsen, Maggie Dwyer e William Reno, "Security Force Assistance to Fragile States: A Framework of Analysis", *Journal of Intervention and Statebuilding* 15, no. 5 (2021): p. 573, <https://doi.org/10.1080/17502977.2021.1988224>.

20. Rita Abrahamsen, "Defensive Development, Combative Contradictions: Towards an International Political Sociology of Global Militarism in Africa", *Conflict, Security & Development* 19, no. 6 (2019): p. 544-45, <https://doi.org/10.1080/14678802.2019.1688960>.

21. Ibid.

22. Stephanie Burchard e Stephen Burgess, "U.S. Training of African Forces and Military Assistance, 1997-2017: Security versus Human Rights in Principal-Agent Relations", *African Security* 11, no. 4 (2018): p. 345, <https://doi.org/10.1080/19392206.2018.1560969>.

23. Rita Abrahamsen, "Return of the Generals? Global Militarism in Africa from the Cold War to the Present", *Security Dialogue* 49, no. 1-2 (2018): p. 25, <https://doi.org/10.1177/0967010617742243>.

24. Antony J. Blinken, "Video Remarks to the G5 Sahel Summit", U.S. Department of State, 16 February 2021, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.state.gov/video-remarks-to-the-g5-sahel-summit/>.

25. Para análises como essa, veja Matisek e Reno, "Getting American Security Force Assistance Right", p. 66-67; Rolandsen,

Dwyer e Reno, "Security Force Assistance to Fragile States", p. 569; Burchard e Burgess, "U.S. Training of African Forces and Military Assistance", p. 347; Jahara Matisek, "International Competition to Provide Security Force Assistance in Africa: Civil-Military Relations Matter", *PRISM* 9, no. 1 (October 2020): p. 104, acesso em 1 maio 2023, <https://ndupress.ndu.edu/Media/News/News-Article-View/Article/2383173/international-competition-to-provide-security-force-assistance-in-africa-civil/>.

26. Mick Moore, "Globalisation and Power in Weak States", *Third World Quarterly* 32, no. 10 (November 2011): p. 1761, <https://doi.org/10.1080/01436597.2011.610572>.

27. Lawrence W. Serewicz, "Globalization, Sovereignty and the Military Revolution: From Mercenaries to Private International Security Companies", *International Politics* 39, no. 1 (March 2002): p. 85, <https://doi.org/10.1057/palgrave.ip.8895132>.

28. Kimberly Marten, "Russia's Back in Africa: Is the Cold War Returning?", *Washington Quarterly* 42, no. 4 (2019): p. 163, <https://doi.org/10.1080/0163660X.2019.1693105>.

29. Jared Thompson, Catrina Doxsee e Joseph S. Bermudez Jr., "Tracking the Arrival of Russia's Wagner Group in Mali", Center for Strategic and International Studies, 2 February 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.csis.org/analysis/tracking-arrival-russias-wagner-group-mali>.

30. Moore, "Globalisation and Power in Weak States", p. 1765; Daniel Kaufmann, "Poverty in the Midst of Abundance: Governance Matters for Overcoming the Resource Curse", Brookings Institution, 13 September 2012, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.brookings.edu/opinions/poverty-in-the-midst-of-abundance-governance-matters-for-overcoming-the-resource-curse/>.

31. Mucahid Durmaz e Murtala Abdullahi, "'White Hands': The Rise of Private Armies in African Conflicts", *Al Jazeera*, 28 April 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.aljazeera.com/features/2022/4/28/white-hands-the-rise-of-private-militaries-in-african-conflict>.

32. Jared Thompson, "The Wagner Group Has Its Eyes on Mali: A New Front in Russia's Irregular Strategy", *Modern War Institute at West Point*, 14 October 2021, acesso em 11 abr. 2023, <https://mwi.usma.edu/the-wagner-group-has-its-eyes-on-mali-a-new-front-in-russias-irregular-strategy/>.

33. Parens, *The Wagner Group's Playbook in Africa*.

34. "French Commander Accuses Wagner of 'Preying' on Mali", *The Defense Post*, 22 July 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.thedefensepost.com/2022/07/22/french-commander-wagner-mali/>.

35. "About the Leahy Law", U.S. Department of State, 20 January 2021, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.state.gov/key-topics-bureau-of-democracy-human-rights-and-labor/human-rights/leahy-law-fact-sheet/>.

36. Ibid.

37. Burchard e Burgess, "U.S. Training of African Forces and Military Assistance", p. 340.

38. Kersti Larsson, "Security Assistance in Africa: The Case for Less", *Parameters* 45, no. 2 (Summer 2015): p. 28-29, 32, <https://doi.org/10.55540/0031-1723.2906>.

39. Burchard e Burgess, "U.S. Training of African Forces and Military Assistance", p. 364.

40. "CAR: Experts Alarmed by Government's Use of 'Russian

Trainers', Close Contacts with UN Peacekeepers", Office of the High Commissioner for Human Rights, 31 March 2021, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/03/car-experts-alarmed-governments-use-russian-trainers-close-contacts-un>.

41. Simon Marks, "UN Probes Allegations of Russian Mercenary Rights Abuses in Mali", Bloomberg, 11 March 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-03-11/un-probes-allegations-of-russian-mercenary-rights-abuses-in-mali>.

42. Federica Saini Fasanotti, "Russia's Wagner Group in Africa: Influence, Commercial Concessions, Rights Violations, and Counterinsurgency Failure", *Order from Chaos* (blog), Brookings Institution, 8 February 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2022/02/08/russias-wagner-group-in-africa-influence-commercial-concessions-rights-violations-and-counterinsurgency-failure/>.

43. David Lewis, "Contesting Liberal Peace: Russia's Emerging Model of Conflict Management", *International Affairs* 98, no. 2 (2022): p. 660, <https://doi.org/10.1093/ia/iab221>.

44. Serewicz, "Globalization, Sovereignty and the Military Revolution", p. 84. Embora normativamente problemática do ponto de vista ocidental, essa dinâmica é compreendida há muito tempo.

45. Victoria Kim, "What Is the Wagner Group?", *New York Times* (site), 31 March 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://www.nytimes.com/2022/03/31/world/europe/wagner-group-russia-ukraine.html>.

46. Matisek e Reno, "Getting American Security Force Assistance Right", p. 71; Watts et al., *Building Security in Africa*, p. xviii-xix; Jahara Matisek, "The Crisis of American Military Assistance: Strategic Dithering and Fabergé Egg Armies", *Defense & Security Analysis* 34, no. 3 (2018): p. 270, <https://doi.org/10.1080/14751798.2018.1500757>.

47. Matisek, "The Crisis of American Military Assistance", p. 270.

48. Matisek e Reno, "Getting American Security Force Assistance Right", p. 67.

49. Mikhail Klimentyev, "Putin's Exploitation of Africa Could Help Him Evade Sanctions", *Time* (site), 10 March 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://time.com/6165246/putin-africa-evade-sanctions/>.

50. Åse Gilje Østensen e Tor Bukkvoll, "Private Military Companies – Russian Great Power Politics on the Cheap?",

Small Wars & Insurgencies 33, no. 1-2 (2022): p. 141, <https://doi.org/10.1080/09592318.2021.1984709>.

51. János Besenyő, "The Africa Policy of Russia", *Terrorism and Political Violence* 31, no. 1 (2019): p. 137, <https://doi.org/10.1080/09546553.2018.1555976>.

52. Amy Mackinnon e Robbie Gramer, "Russian Mercenaries Staged Atrocities in Mali, France Says", *Foreign Policy* (site), 26 April 2022, acesso em 11 abr. 2023, <https://foreignpolicy.com/2022/04/26/russian-mercenaries-staged-atrocities-mali-france-says/>. Também é possível observar, qualitativamente, que o uso de condenados para preencher as fileiras do Grupo Wagner na Ucrânia não se estendeu à África.

53. Emman El-Badawy et al., *Security, Soft Power and Regime Support: Spheres of Russian Influence in Africa* (London: Tony Blair Institute for Global Change, 23 March 2022), acesso em 11 abr. 2023, <https://www.institute.global/insights/geopolitics-and-security/security-soft-power-and-regime-support-spheres-russian-influence-africa>.

54. Martin Russell e Eric Pichon, "Russia in Africa: A New Arena for Geopolitical Competition" (Brussels: European Parliamentary Research Service, November 2019), p. 2, acesso em 11 abr. 2023, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642283/EPRS_BRI\(2019\)642283_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642283/EPRS_BRI(2019)642283_EN.pdf); Nathaniel Reynolds, *Putin's Not-So-Secret Mercenaries: Patronage, Geopolitics, and the Wagner Group* (Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, July 2019), p. 1, acesso em 11 abr. 2023, <https://carnegieendowment.org/2019/07/08/putin-s-not-so-secret-mercenaries-patronage-geopolitics-and-wagner-group-pub-79442>.

55. Terminologia extraída de Robert Dalsjö, Michael Jonsson e Johan Norberg, "A Brutal Examination: Russian Military Capability in Light of the Ukraine War", *Survival* 64, no. 3 (2022): p. 22, <https://doi.org/10.1080/00396338.2022.2078044>.

56. "Secretary Antony J. Blinken at a Virtual Panel Session on 'A Just and Lasting Peace in Ukraine'", U.S. Department of State, 28 March 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-at-a-virtual-panel-session-on-a-just-and-lasting-peace-in-ukraine/>; "Blinken says West has More to Offer Troubled Sahel than Russia", *Radio France Internationale*, 17 March 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.rfi.fr/en/international-news/20230317-blinken-says-west-has-more-to-offer-troubled-sahel-than-russia>.

57. Veja, por exemplo, Matisek e Reno, "Getting American Security Force Assistance Right", p. 67.



Manifestação de comerciantes quenianos, em 28 de fevereiro de 2023, em Nairóbi, contra as vantagens comerciais injustas concedidas a cidadãos chineses no país envolvidos com a importação, fabricação e distribuição de mercadorias. (Foto: Tony Karumba, Agence France-Presse)

O modelo de condições exploráveis

Estratégias para pesquisa e análise sociocultural

Nicole M. Laster-Loucks, Ph.D.

Benjamin A. Okonofua, Ph.D.

A história ressalta como os impérios foram construídos com base na exploração, desde os espanhóis e portugueses na América Latina até os franceses e britânicos na América do Norte, desde os britânicos na Índia até os russos na Sibéria, entre vários outros exemplos. Atualmente, o conceito de exploração é útil para entender e explicar como uma série de atores contemporâneos — incluindo estadistas, empresas, senhores da guerra e governos — interagem com uma série de condições socioculturais para atingir seus objetivos. Quando transformada em arma, a exploração é mais eficaz e menos onerosa do que a guerra para obter vantagem sobre os rivais ou para tornar os sistemas (por exemplo, governos, instituições, mercados, recursos) favoráveis aos seus interesses. Por exemplo, durante séculos, os países desenvolvidos têm aproveitado sua influência sobre países mais fracos para obter acesso a recursos naturais, resolver problemas de infraestrutura, obter mão de obra barata ou conduzir ou criar divisões étnicas e religiosas. A manipulação dos contextos sociais ajuda os exploradores a atingir seus objetivos particulares, incluindo o aumento da instabilidade, o enfraquecimento da governança local, o acúmulo de riquezas, o aumento do acesso local e a expansão de sua influência, concomitantemente à redução da influência dos rivais.

Entretanto, muito pouco foi feito para delinear os parâmetros da exploração apesar do seu caráter central na estratégia geopolítica. É possível ir mais longe a fim de identificar e compreender as áreas

Nicole Laster-Loucks, Ph.D., é a Cientista Social Chefe da Global Cultural Knowledge Network da seção de inteligência (G-2) do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA. Obteve seu Ph.D. na University of Texas at Austin. Serviu no Afeganistão em 2011-2012 e é a arquiteta-chefe do Modelo de Condições Exploráveis.

Benjamin A. Okonofua, Ph.D., é Gerente de Projetos de nível estratégico para avaliação, monitoramento e avaliação de cooperação em segurança na seção de Estratégia, Planos e Política (J-5) do Comando dos EUA na África. É especialista em assuntos sobre a África na Global Cultural Knowledge Network e professor adjunto da National Intelligence University. Recebeu seu Ph.D. da Georgia State University e é membro do conselho editorial da Sage Open.

em que isso ocorre e como é expresso relativamente aos objetivos particulares dos exploradores. As poucas tentativas de examinar a exploração não a relacionaram a condições locais específicas ou à competição global por influência entre atores rivais. Assim, a forma como os atores exploram as condições socioculturais para promover seus interesses tem sido, em grande parte, uma questão de conjectura. Quando a exploração, as vulnerabilidades locais ou nacionais e a competição global foram relacionadas, isso foi feito por analistas experientes que trabalhavam com outras tradições analíticas, em análises pontuais que não exploravam totalmente os parâmetros de cada fator.

Nossa abordagem é direcionada à melhora da capacidade do Exército de identificar brechas socioculturais fundamentais, que serão relevantes para seus esforços de compreensão do ambiente operacional. Nem todos os analistas empregados pelo Exército podem ser igualmente hábeis para entender como os atores tiram proveito de suas posições proximais em relação aos atores mais fracos na busca de seus objetivos particulares, mas também não precisam ser gênios para aplicar nossa abordagem. Acreditamos ser necessária uma abordagem diferente de análise sociocultural a partir de um exame mais completo e da compreensão das condições sociais inerentes e dinâmicas que se prestam à exploração nacional e estrangeira. O Exército precisa de abordagens desenvolvidas para atender às suas necessidades — juntamente com as normas processuais correlatas — que viabilizem a análise sociocultural do ambiente operacional, atualmente paralisado por um foco indevido em métodos desatualizados ou trabalhosos.

O modelo de condições exploráveis (*Exploitable Conditions Framework*, ECF) associa as vulnerabilidades às atividades de atores motivados. A associação das vulnerabilidades às atividades de atores nacionais e estrangeiros motivados pode ter um enorme impacto sobre a segurança e a estabilidade, bem como sobre os objetivos regionais dos Estados Unidos da América (EUA). Essa abordagem não está dissociada de abordagens analíticas socioculturais mais gerais baseadas nas ciências sociais. No entanto, nossa ênfase reside, primeiramente, em identificar o conjunto abrangente de condições que são, potencialmente, exploradas e, em seguida, verificar o comportamento do ator em relação a essas

condições e seus objetivos finais. Embora este artigo seja direcionado primordialmente a analistas socio-culturais e de inteligência do Exército, acreditamos que possa ser útil para qualquer pessoa interessada no estudo de fenômenos sociais — culturais, econômicos, políticos, ambientais, educacionais, industriais, legais, médicos ou outros —, principalmente se seus estudos abordarem a interseção entre os elementos internos e externos e segurança e estabilidade.

O que é o modelo de condições exploráveis?

O ECF ajudará os analistas a compreender, analisar, explicar e prever como, por que e quando um concorrente global aproveitará sua influência relativa para obter uma vantagem sobre os rivais. Além disso, quanto mais soubermos sobre a desorganização que a exploração das condições causa no ambiente operacional, mais poderemos determinar eventuais impactos sobre os relacionamentos e interesses dos EUA e os de seus aliados. Considerar a conexão entre as condições e os atores (por exemplo, vários atores domésticos malignos, atores globais como a China e a Rússia) é uma forma de analisar o acesso e a influência dos EUA.

O ECF esboça o caminho lógico pelo qual as fragilidades internas de um país permitem que os atores nacionais e, principalmente, os estrangeiros atinjam seus objetivos particulares. O modelo, que independe de um usuário específico (*user agnostic*) — o que significa que qualquer tipo de ator, inclusive os EUA, poderia explorar as condições identificadas por meio dele —, foi desenvolvido em resposta a uma solicitação de uma unidade do Exército interessada em compreender as condições socioculturais em todo o mundo que contribuem para a instabilidade, principalmente as condições que os adversários dos EUA provavelmente explorariam em proveito próprio e em prejuízo dos EUA.

A identificação de um conjunto de condições socioculturais maleáveis que poderiam interagir para oferecer oportunidades de exploração deve ser questão de grande interesse dos analistas e planejadores do Exército. Como demonstramos neste artigo, a identificação de condições socioculturais exploráveis se adequa a situações empíricas e é compreensível tanto para analistas experientes quanto para leigos. O mais

importante é que o modelo oferece entendimentos, explicações, interpretações e previsões relevantes.

Quando a Rede de Conhecimento Cultural Global (*Global Cultural Knowledge Network*) desenvolveu o ECF em 2019, o modelo tinha 24 condições.¹ Em sua forma revisada atual, o modelo tem 12 condições que atendem a quatro critérios principais: (1) são fatores socioculturais, (2) são exploráveis, (3) são mensuráveis e (4) são detectáveis no nível operacional da guerra.² Os quatro critérios sugerem que a análise das condições deve gerar conclusões mais comparáveis e possivelmente generalizáveis, embora possam ser específicas aos casos. Da mesma forma que o modelo inicial e as abordagens comparáveis, um analista que use o modelo talvez não precise retirar os dados do contexto para fornecer uma análise, pois as condições e os atores têm visibilidade e mensurabilidade intrínsecas.

Fundamentação lógica do modelo de condições exploráveis

O objetivo do ECF é ajudar o combatente a prever a variedade de condições no ambiente operacional que representem vulnerabilidades. Essas vulnerabilidades, se não forem resolvidas, oferecem oportunidades para que atores estrangeiros ou nacionais promovam seus interesses, e as consequências podem representar riscos à segurança e estabilidade no ambiente operacional e ao acesso e influência regional dos EUA. Mediante o ECF, um analista pode identificar as condições presentes em uma área ou região de interesse e determinar quais condições são inerentemente exploráveis e, em seguida, identificar quem está preparado ou posicionado para explorar essas condições e os possíveis efeitos do envolvimento do adversário com essas condições na estabilidade do ambiente operacional e nos interesses regionais dos EUA. Em última análise, um analista pode estabelecer o caminho lógico pelo qual problemas a princípio benignos no ambiente operacional se tornam desestabilizadores, bem como suas implicações para os EUA e seus parceiros.

Perceber o ECF dessa forma implica que se trata de um modelo conceitual para estudar e analisar os padrões e as relações de exploração em um ambiente operacional. Como todos os modelos conceituais, o ECF explica de forma gráfica e narrativa as principais questões a serem examinadas — condições-chave, atores-chave e objetivos concorrentes — e suas

MODELO DE CONDIÇÕES EXPLORÁVEIS (ECF)



(Figura: Susan Littleton, especialista gráfica do G-2, TRADOC)

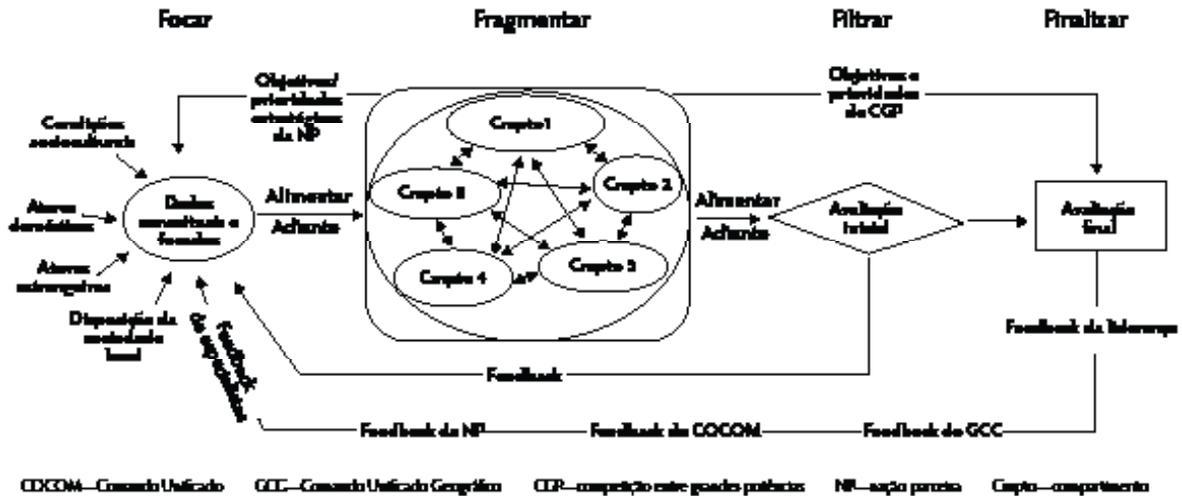
Figura 1. Modelo de condições exploráveis

relações importantes (veja a Figura 1). O construto relacional proporciona uma compreensão mais clara das consequências da relação condição-ator para a segurança e a estabilidade do ambiente operacional e das prioridades e objetivos regionais dos EUA.

Via de regra, a criação de modelos se baseia em alguns construtos gerais que abrangem uma imensidão de particularidades.³ Condições como “múltiplas soberanias”, “governo ineficaz” e “pressões demográficas” são os rótulos que conferimos a assuntos históricos relevantes, que incluem diversos acontecimentos, atividades e comportamentos distintos. Independentemente de quão indutiva seja a abordagem, qualquer analista do Exército deveria saber como agrupar ideias e acontecimentos relativos a cada

construto em compartimentos distintos. Assim, cada construto (por exemplo, múltiplas soberanias) é um compartimento, e cada compartimento surge da teoria e da experiência. Definir compartimentos, nomeá-los e esclarecer suas inter-relações, incluindo suas conexões com atores definidos e um conjunto de objetivos, estabelece as bases de um modelo conceitual.⁴

Durante a análise ativa, a separação em compartimentos — usando as 12 condições socioculturais do ECF como referenciais ou construtos — obriga os analistas do Exército a serem seletivos (veja a Figura 2). No início, a seletividade exige que os analistas decidam quais condições são relevantes ao contexto de um ator, quais relações entre condições e atores são as mais significativas, quais consequências



(Figura dos autores)

Figura 2. Modo analítico do modelo de condições exploráveis

da interação de condições e atores são prováveis e quais informações adicionais são necessárias para prosseguir com a análise. Além disso, o modelo também permite que diversos analistas trabalhem em um único projeto e, nesse caso, o ECF os ajuda a examinar o mesmo fenômeno de forma a permitir uma futura análise cruzada de casos.

Várias questões importantes nortearam o desenvolvimento do ECF. Sob uma perspectiva social, o ECF indaga quais condições sociais representam desafios extremamente indesejáveis para as populações e o Estado, cuja manipulação ou direcionamento poderia desorganizar a ordem da sociedade. Sob uma perspectiva estrutural, o ECF indaga quais lógicas, atitudes e práticas comportamentais e relacionais referentes às condições sociais irão, provavelmente, moldar a segurança e a estabilidade do ambiente operacional. Do ponto de vista da competição, o ECF indaga quais fatores provavelmente determinarão se, como e em que medida as potências globais rivais manipulam as condições do ambiente operacional em seu benefício. Em outras palavras, como as potências rivais podem orientar as condições sociais de forma a afetar as opções de competição estratégica dos EUA. Essas perguntas exploram as diversas fontes de competição dentro do ambiente operacional, a resiliência do ambiente operacional à competição e, o mais importante, as contradições sociais intrínsecas que aumentam as oportunidades de competição entre potências no ambiente operacional.

Compreendendo a explorabilidade

O conceito central do ECF é a exploração. A explorabilidade é a probabilidade ou a facilidade com que um ator, nacional ou estrangeiro, consegue usar uma vulnerabilidade e se beneficiar dela. O conceito de “benefício”, ou seja, o ganho que o ator obtém ao tirar proveito de uma condição, é fundamental nessa definição. Esse benefício ou ganho pode ser medido nos níveis tático, operacional ou estratégico.

Por exemplo, um amplo conjunto de trabalhos caracteriza os adversários dos EUA, especialmente a Rússia e, cada vez mais, a China, como envolvidos em atividades que reforcem sua influência em áreas nas quais os EUA têm, historicamente, uma vantagem.⁵ Para atingir seus objetivos, esses adversários, com a ajuda de seus parceiros e *proxies*, incluindo oportunistas não estatais não alinhados, buscam constantemente maneiras de aproveitar as vulnerabilidades do ambiente operacional, principalmente em áreas diretas de interesse em que esperam desafiar ou usurpar a influência dos EUA.⁶ Assim, em qualquer área de interesse global (e mesmo em áreas próximas), os atores adotam comportamentos específicos para aproveitar as oportunidades criadas por vulnerabilidades específicas, chegando, às vezes, a criar distorções nessas vulnerabilidades para torná-las mais exploráveis.

Isso implica que as condições do ECF são importantes, porém irrelevantes, a menos que um ator as use ou manipule para exercer influência. Os atores nacionais e estrangeiros transformam as

República Centro-Africana

Explorada para se tornar um Estado cliente da Rússia



Mercenários russos fornecem segurança adicional para um comboio com o Presidente da República Centro-Africana, Faustin-Archange Touadéra, em 16 de fevereiro de 2022. (Foto: Clément Di Roma, VOA, via Wikimedia Commons)

A República Centro-Africana (RCA) é o principal alvo de exploração por parte de vários atores — principalmente a Rússia — porque possui **diversas condições exploráveis, incluindo governança ineficaz, sociedades divididas, múltiplas soberanias e ameaças ambientais**. Como resultado da intermediação do Presidente Faustin-Archange Touadéra em um acordo para o fornecimento de armas, mercenários e uma força de proteção pela Rússia em troca de acesso às minas de ouro e diamantes do país, Moscou tem permanecido ativo no país, culminando com a captura do Estado.

O pretexto para o acordo foram as contínuas lutas da RCA com grupos itinerantes que aproveitaram as condições exploráveis de sociedades divididas, múltiplas soberanias e ameaças ambientais para derrubar a segurança e a estabilidade. Assim, após inúmeras tentativas fracassadas de sanar a instabilidade intransigente, o regime de Touadéra cedeu à pressão russa para entregar o Estado a Vladimir Putin. Valery Zakharov, um russo, tornou-se Assessor de Segurança Nacional da RCA, e a captura pela Rússia do regime de Touadéra levou a França — aliada de longa data da RCA — a se retirar do país, promovendo ainda mais os interesses geoestratégicos da Rússia.

Consequentemente, o Grupo Wagner, a força paramilitar obscura da Rússia ligada à inteligência de defesa russa, enviou cerca de 2.000 mercenários ao país. Embora sua missão declarada na RCA seja apoiar a segurança e a estabilização do país, seu objetivo e suas atividades reais envolvem a segurança das minas e a manutenção do regime de Touadéra no poder, até mesmo manipulando as eleições de 2020 para esse fim. Nesse processo, os agentes do Grupo Wagner abusam rotineiramente dos direitos humanos, ameaçam integrantes das forças de paz da ONU e perseguem as vozes dissonantes.

As relações de exploração entre Moscou e o regime de Touadéra também aumentaram o ônus de governança sobre os cidadãos, agravando a corrupção e a insegurança e minando as liberdades civis. Além de seus efeitos em cascata sobre a governança e a sociedade, a exploração por Moscou da fraca governança na RCA também destaca o fato de que, depois que um explorador obtém acesso irrestrito a um país soberano, é quase impossível remover sua presença, o que torna a exploração da RCA pela Rússia significativa para o país e para o equilíbrio regional do poder nos próximos anos.



Governo ineficaz



Sociedades divididas



Múltiplas soberanias



Ameaças ambientais

condições em oportunidades para alcançar resultados importantes. O ECF contextualiza essa relação condição-ator, concentrando-se nas complicações que os atores introduzem em uma área. Há vários motivos pelos quais os analistas devem priorizar essa relação de exploração condição-ator ao analisar, explicar, prever e medir a explorabilidade, incluindo:

- a crescente globalização, que está reduzindo o espaço e o tempo e conectando as comunidades locais com influências externas mais poderosas, em que a proximidade cada vez maior cria oportunidades e incentivos para que os atores externos se envolvam, mesmo no nível micro;
- uma conceituação mais ampla das ameaças, incluindo o aumento drástico das atividades dos adversários em regiões em desenvolvimento com uma forte conexão histórica com os EUA, com o potencial de dismantlar a governança nacional, a estabilidade e a influência regional dos EUA;
- as regiões em desenvolvimento estão se tornando áreas de competição global, o que pode minar um objetivo histórico da política externa dos EUA de isolar os países em desenvolvimento das consequências nocivas da rivalidade entre grandes potências; e
- a metástase de queixas associadas a condições socio-culturais a princípio comuns, o enxerto dessas queixas no cômputo nacional e o desvio manipulador da real fonte da queixa para implicar os EUA ou seus parceiros, a fim de obter acesso e influência vitais.

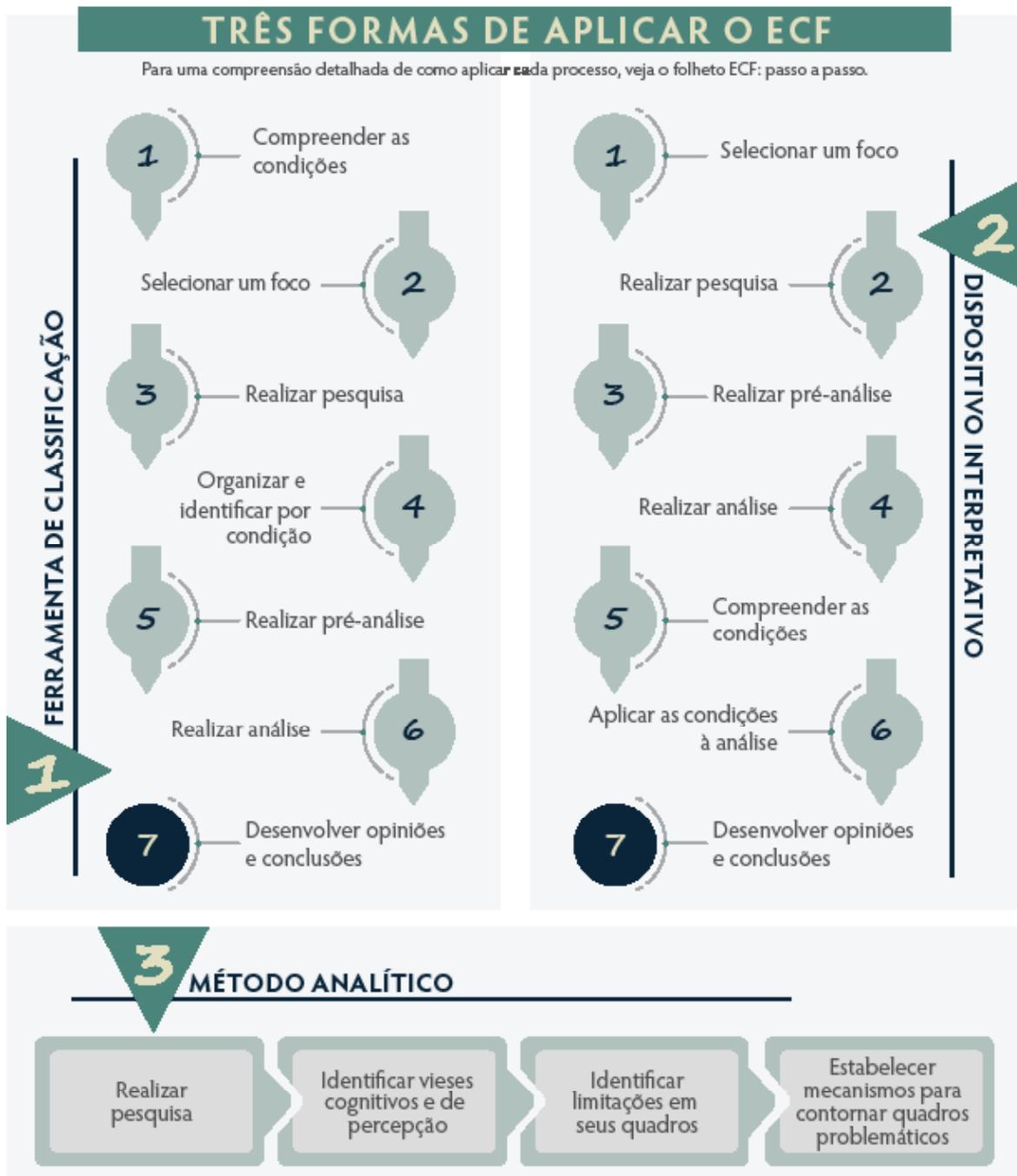
Essas preocupações destacam duas abordagens amplas para medir a explorabilidade de uma condição: a abordagem categórica e a abordagem contextual. A *abordagem categórica* calcula a explorabilidade de uma condição usando uma escala Likert, que oferece uma classificação da explorabilidade.⁷ A classificação corresponde à probabilidade de um ator encontrar e usar a vulnerabilidade em uma condição para minar a governança local ou nacional, dismantlar a segurança e a estabilidade e degradar a influência nacional ou regional dos EUA. Aqui, o analista avalia a probabilidade de exploração de “muito improvável” para “muito provável”. Nesse sentido, todas as vulnerabilidades relativas a uma condição têm explorabilidade categórica, e os planejadores e decisores do Exército dos EUA podem usar essa abordagem para priorizar a cooperação em segurança, os exercícios e o planejamento de operações de apoio à informação militar.

A *abordagem contextual* determina a explorabilidade da condição com base nas informações conhecidas a seu respeito. Por exemplo, o caminho das relações sociais, os vínculos do caminho com qualquer número de atores e a heurística da condição (ou seja, explicações ou entendimentos derivados da experiência histórica) podem fornecer uma compreensão de como as vulnerabilidades internas podem aumentar a exploração de uma condição no ambiente operacional com o potencial de minar a influência dos EUA. Assim, os analistas podem usar a abordagem contextual para avaliar o provável impacto da exploração nos sistemas de governança e na influência dos EUA.

Compreendendo a exploração

O ECF define a exploração como o esforço deliberado de um ator nacional ou estrangeiro, agindo sozinho ou em colaboração com outros, para obter uma vantagem de uma condição ao aproveitar sua proximidade com o ambiente operacional, manipular os fatores locais (por exemplo, relacionamentos) ligados à condição ou direcionar a condição ou percepção desta para obter benefícios. Normalmente, o ator utiliza uma série de recursos, incluindo elementos do poder nacional, para transformar uma condição a princípio benigna, porém potencialmente explosiva, em uma situação que o beneficie. Explorabilidade significa que o ambiente pode aceitar a exploração porque as condições são desejáveis para o ator ou atores que desejem aproveitá-las.

Compreender a explorabilidade pode ajudar a explicar a exploração, especialmente as relações proximais entre o ator e a condição que cria o caminho pelo qual a explorabilidade resulta em exploração. Atores poderosos, nacionais e estrangeiros, exploraram regularmente as vulnerabilidades das condições, na medida em que as autoridades não conseguem cumprir os padrões mínimos convencionais de governança eficaz. Por exemplo, atores motivados exploraram a governança ineficaz, as múltiplas soberanias, as sociedades divididas e a escassez de recursos na República Centro-Africana (sob o comando do Presidente Faustin-Archange Touadéra), no Mali (sob o comando do Presidente interino Assimi Goïta), na Somália (sob o comando do ex-Presidente Mohamed Abdullahi Farmaajo) e no Sudão (sob o comando do Gen Div Abdel Fattah al-Burhan) para dismantlar a governança política e criar insegurança e



(Figura: Susan Littleton, especialista gráfica do G-2, TRADOC)

Figura 3. Três formas de aplicar o ECF

instabilidade em benefício próprio.⁸ Da mesma forma, atores motivados exploraram as diferenças étnicas e religiosas (ou seja, sociedades divididas) para degradar a estabilidade e impedir que a Bósnia e Herzegovina se tornasse membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).⁹

A ideia, portanto, de que uma ou mais condições existem como vulnerabilidades que oferecem oportunidades de exploração amigável ou adversária é de enorme importância para a análise, teoria e políticas. Em termos de análise, explica a acessibilidade (ou seja, a proximidade das condições), a relevância (ou

seja, a gravidade ou a importância) e a eficácia (ou seja, o sucesso ou fracasso) do esforço de um adversário para minar a governança local ou desafiar a influência dos EUA. Isso proporciona aos analistas um mecanismo para compreender e priorizar as ameaças decorrentes das condições locais com base no grau ou extensão de sua explorabilidade. Em termos de teoria, a explorabilidade contribui com novos *insights* sobre como os adversários priorizam as condições de exploração em diferentes níveis de governo e as medidas específicas que adotam para explorar as condições. Em termos teóricos e práticos, essa exploração apresenta consequências significativas ao minar a governança local, degradar a influência dos EUA e promover seus interesses particulares. Do ponto de vista de políticas, a compreensão da exploração como um conceito contribui para aprofundar o entendimento das atividades adversárias, que, de outra forma, seriam pouco transparentes, como ameaças à influência global dos EUA, e oferece contramedidas capazes de mitigar as ameaças e promover os interesses e a influência dos EUA.

Aplicando o ECF à análise militar

O ECF oferece um meio prático pelo qual os analistas podem incorporar a metodologia e lógica das ciências sociais à análise militar. Como um modelo para análise sociocultural, o ECF pode ser aplicado de três maneiras funcionais (veja a Figura 3).

Primeiro, pode ser usado como uma ferramenta de organização para visualizar vulnerabilidades e efeitos desestabilizadores. Para essa aplicação, o ECF é usado no início da coleta e análise de dados para organizar os dados socioculturais. Dessa forma, o modelo ajuda os analistas a visualizarem e entenderem o ambiente operacional através da lente das condições exploráveis. Em particular, o ECF pode demonstrar como uma área pode estar vulnerável com base em suas condições de exploração.

Em segundo lugar, ele pode ser usado como uma ferramenta interpretativa para explicar a exploração no ambiente operacional. Aqui, o ECF é usado após a coleta e análise de dados para ajudar a entender a descoberta. Dessa forma, o ECF esclarece as condições mais prováveis de serem exploradas, por quem e para qual finalidade. Essa e a primeira aplicação são formas úteis de estender e expandir a visão do ambiente operacional e contribuir para a tomada de decisão militar.

Em terceiro lugar, pode ser usado como método para ancorar os analistas na análise sociocultural. Como método, o ECF é usado como uma técnica analítica e padrão que desenvolve habilidades de pensamento crítico para questionar suposições e opiniões, identificar mentalidades, estimular a criatividade e gerenciar a incerteza sobre a exploração do ambiente operacional. O uso regular do ECF pode permitir que os analistas do Exército estruturam o pensamento para enfrentar e resolver questões difíceis sobre vulnerabilidade e criar cenários de treinamento úteis que reflitam a exploração no mundo real.

Valor intrínseco do ECF

O ECF é um modelo simples que ajuda a revelar a vulnerabilidade e explicar a exploração. É um sistema de ideias que disponibiliza (1) uma imagem abrangente da sociedade e (2) uma maneira de refletir sobre o ambiente operacional.

ECF como imagem da sociedade. O ECF oferece uma perspectiva do ambiente operacional a partir de seus sistemas de choques. Um choque ocorre quando uma questão sociocultural específica desafia ou confronta as instituições e os mecanismos de manutenção da estabilidade de uma área. No contexto do ECF, os choques são mudanças relativamente súbitas na natureza das principais condições socioculturais que as tornam vulneráveis à exploração. Dessa forma, o ECF pode servir como um importante sistema de monitoramento, medição e alerta para que as partes interessadas detectem e acompanhem as mudanças que afetam a vulnerabilidade, principalmente as decorrentes da exploração.

Os efeitos da exploração podem incluir a incapacidade dos sistemas de governança de um Estado de canalizar recursos para atender às necessidades e/ou o desmantelamento das estruturas e coesão sociais. Essa incapacidade (de canalizar os recursos necessários ou de tratar do desmantelamento do Estado) pode levar à insegurança e instabilidade na área imediata. Há três maneiras pelas quais um analista pode monitorar uma mudança repentina nas condições socioculturais.

Monitorar a mudança na natureza de uma condição. Isso se refere a uma mudança significativa em uma condição, produzindo um efeito mais do que proporcional. Por exemplo, uma mudança significativa nas leis de extração mineral pode aumentar os lucros das companhias petrolíferas e impulsionar as

atividades de extração de petróleo, mas também fortalecer a oposição ativa à extração de petróleo. Isso pode levar a um aumento manipulado da atividade militante que prejudica a produção de petróleo, agrava a insegurança e ameaça a estabilidade econômica e política. Assim, a mudança na condição (ou seja, a nova lei de extração de petróleo) torna o efeito das condições (ou seja, a escassez de recursos e a desigualdade econômica) sobre a sociedade mais importante quando explorado. Por exemplo, a extração de petróleo na Nigéria, que pode ser analisada sob o rótulo mais amplo do ECF de “escassez de recursos”, testemunhou pelo menos três choques relacionados que afetaram várias condições exploráveis:¹⁰

- A descoberta de quantidades comerciais de petróleo em 1956 gerou uma grande receita inesperada e provocou agitações pelo controle de recursos (escassez de recursos), levou a uma guerra civil devastadora e aprofundou suspeitas e antagonismos entre as etnias nigerianas (sociedades divididas).
- A degradação ambiental generalizada e incessante — um resultado direto da produção de petróleo (ameaças ambientais) — provocou a agitação civil, incluindo a atual violência militante no Delta do Níger (sociedades divididas).
- O aumento impressionante dos preços do petróleo na década de 2000 ampliou as disparidades na receita gerada pelo petróleo (ou seja, bilhões de dólares) e as condições de miséria do povo do Delta do Níger (desigualdade econômica), bem como a completa devastação da ecologia dessa região (ameaças ambientais).

Monitorar a mudança nos mecanismos de absorção de choques de um governo. É a capacidade do governo de aceitar, gerenciar e neutralizar os efeitos nocivos dos choques (ou seja, a mudança na capacidade institucional de lidar com choques ou mitigar riscos). Por exemplo, a não reformulação pela Colômbia de suas políticas de segurança para reduzir sua dependência das Forças Armadas na garantia da segurança nas áreas rurais e permitir uma força policial civil mais forte criou uma lacuna de segurança que as redes ilícitas exploraram para promover seus interesses particulares, agravando a insegurança relacionada a gangues e drogas no país (governo ineficaz e redes ilícitas).¹¹

Monitorar a mudança nas capacidades reativas da sociedade. Essa é a habilidade da sociedade — o

povo (por exemplo, indivíduos, grupos e comunidades) — de manter a coesão e continuar a funcionar com uma capacidade anterior, apesar da mudança de uma condição ou de seus efeitos. Assim, a forma como a sociedade reage à exploração de uma condição pode piorar o impacto de uma condição explorada em uma área. Por exemplo, as comunidades dos países da África Ocidental afetadas pela variabilidade climática sofrem com a capacidade reduzida de mitigação dos efeitos do clima em sua economia (governo ineficaz e ameaças ambientais). Como consequência de sua capacidade reativa reduzida, elas foram facilmente manipuladas para se concentrarem no comportamento de vizinhos afetados de forma semelhante (por exemplo, fazendeiros, pastores) e menos nos fatores climáticos, o que aprofundou as suspeitas e os antagonismos e aumentou a hostilidade e a violência (sociedades divididas).¹²

Portanto, estabelecer uma visão de linha de base da sociedade é uma ação militar comum e um ponto de partida importante para o monitoramento da explorabilidade. O ECF serve como uma “lente” útil para observar a sociedade e seu potencial para a desordem vista através da relação ator-condição. Além disso, a imagem pode refletir a cristalização de condições mutáveis em desafios imutáveis, e o analista pode observar e monitorar essa metamorfose, incluindo seus efeitos.

O ECF como uma forma de pensar. Mais do que uma forma de ver a sociedade, mais do que um sistema de sinalização para alertar as partes interessadas sobre mudanças sociais importantes, o ECF oferece uma maneira de compreender a interação entre condições e pessoas envolvidas — um nexó modelo-ator. Os modelos costumam ser percebidos como estáticos e quase imutáveis. Entretanto, as condições do ECF assumem sua força devido aos comportamentos de atores que podem manipular ou direcionar uma condição ou um sistema de condições para criar um desafio mais complexo para a sociedade.

Portanto, é importante compreender a interação modelo-ator e suas consequências. O ECF ajuda o analista a prever a complexa interação entre uma condição e um ator ao forçar o analista a fazer perguntas ponderadas sobre o relacionamento. Por exemplo, se um analista tiver um compartimento com o rótulo “escassez de recursos” e, dentro dele, houver um subtítulo “comportamento”, o analista

estará implicitamente fazendo perguntas sobre comportamentos relacionados à escassez de recursos. Suponha que o analista tenha uma seta bidirecional do compartimento “escassez de recursos” ao compartimento “sociedade dividida”. Nesse caso, está questionando como as pessoas que manipulam a escassez de recursos (ou são afetadas por ela) estão criando divisões na sociedade e, de forma recíproca, como as divisões na sociedade afetam o comportamento daqueles que manipulam a escassez de recursos (ou são afetados por ela). Perguntas como essas ajudam a operacionalizar o ECF e são uma tarefa essencial para que os analistas envolvidos com o ECF compreendam os fundamentos dessa interação modelo-ator.

Observe-se que não é apenas a natureza de uma condição que gera insegurança ou instabilidade; é a manipulação da condição por atores motivados que conduz à insegurança e instabilidade. Por exemplo, a condição de “sociedades divididas” não é inerentemente desorganizadora e pode não causar desordem. Torna-se desorganizadora e produz desordem quando os atores exploram a diferença para promover seus objetivos particulares. Essa utilização da diferença como arma, como a Rússia fez na República Centro-Africana, impede a qualidade transformadora da diferença para aprimorar os processos políticos, criar salvaguardas constitucionais e institucionais contra o autoritarismo e permitir a resolução (inclusive judicial) de divergências políticas.¹³ Em vez disso, as suspeitas entre os grupos divididos se agravam, a insegurança e a instabilidade se aprofundam e os objetivos regionais da Rússia se consolidam, limitando a influência dos EUA.¹⁴

Situar o modelo dessa forma significa que a análise deve levar em conta as duas grandes vertentes do ECF: a condição em si e a explorabilidade da condição. Ambas são fatos sociais distintos e muito diferentes que interagem para criar instabilidade. Podemos pensar nas condições como fatos sociais materiais e em como as condições são exploradas como fatos sociais imateriais. Embora o analista deva estar sintonizado com as condições materiais, deve estar igualmente preparado para lidar com os aspectos imateriais, incluindo os interesses, os pontos fortes, a ideologia e os recursos do ator.

Resumo e conclusão

O ECF é um modelo dedutivo que começa com algumas estruturas ou quadros de orientação (ou seja,

as condições), extrai perguntas e, em seguida, começa a alinhar as perguntas com o quadro analítico e de amostragem apropriado (por exemplo, atores, acontecimentos e documentos podem ser amostrados). Em outras palavras, o ECF fornece ao analista os “compartimentos” analíticos preferidos para criar facilmente as setas relacionais à medida que interpretam, compreendem, explicam ou preveem fenômenos sociais no ambiente operacional. Os analistas usam o ECF para decidir explicitamente quais perguntas são mais importantes e como devem obter as respostas. Eles podem fazer uma análise melhor do ambiente operacional quando a estrutura analítica e as perguntas pertinentes, casos e instrumentos associados são explícitos, em vez de implícitos. Assim, o ECF permite e facilita uma melhor análise do cenário sociocultural do ambiente operacional e economiza tempo e recursos do Exército.

Ao receberem um conjunto de condições necessárias, que inferem algumas noções *a priori* sobre os fatores que têm o maior poder explicativo e preditivo, os analistas só precisam se concentrar em operacionalizar as condições por meio de perguntas de pesquisa cuidadosamente consideradas. Essas perguntas determinarão se as condições estão presentes ou ausentes no ambiente operacional, quem as está explorando (ou irá, provavelmente, explorá-las) e se isso teve um impacto na segurança e estabilidade do ambiente operacional ou na influência dos EUA. É importante saber como e por que vários atores exploram uma condição, pois evidenciam as relações sociopolíticas por meio das quais uma condição é transformada de um estado benigno em um estado desorganizador ou desestabilizador.

O ECF está surgindo como um quadro construtivo explícito na análise militar e de defesa. No entanto, analistas de diferentes áreas e do Departamento de Defesa sempre pensaram no ambiente operacional como um universo específico de forma, estrutura e interações, incluindo o universo sociocultural. Porém, seus esforços para entender o universo em que as Forças Armadas operam devem mudar à medida que esse universo altera seu caráter fundamental. Os tipos de saber antigos devem ceder lugar a novos. O ECF representa uma nova forma de pensar e conduzir a análise sociocultural do ambiente operacional em uma época de crescente competição entre potências globais com poder de combate equiparado e quase equiparado, bem como entre potências regionais e locais, e à

medida que as arenas de contestação se deslocam cada vez mais dos centros antigos para os novos.

A análise sociocultural, portanto, deve enfatizar as condições sociais que favorecem a exploração e propor maneiras pelas quais o Exército pode mitigar os riscos resultantes da possível exploração de uma condição para os interesses dos EUA e missões do Exército em todo o ambiente operacional. Cada

condição é um esquema conceitual que permite que os analistas descrevam processos sociais importantes, pelo menos por um tempo, até que esses processos sofram mudanças fundamentais. Basicamente, o ECF oferece um novo olhar para enxergar a realidade sociocultural do ambiente operacional e, igualmente relevante, para compreender essa realidade em um determinado momento e lugar. ■

Referências

1. Global Cultural Knowledge Network (GCKN), *Competition in 2035: Anticipating Chinese Exploitation of Operational Environments* (Fort Leavenworth, KS: U.S. Army Training and Doctrine Command [TRADOC] G-2, 15 August 2019), p. 4, acesso em 24 abr. 2023, <https://community.apan.org/wg/gckn/m/chinaproduct/411312>.
2. GCKN, "Exploitable Conditions Framework (ECF)" (Fort Leavenworth, KS: TRADOC G-2, 2021), acesso em 24 abr. 2023, <https://community.apan.org/wg/gckn/m/toolsandmethodologies/411343>.
3. Matthew B. Miles e A. Michael Huberman, *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*, 1st ed. (Thousand Oaks, CA: Sage, 1991), p. 18.
4. Ibid.
5. Alan Kuperman, "Constitutional Reform and Violent Conflict: Lessons from Africa, for Africa", *Climate Change and African Political Stability Research Brief No. 15* (Austin, TX: Strauss Center, 2 July 2013), acesso em 3 abr. 2023, <https://www.strausscenter.org/wp-content/uploads/research-brief-no.15-final.pdf>; Juan Pappier, "The Urgent Need to Reform Colombia's Security Policies", *Americas Quarterly* (site), 22 September 2020, acesso em 3 abr. 2023, <https://www.americasquarterly.org/article/the-urgent-need-to-reform-colombias-security-policies/>; Leif Brottem, "The Growing Complexity of Farmer-Herder Conflict in West and Central Africa", *Africa Security Brief No. 39* (Washington, DC: Africa Center for Strategic Studies, 12 July 2021), acesso em 3 abr. 2023, <https://africacenter.org/publication/growing-complexity-farmer-herder-conflict-west-central-africa/>; Eoin F. McGuirk e Nathan Nunn, "Transhumant Pastoralism, Climate Change and Conflict in Africa", *BREAD Working Paper No. 588* (Washington, DC: Africa Center for Strategic Studies, 4 May 2021), acesso em 3 abr. 2023, <https://africacenter.org/security-article/transhumant-pastoralism-climate-change-and-conflict-in-africa/>.
6. Samuel Ramani, "Russia's Strategy in the Central African Republic", *Royal United Services Institute for Defence and Security Studies*, 12 February 2021, acesso em 3 abr. 2023, <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russias-strategy-central-african-republic>.
7. Com base em uma escala Likert de cinco pontos, composta por (1) muito improvável (muito improvável de ser explorada), (2) improvável (improvável de ser explorada), (3) neutro (nem provável nem improvável de ser explorada), (4) provável (provável de ser explorada) e (5) muito provável (muito provável de ser explorada).
8. Joseph Siegle, "How Russia Is Pursuing State Capture in Africa", *Firoz Lalji Institute for Africa*, London School of Economics, 21 March 2022, acesso em 18 abr. 2023, <https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2022/03/21/how-russia-is-pursuing-state-capture-in-africa-ukraine-wagner-group/>.
9. Baroness Helić, "Electoral Reform Proposals in Bosnia and Herzegovina Will Cement Ethnic Divisions", *Royal United Services Institute for Defence and Security Studies*, 1 August 2022, acesso em 18 abr. 2023, <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/electoral-reform-proposals-bosnia-and-herzegovina-will-cement-ethnic-divisions>; Vesna Bojicic-Dzelilovic, "The Politics, Practice and Paradox of 'Ethnic Security' in Bosnia-Herzegovina", *International Journal of Security and Development* 4, no. 1 (2015), <https://doi.org/10.5334/sta.ez>; Francesco Alicino, "Religions and Ethno-Religious Differences in Bosnia and Herzegovina: From Laboratories of Hate to Peaceful Reconciliation", in *Proceedings of the Conference: Twenty Years after Dayton, the Constitutional Transition of Bosnia and Herzegovina*, ed. Ludovica Benedizione and Valentina Rita Scotti (Rome: LUISS University Press, 2016), p. 143-58, <http://dx.doi.org/10.13130/1971-8543/7778>.
10. Kuperman, "Constitutional Reform and Violent Conflict".
11. Pappier, "The Urgent Need to Reform Colombia's Security Policies".
12. Brottem, "The Growing Complexity of Farmer-Herder Conflict in West and Central Africa"; McGuirk and Nunn, "Transhumant Pastoralism, Climate Change and Conflict in Africa".
13. Ramani, "Russia's Strategy in the Central African Republic".
14. Luke Harding e Jason Burke, "Leaked Documents Reveal Russian Effort to Exert Influence in Africa", *The Guardian*, 11 June 2019, acesso em 18 abr. 2023, <https://www.theguardian.com/world/2019/jun/11/leaked-documents-reveal-russian-effort-to-exert-influence-in-africa>.

A REDE DE CONHECIMENTO CULTURAL GLOBAL (GCKN)

é um centro de análise sociocultural do Operational Environment Enterprise do G-2, TRADOC, Exército dos EUA. A GCKN oferece um meio prático pelo qual os analistas podem incorporar ferramentas de ciências sociais, metodologias e a lógica sociocultural em análises militares. Concebida primordialmente para as comunidades de analistas socioculturais e de inteligência do Exército, a abordagem da GCKN é útil para qualquer pessoa interessada no estudo de fenômenos sociais — culturais, econômicos, políticos, ambientais, educacionais, industriais, legais, médicos ou outros —, principalmente se seus estudos abordarem a interseção entre os elementos internos e externos, segurança e estabilidade.



SMs



Blended Learning



Frameworks



Methodologies



Para obter mais informações sobre a GCKN, veja
WWW.COMMUNITY.APAN.ORG/WG/GCKN



Carro de combate do Exército norte-vietnamita com a bandeira da Frente de Libertação Nacional, em 30 de abril de 1975, no Palácio Presidencial em Saigon, capital do Vietnã do Sul. A queda de Saigon para as forças comunistas marcou o fim da Guerra do Vietnã. (Foto: Alamy)

Ignorando o fracasso

O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras

Eric Michael Burke, Ph.D.

Algumas das consequências mais impactantes da guerra decorrem da calibração incorreta dos preparativos, estratégia e táticas de um

exército com as particularidades políticas e estratégicas de uma missão ou inimigo específico. Como advertiu Carl von Clausewitz, “o primeiro, o mais importante, o

ato de discernimento mais decisivo” de qualquer comandante mais antigo é avaliar com precisão a natureza política dinâmica e o caráter estratégico de uma guerra, “não tomá-la por algo que não é ou querer fazer dela algo que, pela natureza de suas relações, é impossível que seja.”¹ Por muito tempo, traduções errôneas e influentes dessa afirmação sugeriam que os conflitos podem ser categorizados em “modalidades” mais ou menos estáticas (convencionais, não convencionais, limitados, totais, etc.), ignorando a essência política e o dinamismo orgânico caótico do conflito humano que o autor original havia enfatizado. Por isso, há muito tempo, militares e acadêmicos consideram que a advertência de Clausewitz significa que um exército deve ter o tamanho adequado e estar preparado para uma “modalidade” específica de conflito que interpretam como iminente. No mínimo, costumam afirmar que os preparativos feitos para desenvolver ou “modernizar” uma força nos períodos entre guerras devem chegar a uma equação “menos errada” do que os possíveis adversários.² Sem dúvida, nenhum comandante pode prever com exatidão que tipo de desafio está por vir. No entanto, um ponto cego predominante historicamente é a propensão das guerras a se transformarem fundamentalmente de uma “modalidade” para outra, mediante a troca caótica de golpes e contragolpes que as compõem coletivamente, derrubando os preparativos anteriores de ambos os beligerantes.

O novo Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*) do Exército, refere-se a essas mudanças como “transições”. As transições nas operações militares podem ocorrer entre contextos estratégicos (competição, crise ou conflito armado), tarefas (ataque, defesa ou estabilidade), fases operacionais ou Armas, Quadros e Serviços de uma campanha. Podem ocorrer de forma esperada, como quando um comando passa de um esforço principal para um esforço de apoio, durante mudanças na organização de tarefas ou ao transferir responsabilidades entre unidades. Também podem ocorrer de forma inesperada, forçando uma adaptação abrupta e, muitas vezes, drástica de uma modalidade de operação ou conflito para outro a fim de evitar desastres. Portanto, o planejamento, o treinamento e a antecipação de possíveis transições, em especial as de caráter potencialmente importante, representam uma responsabilidade imprescindível para os comandantes do Exército em todos os escalões.³ Clausewitz falou relativamente pouco, de forma explícita, a respeito das transições nos conflitos, mas

seu paradigma operativo da guerra como uma atividade essencialmente caótica e imprevisível certamente implicava a probabilidade de ocorrência desse fenômeno.⁴

Embora atraente em teoria, a capacidade imaginária de muitos exércitos ao longo da história de evitar o desdobramento para certos tipos de conflitos ou de impedir a transformação de uma guerra de um tipo para outro sempre foi um ato de autoengano perigoso. O melhor que os líderes podem esperar é uma força preparada para gerenciar, enfrentar e se adaptar de forma eficaz a circunstâncias inevitavelmente em constante mudança, prevendo as principais transições mais prováveis conforme os objetivos designados, as estratégias nacionais e o ambiente operacional para o qual foram desdobrados. Apesar dessa realidade, as ideias inovadoras, os avanços tecnológicos, a reestruturação organizacional ou os novos conceitos operacionais têm, com frequência, cantos de sereia perigosos para os exércitos em épocas entre guerras, ansiosos por panaceias que lhes permitam evitar o que sabem ser suas fraquezas mais incômodas e aproveitar seus pontos fortes percebidos. Em vez de realizar análises extremamente honestas, dolorosamente minuciosas e desconfortavelmente abrangentes dos grandes reveses, os exércitos tendem a ignorá-los completamente ou, então, a se concentrar em como evitarão determinadas “modalidades” de conflitos na próxima vez. Muitas vezes, isso assume a forma de planos para vencer de forma decisiva qualquer conflito futuro tão rapidamente que a transição para um cenário indesejado se tornará impossível. Em outros casos, especialmente quando certos tipos de contingências inconvenientes parecem não chegar ao nível de uma ameaça existencial, os exércitos do período entre guerras fazem de conta que tais cenários são muito menos importantes ou urgentes do que outras alternativas, supostamente

Eric Michael Burke, Ph.D., é historiador de combate terrestre e instrutor da equipe de Staff Ride do Combat Studies Institute e da Army University Press no Combined Arms Center, em Fort Leavenworth. Serviu como Sargento de Infantaria em campanhas no Iraque e Afeganistão. É autor de *Soldiers from Experience: The Forging of Sherman's Fifteenth Army Corps, 1862-1863* (LSU, 2023), coautor de *Enduring Success: Consolidating Gains in Large-Scale Combat Operations* (AUP, 2022) e autor do livro em via de publicação *Siren Songs: The Perils of Interwar Escapism* (AUP, 2023).



Militar estadunidense carrega um comando (*ranger*) sul-vietnamita ferido para uma ambulância após um breve, porém intenso, combate com os vietcongues durante a Ofensiva de Tet, em 6 de fevereiro de 1968, perto do Estádio Nacional de Esportes, na seção de Cholon, em Saigon. (Foto: Dang Van Phuoc, Associated Press)

mais perigosas. Afinal de contas, por que se preparar para algo que não seja o pior possível? Tudo que pareça menos perigoso se resolverá por si só. Ou não?

Este último cenário se aproxima bastante da descrição da estratégia de desenvolvimento do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) no início do período entre guerras, após a desastrosa Guerra do Vietnã. Devido às implicações de longo prazo das decisões tomadas durante um período tão influente, muitas das quais continuam sendo elogiadas por historiadores e militares como sucessos brilhantes, o Exército convive com suas consequências até hoje. À medida que a Força emerge da sombra da guerra no Afeganistão com algo muito aquém do que uma vitória brilhante para inscrever em seu estandarte, é hora de refletir sobre como as decisões e predileções de integrantes da alta liderança como o general William DePuy, primeiro Comandante do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA (*Training and Doctrine Command*, TRADOC), colocaram em andamento uma tendência cultural quase indelével, em

meados da década de 1970, que ainda ameaça a capacidade do Exército de aprender de forma produtiva com seus fracassos e superar suas vulnerabilidades históricas. Somente ao evitar o impulso da fuga impossível do que não se quer enfrentar é que qualquer exército pode se tornar a força mais resiliente, capaz e bem-sucedida possível. Os comandantes do Exército da atualidade têm uma segunda chance, extremamente rara, de evitar as mesmas armadilhas e acertar dessa vez.

O clube do “Nunca mais”

Em suas reflexões sobre a Guerra do Vietnã nas páginas finais de seu livro de memórias, *A Soldier Reports* (“Relatos de um soldado”, em tradução livre), o Gen William Westmoreland defendeu não apenas suas próprias decisões e ações como Comandante do Comando de Assistência Militar no Vietnã (*Military Assistance Command—Vietnam*, MACV), mas também as do Exército em geral, expressando o que se tornou quase um consenso entre os oficiais do Exército contemporâneo.



Fuzileiros navais do 1º Batalhão, 5º Regimento de Fuzileiros Navais, descansam ao lado de um muro danificado do Palácio Imperial de Hue, após uma batalha pela cidadela, em fevereiro de 1968, durante a Ofensiva de Tet. (Foto: Associated Press)

“As Forças Armadas claramente fizeram o trabalho que a nação exigia e esperava delas”, argumentou, convencido de que os historiadores do futuro “refletiriam de forma mais favorável sobre o desempenho dos militares do que sobre o dos políticos e formuladores de políticas”.⁵ Os analistas da empresa Braddock Dunn & McDonald (BDM), encarregada pelo Exército em 1975 de elaborar sua única análise oficial da crise, discordaram da avaliação de Westmoreland. “Há méritos e culpas suficientes para compartilhar”, afirmaram.⁶

O conflito no Vietnã, em muitos aspectos, havia simplesmente se mostrado além dos limites da capacidade dos EUA. Embora os militares tenham se mostrado extremamente adaptáveis no nível tático, com muitos comandos abraçando os intrincados desafios de equilibrar a contrainsurgência com a necessidade de repelir a invasão de unidades comunistas da força principal, como argumenta o historiador Gregory Daddis, o complexo desafio estratégico e a “guerra híbrida” enfrentados pelas Forças Armadas dos EUA — principalmente as “limitações do que uma força estrangeira pode alcançar ao assessorar exércitos

autóctones” — por fim se mostraram intoleráveis. Em última análise, os EUA “não conseguiram criar um exército, construir uma nação e lutar uma guerra ao mesmo tempo”, embora a missão exigisse exatamente a coordenação eficaz de todos os três objetivos.⁷ A dependência excessiva de táticas de “busca e destruição”, voltadas ao poder de fogo e criadas para serem empregadas contra inimigos soviéticos, apenas afastou ainda mais o sucesso estratégico.

Embora reconhecessem o caráter persuasivo dos argumentos em voga na época, enfatizando as ações sul-vietnamitas ou comunistas (e não as estadunidenses) ao explicar o resultado final do conflito, dado o foco nos EUA da análise da BDM, os autores procuraram abordar “o principal problema enfrentado pelo país: por que nosso poderio militar sobrepujante não poderia ser convertido em vantagens políticas e diplomáticas equivalentes na Indochina?”⁸ Afinal, como observou o Gen Bda DeWitt Smith, em julho de 1977, “Vencemos praticamente todas as batalhas, mas, de acordo com qualquer definição sensata de objetivos estratégicos, perdemos a guerra”. Para Smith parecia ser “absolutamente

imprescindível” forjar um entendimento prático de como essa circunstância infeliz havia surgido.⁹

Os analistas da BDM acreditavam saber a resposta. Embora os combates e campanhas estejam entre as diversas ferramentas disponíveis aos comandantes encarregados da busca militar abrangente dos objetivos políticos, os enfrentamentos que se mostram “desnecessários e dispendiosos” podem acabar contribuindo para a derrota estratégica, mesmo que inicialmente se assemelhem a vitórias “no sentido militar tradicional”. Por outro lado, as operações consideradas derrotas no campo de batalha podem, paradoxalmente, “aproximar ainda mais um oponente determinado e inteligente de seu objetivo final”. Os oficiais estadunidenses testemunharam exatamente esse fenômeno na forma do ataque comunista quase suicida, no início de 1968. Apesar das perdas quase catastróficas sofridas pelas forças inimigas no campo de batalha, as implicações políticas da Ofensiva de Tet acabaram resultando em um benefício estratégico decisivo.¹⁰ Na verdade, os efeitos políticos drásticos decorrentes das baixas estadunidenses sofridas durante a ofensiva apenas exacerbaram os mais de três longos anos de “vitórias” comunistas menores, na forma de breves emboscadas nas montanhas ou de “milhares de vidas, membros e veículos destruídos por minas e armadilhas, sem nenhum inimigo à vista”. Esses eventos dificilmente justificavam a classificação como “batalhas” no léxico militar tradicional dos EUA, mas seu efeito estratégico cumulativo na formação do moral e da determinação tanto dos estadunidenses quanto dos sul-vietnamitas acabou sendo decisivo.¹¹

Em sua análise final, os redatores da BDM atribuíram a derrota não apenas a uma “grave desconexão e incompatibilidade entre fins e meios” no esforço de guerra estadunidense, mas também às grandes diferenças entre uma “lógica fundamentalmente direta da liderança dos EUA” e um “pensamento sutil [...] sofisticado” de seus inimigos comunistas.¹² Enquanto o MACV atribuía os louros do passado às medidas convencionais de progresso mais apropriadas para operações de combate em larga escala contra um adversário com poder de combate quase equiparado, proporções de baixas, características do terreno “controladas”, etc., as autoridades comunistas mantiveram “uma visão mais ampla e de longo alcance, mais focada em ganhos e perdas políticas e psicológicas, [e] mudanças no impulso geral” no nível estratégico da guerra do que em combates individuais “vencidos” no nível tático.¹³ Os oficiais estadunidenses

havia superado seus oponentes, mas, no fim das contas, foram “superados no nível do pensamento.”¹⁴

O estudo da BDM sugeria que a elaboração de uma abordagem estadunidense bem mais abrangente para contemplar e abordar os aspectos políticos e psicológicos mais sutis da guerra traria grandes dividendos no futuro. Dada a lição do Vietnã de que “o poderio militar maciço dos EUA não era a melhor ou a única arma para o conflito do Vietnã, pelo menos da forma como foi empregado”, a questão parecia ser para onde ir a partir dali. Os autores se perguntaram: “As forças de combate dos EUA podem ser treinadas e condicionadas mentalmente para o tipo de guerra popular que foi travada na Indochina?” À primeira vista, considerando os hábitos de pensamento quase axiomáticos profundamente arraigados na psique militar estadunidense, a resposta parecia duvidosa. O “*American Way of War*” [“modo de guerra estadunidense”] — assim intitulado pelos autores —, decorrente da história, tendia a enfatizar a ciência em detrimento da arte da guerra, os aspectos físicos, temporais e espaciais em detrimento dos aspectos morais e psicológicos da estratégia, e as táticas de ação direta centradas no poder de fogo em detrimento de abordagens indiretas mais sutis.¹⁵ Uma maneira de combater esses hábitos de pensamento problemáticos — sugeriram os analistas em sua “Agenda para o futuro” — era buscar uma doutrina mais “ampla/flexível” que mudasse a tendência das Forças Armadas dos EUA de escrever e treinar para conceitos operacionais “estreitos/fixos” relevantes apenas para “modalidades” muito específicas de guerras e adversários.¹⁶ Acima de tudo, a questão premente parecia ser “como preparar e empregar melhor (as Forças Armadas)? E para que tipo de disputa(s)?” A última pergunta, claro, sugeria que o Exército teria, no futuro, o luxo de escolher exatamente “em que tipo de disputa(s)” lutaria.¹⁷

As conclusões dos analistas da BDM foram reproduzidas por uma minoria especialmente atenciosa e reflexiva do corpo de oficiais do Exército. Um mês após o acordo de cessar-fogo de janeiro de 1973 entre os governos dos EUA e do Vietnã do Norte, o Cap James Thomas, do componente da reserva do Exército dos EUA, redigiu um artigo para a *Military Review*, no qual expressava sua preocupação com a possível trajetória de desenvolvimento do Exército no pós-guerra. Seguindo a sugestão de pensadores estratégicos contemporâneos, como Robert Osgood e Roger Hilsman Jr., Thomas refletiu sobre os anos imediatamente após a crise da “guerra limitada” de 1950-1953,

na Coreia. Após aquele pesadelo do início da Guerra Fria, muitos comandantes mais antigos do Exército desenvolveram uma clara aversão — na verdade, repulsa — à “ideia de limitar a violência internacional de modo a atender a fins políticos qualificados” no futuro. Eles achavam que, se a liderança política estadunidense convocasse as Forças Armadas a empregar a força no exterior, ela deveria se comprometer a permitir o emprego de todas as armas e táticas disponíveis para atingir os objetivos estratégicos de forma rápida e decisiva. Era preciso evitar operações “limitadas” que incluíssem um envolvimento confuso e aparentemente espinhoso em questões como contrainsurgência e construção nacional. Em sua opinião, nada — incluindo o uso de armas nucleares — deveria ser deixado de lado se os objetivos políticos fossem suficientes para justificar o uso da força militar. Na opinião de muitos oficiais do Exército, foi justamente esse obstáculo de ter de combater o inimigo comunista “com uma mão amarrada nas costas” que contribuiu para a derrota estratégica dos EUA no Vietnã.¹⁸ Se os objetivos políticos fossem qualificados, os presidentes e o Congresso não deveriam bater à porta do Pentágono. Thomas se referiu a esses oficiais como membros do “clube do ‘Nunca mais’”.¹⁹

Diferentemente de muitos de seus colegas, embora ele próprio fosse um veterano do Vietnã, Thomas entendia que a mentalidade que inspirava o clube do “Nunca mais” representava “um problema silencioso” que “se espalhava, como um tentáculo, por todo o Exército” e representava uma grande ameaça a uma Força que quase certamente seria desdobrada para outras “guerras limitadas” no futuro. “O passado recente se imporá ao futuro previsível”, advertiu os leitores, já que o “fato da guerra limitada como uma missão do Exército permanece”. Em vez de tentar

eleitos assim determinem.” Afinal de contas, afirmou ele, “pode ser positivo ter uma alternativa ao que ocorreu duas vezes em nosso passado recente (na Coreia e no Vietnã).”²⁰

Embora seja difícil avaliar a influência do editorial de Thomas entre os leitores da *Military Review*, suas ideias repercutiram o suficiente no Ten Cel Donald Vought, outro veterano do Vietnã, para que redigisse uma carta ao editor em maio. Vought também percebeu que “um novo clube do ‘Nunca mais’ estava se formando” e ficou muito preocupado com o fato de que “os membros desse clube pareciam ser de graus hierárquicos mais elevados do que os defensores da opinião contrária”. O pronunciamento frequente de muitos integrantes dos graus hierárquicos mais elevados do Exército de que a Guerra do Vietnã havia “terminado e pronto” costumava ter “um toque de definitividade bíblica que eu duvido ser o caso”. A tendência de presumir que as guerras futuras envolveriam principalmente a manobra de grandes unidades de combate em operações convencionais levou Vought a “suspeitar que talvez não estejamos nos preparando para lutar a próxima guerra no estilo da última, mas no estilo da antepenúltima (Segunda Guerra Mundial)”. Embora parecesse difícil acreditar que, depois de sair ensanguentado e ferido de uma guerra tão longa, o Exército simplesmente se esforçaria para descartar “as lições aprendidas a um custo tão alto” e, em vez disso, procuraria “se dissociar dessa experiência desagradável”, Vought se preocupava com o fato de que esse escapismo “pode muito bem se manifestar na criação de um exército profissional que não seja mais capaz de lutar em uma guerra limitada do que o de 1960”. Pior ainda, se fosse assim, caso os inimigos dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se “recusassem a participar

“ Na opinião de muitos oficiais do Exército, foi justamente esse obstáculo de ter de combater o inimigo comunista ‘com uma mão amarrada nas costas’ que contribuiu para a derrota estratégica dos EUA no Vietnã. ”

ignorar ou evitar tais missões, ele acreditava que o Exército precisava tirar proveito da mudança de 1973 rumo a uma Força totalmente voluntária e adotar “mudanças em nossos procedimentos de treinamento [...] concebidas para preparar nossos soldados psicologicamente e moralmente para o próximo engajamento limitado — caso nossos líderes

da luta armada de qualquer outra forma, quem então exerceria a maior influência?”, indagou diretamente.²¹

Oito meses mais tarde, os editores da *Military Review* publicaram preocupações semelhantes, redigidas pelo Ten Cel James R. Johnson, veterano com duas missões no Vietnã, que, na época, atuava como docente do

Department of Strategy at the Command and General Staff College. Johnson percebeu que muitos de seus colegas oficiais avaliavam “o custo do desastre do Vietnã para as Forças Armadas” como tendo sido “grande demais e afirmam que as forças do Exército nunca mais retornarão a uma situação semelhante.” De acordo com essa percepção, muitos também afirmaram “que não há obrigatoriedade de educar e treinar os oficiais do Exército em questões de defesa interna e desenvolvimento.” Essa intromissão na contrainsurgência provou ser tudo, menos eficiente, declararam.²²

Johnson não concordou. As afirmações de que “não havia mais Vietnãs” no horizonte e que, portanto, o Exército precisava se preparar apenas para operações de combate em larga escala “podem proporcionar uma sensação de conforto e bem-estar”, escreveu ele, mas “não se justificam nem pela experiência histórica, nem pelas condições atuais.” Afinal de contas, observou, o Exército havia participado de muito mais operações de baixa intensidade e de contrainsurgência ao longo de sua história do que de guerras convencionais. “Há poucos motivos para suspeitar que o futuro trará mudanças substanciais na proporção”, presumiu, e, portanto, embora “alguns militares possam, portanto, preferir estudar táticas convencionais e tecnologia de campo de batalha”, nem o passado nem a situação global atual justificavam tais hábitos. Se conflitos como o do Vietnã servissem de guia, parecia plausível a afirmação de que “a guerra popular prolongada anuncia um novo período de guerra com base em uma doutrina que enfatiza as pessoas em vez das máquinas.”²³

Enquanto a maioria dos membros do clube do “Nunca mais” percebia uma atrofia alarmante das capacidades estadunidenses no enfrentamento das ameaças no meio e no limite superior do espectro do conflito, oficiais como Thomas, Vought e Johnson temiam que a experiência do Vietnã sinalizasse uma incapacidade perigosa das forças estadunidenses para competir de forma confiável em guerras “limitadas” e “populares”, do tipo que haviam enfrentado por mais de sete anos. “Os militares estadunidenses [...] devem dedicar o mesmo tempo e seriedade ao estudo da Guerra Popular ao se prepararem para futuros conflitos”, insistiu Johnson. A doutrina vigente do Exército mostrou-se, lamentavelmente, inadequada para conflitos híbridos tão complicados, concentrando-se na “guerra nuclear de média intensidade, em que todos os combatentes usam uniformes, os civis são considerados meramente como possíveis obstáculos [...] [e] as decisões se baseiam

na inteligência do campo de batalha.” Em vez disso, a doutrina comunista da “guerra revolucionária” munuiu os inimigos estadunidenses com “a capacidade dos fracos de derrotar os fortes” e, portanto, Johnson não viu “nenhuma razão para acreditar que as lições não seriam lidas pelos planejadores [inimigos] de guerras futuras.” Sem doutrina e treinamento adequados para isso, “como os militares enfrentam um inimigo que não depende de sistemas de armas táticas modernas”? Somente uma verdadeira revolução na abordagem do Exército para conceituar e treinar todas as suas unidades para operações no amplo espectro da guerra poderia solucionar o déficit.²⁴

O novo Comandante do novíssimo Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA (*U.S. Army Training and Doctrine Command*, TRADOC), Gen William E. DePuy, discordou totalmente. Indiscutivelmente um dos membros mais fiéis do “novo clube do ‘Nunca mais’”, a extensa experiência de DePuy na Segunda Guerra Mundial e no Vietnã o conduziu a uma conclusão diametralmente oposta. “As unidades de tropas regulares dos EUA são particularmente inadequadas para o propósito de operações de ‘segurança’ em que precisam estar em contato próximo com a população”, observou. Por outro lado, as táticas centradas no poder de fogo eram adequadas para um oficial que, enquanto comandava um batalhão de infantaria na Segunda Guerra Mundial, considerava que sua função principal era escoltar observadores avançados de artilharia pela França.²⁵ No Vietnã, seus soldados da 1ª Divisão de Infantaria se mostraram especialmente hábeis em táticas de “busca e destruição” focadas em localizar e neutralizar unidades inimigas com poder de fogo sobrepujante. O historiador Richard Lock-Pullan observou que “DePuy percebia o Exército dos EUA como preparado e capaz de lutar apenas em guerras de força principal”, convencido de que “o Vietnã foi uma aberração e não um desafio fundamental à compreensão dos EUA sobre a guerra e o papel do seu exército”. Em vez disso, o Exército deveria “se preparar [...] para o tipo de guerra que preferia”. Em 1973, o Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen Creighton Abrams, encarregou-o de reconstruir todo o sistema de treinamento do Exército, redirecionar os esforços de desenvolvimento do Exército para sanar o que considerava ser um desgaste profundo das habilidades de combate relevantes para dissuadir e, se necessário, derrotar o inimigo soviético convencional na Europa, o que era exatamente o que DePuy pretendia fazer.²⁶

“Um novo jogo”

Em parte devido a preocupações com a deterioração das capacidades do Exército em guerras de média intensidade como resultado da situação difícil e prolongada no sudeste asiático, Abrams criou em 1973 o Astarita Study Group para avaliar a situação atual da Força em relação ao que ele e a administração consideravam a ameaça estratégica mais urgente do mundo livre — a invasão soviética da Europa Ocidental.²⁷ Embora admitisse livremente que a determinação de “um caminho para o futuro é cheia de armadilhas [...] [e é], na melhor das hipóteses, uma ciência imprecisa, moldada mais por percepções do passado e do presente do que por visões do futuro”, a proposição do grupo de reorientar o Exército para a Europa foi reforçada por informações de inteligência dos EUA cada vez mais nefastas, que indicavam mudanças ameaçadoras nos desdobramentos soviéticos.²⁸ Pelo menos cinco divisões blindadas soviéticas haviam se deslocado para o oeste, muitas das quais ostentavam os modernos carros de combate T-62 e T-72, bastante aprimorados. A maioria dos analistas considerava esses novos sistemas de armas superiores ao que a OTAN tinha em mãos para enfrentá-los em caso de invasão e, mesmo que estivessem errados, os comandantes mais antigos do Exército sabiam que os números elevados poderiam compensar quaisquer disparidades qualitativas ocultas. Abrams, DePuy e a maior parte da liderança do Exército reconheciam que um ataque soviético repentino significaria defender a Europa Ocidental apenas com as forças



O Gen William E. DePuy, do Exército dos EUA, foi o primeiro comandante do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA (U.S. Army Training and Doctrine Command, TRADOC) (1973-1977). Veterano de combate experiente e com várias condecorações, que serviu na Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia, foi fundamental para que o Exército se concentrasse quase que exclusivamente no estudo, equipamento e treinamento, principalmente para o combate em larga escala na Europa contra a União Soviética, que ele afirmava ser o próximo adversário mais provável. Era conhecido também por ter minimizado a importância das lições aprendidas na Guerra do Vietnã, além de desconsiderar a necessidade de estudo ou treinamento para operações de contrainsurgência, considerando esse conflito uma aberração na história militar dos EUA que provavelmente não se repetiria. (Foto cedida pelo Exército dos EUA)

da OTAN imediatamente disponíveis, o que equivaleria a uma ação retardadora provisória até que a ajuda chegasse do exterior. Ninguém sabia quanto tempo isso levaria. No entanto, o possível preço que as forças da OTAN teriam de pagar se estivessem despreparadas parecia ter ficado bem claro na tarde de 6 de outubro de 1973, quando as forças de uma coalizão entre

Egito e Síria invadiram as fronteiras israelenses para dar início ao que viria a ser chamado, entre muitos outros nomes, de Guerra do Yom Kippur.²⁹

Ao sobrepular em duas frentes as forças israelenses pegas de surpresa, os comandantes árabes esperavam assegurar objetivos táticos limitados e mantê-los por tempo suficiente para forçar a intervenção diplomática dos EUA, da União Soviética ou de outros aliados árabes de forma a mudar a situação política regional a seu favor. A vitória sobre o arrogante Estado judeu, ainda orgulhoso dos louros conquistados na Guerra dos Seis Dias de 1967, também poderia ajudar a restaurar o moral abalado das Forças Armadas egípcias e sírias.³⁰ Em suma, a coalizão árabe buscou infligir “as maiores perdas ao inimigo” para convencê-lo de que a ocupação contínua do território tomado durante a Guerra dos Seis Dias “exige um preço alto demais a ser pago”.³¹ A

estratégia de segurança israelense de intimidação seria diretamente ameaçada, o que os líderes árabes esperavam que abrisse caminho para “uma solução honrosa para a crise do Oriente Médio” e uma “mudança básica” na diplomacia israelense e estadunidense.³²

O ataque surpresa do Egito foi lançado por cinco divisões e, em dois dias, alcançou a maioria de seus objetivos na margem leste do Canal de Suez. Armados com mísseis anticarro soviéticos mortíferos, uma ampla rede de mísseis antiaéreos avançados e, o mais importante, o fator de surpresa total, a infantaria e os blindados egípcios fizeram os combatentes israelenses atônitos retroceder e surpreenderam o mundo com seu rápido sucesso tático. Os líderes egípcios rejeitaram vários apelos das principais potências para um cessar-fogo, na esperança de maximizar seus ganhos territoriais e consolidar a mudança repentina no equilíbrio regional de poder.³³ Embora vários oficiais egípcios temessem uma recuperação do poder de combate israelense, com o apoio dos EUA, caso as forças árabes avançassem além de seus pontos fortes ao longo do canal, os contra-ataques israelenses bem-sucedidos, viabilizados pelo desdobramento hábil de reservistas contra as forças sírias ao norte das Colinas de Golã, exigiram uma ofensiva egípcia renovada ao sul para aliviar a pressão sobre seu aliado do norte.³⁴ Em 14 de outubro, após um atraso de vários dias, teve início uma segunda ofensiva, mas, dessa vez, os árabes foram repelidos de forma sangrenta.³⁵ Dois dias depois, os blindados israelenses viraram o jogo em um avanço para o outro lado do Canal de Suez. Embora os líderes dos EUA e da União Soviética tivessem ameaçado uma intervenção militar em apoio aos beligerantes, as cabeças mais frias acabaram prevalecendo e alcançou-se um cessar-fogo. No fim da guerra, com baixas inferiores a 3 mil, as forças israelenses haviam contra-atacado muito além das fronteiras pré-guerra do Estado Judeu e rapidamente se aproximavam das capitais de ambos os seus inimigos árabes. Um exército de campanha egípcio inteiro foi

Europa Ocidental. As forças israelenses, em desvantagem numérica e armadas com equipamentos predominantemente estadunidenses, foram inicialmente repelidas de forma contundente pelos árabes armados com sistemas de armas soviéticos avançados. A necessidade de proteger cada centímetro do território israelense soberano, as implicações desastrosas da derrota em uma campanha inicial e a necessidade urgente de desferir um golpe decisivo antes da intervenção de potências estrangeiras que propunham um cessar-fogo desvantajoso coincidiam com as preocupações da OTAN na Europa.³⁷ Mesmo assim, embora historiadores tenham sugerido há muito tempo que a Guerra do Yom Kippur funcionou como um verdadeiro alerta para um Exército dos EUA focado em sua situação complicada no Vietnã, na verdade, oficiais como DePuy já haviam decidido mudar o foco de volta para a Europa antes que as primeiras colunas árabes ingressassem no território israelense. Como demonstrou Saul Bronfeld, o próprio DePuy caracterizou a guerra como “uma desculpa maravilhosa [...] para revisar e atualizar nossa própria doutrina.”³⁸ Para DePuy e o clube do “Nunca Mais”, ao contrário do fracassado atoleiro no Vietnã, a Guerra do Yom Kippur foi o tipo certo de guerra no momento mais oportuno que se possa imaginar.

Quando DePuy falou e escreveu sobre a necessidade de “atualizar nossa doutrina” à luz da Guerra do Yom Kippur e a necessidade do Exército de “recuperar o atraso na modernização, após perder uma geração de modernização durante a Guerra do Vietnã”, ele revelou uma forte suposição de que o conflito árabe-israelense era, de fato, representativo do futuro de uma maneira que a Guerra do Vietnã nunca havia sido, que se tratava de um

“ Para muitos comandantes mais antigos do Exército, a guerra no Levante tinha todas as características de ‘guerra moderna’ que há tempos esperavam de um conflito na Europa Ocidental. ”

cercado e, talvez o mais importante, nenhuma vida de civil israelense foi perdida. Quase 18 mil soldados da coalizão árabe foram mortos e mais de 8 mil foram capturados.³⁶

Para muitos comandantes mais antigos do Exército, a guerra no Levante tinha todas as características de “guerra moderna” que há tempos esperavam de um conflito na

“tipo” de guerra especialmente moderno e que, portanto, uma análise minuciosa dela (e, talvez mais exatamente, *não* do Vietnã) seria útil para melhorar a capacidade do Exército de enfrentar com sucesso as contingências no futuro próximo. Em um mês, Israel perdeu mais peças de artilharia e viaturas blindadas para o poder de fogo árabe

de fabricação soviética do que todas as forças do Exército dos EUA mantidas na Europa. Uma “nova letalidade” parecia definir os assuntos no campo de batalha do Oriente Médio, e DePuy e muitos outros não podiam deixar de notar as semelhanças gritantes entre os confrontos entre árabes e israelenses e aqueles que previam que ocorreriam na Alemanha Ocidental.³⁹

Obviamente, as semelhanças nas características táticas e, principalmente, técnicas do conflito dominaram essas comparações. Como fizeram com frequência no Vietnã, os comandantes no Exército dos EUA deram pouca ou nenhuma atenção aos contornos políticos, estratégicos ou mesmo operacionais da guerra.⁴⁰ Na maioria das vezes, ignoraram os objetivos políticos fundamentalmente psicológicos da coalizão árabe que haviam anulado, de forma eficaz, as terríveis baixas que ela sofreu no campo de batalha, assim como os norte-vietnamitas antes deles. Também não reconheceram a relevância da incompatibilidade da doutrina israelense predominante com as circunstâncias estratégicas dinâmicas na região.⁴¹ No entanto, o conflito não apenas confirmou as noções preconcebidas de DePuy sobre a guerra moderna, mas também ofereceu “um meio de obter vantagem na negociação dos orçamentos do Exército e de convencer os generais de infantaria [...] quanto à necessidade de mudança,” explica Bronfeld.⁴² Apesar da clareza de propósito de DePuy, foi significativa a resistência à sua reformulação míope da doutrina do Exército em resposta às lições da Guerra do Yom Kippur, principalmente por parte da liderança em Fort Benning.⁴³

Oficiais da infantaria, como o Gen Bda Thomas Tarpley, então Comandante da Escola de Infantaria em Fort Benning, e o Gen Div John Cushman, escolhido por DePuy para o comando inaugural do novo Centro de Armas Combinadas (*Combined Arms Center*, CAC) em Fort Leavenworth, relutaram em aceitar a rejeição de DePuy às lições do Vietnã desde o início. Fortemente influenciados pelas operações predominantemente aeromóveis e de contrainsurgência que a Infantaria havia conduzido no sudeste asiático por quase uma década, ambos os oficiais tinham dificuldade em acreditar que a Guerra do Yom Kippur, fortemente centrada em blindados, havia demonstrado que tais operações eram agora, milagrosamente (e muito convenientemente para um EUA malsucedido), coisa do passado. A resistência da Escola de Infantaria costumava irritar DePuy, levando-o a condenar aqueles

que chamava de “generais de infantaria” (embora ele próprio fosse da infantaria) por sua “mentalidade de quatro quilômetros por hora”. A Guerra de Yom Kippur foi uma guerra de blindados e infantaria mecanizada, explicou ele, completamente diferente dos métodos de combate do Vietnã ainda ensinados em Fort Benning. “Eles não entendiam,” contou DePuy mais tarde, o que fez com que sentisse a necessidade de “tirá-los daquela letargia.”⁴⁴ Ele estava confiante de que as guerras futuras se assemelhariam muito mais à do Yom Kippur do que à do Vietnã, e não estava disposto a se desviar significativamente de suas prioridades. A noção de que uma guerra futura poderia conter o potencial de transição de uma para a outra, justificando assim uma preparação cuidadosa para ambas, não fez parte de suas considerações.

As visões de DePuy só se tornaram mais detalhadas após um Acordo de Exploração Israelense-Estadunidense assinado na primeira metade de 1974, autorizando a transferência de dados e equipamentos árabes capturados para análise pelos EUA. Naquele ano, diversos oficiais deslocaram-se sob ordens para o Levante para coletar os dados e formar suas próprias conclusões sobre as lições do conflito. Entre eles estava o Gen Don Starry, Comandante do Centro e Escola de Blindados do Exército dos EUA (*U.S. Army Armor Center and School*), em Fort Knox.⁴⁵ Os frutos coletados nessas visitas e esforços de análise culminaram em uma série de relatórios sobre as lições da guerra, sendo o mais influente preparado pelo próprio DePuy, em fevereiro de 1975.⁴⁶ No relatório, DePuy concluiu que as armas do campo de batalha moderno eram “muito mais letais do que quaisquer outras armas que já encontramos” e que era necessária uma “equipe de armas combinadas altamente treinada e capacitada” para superá-las.⁴⁷ “Estamos em um novo tipo de jogo”, afirmou repetidamente. A guerra parecia demonstrar, um dia, que o Exército teria de “operar em um campo de batalha povoado por essas armas letais em grande quantidade e ainda assim cumprir a tarefa sem perdas catastróficas.”⁴⁸ Fazer isso seria uma tarefa extremamente difícil, mas não impossível.

Acima de tudo, a mobilidade era fundamental. “Você não pode ficar estático”, advertiu. Os meios de armas combinadas precisavam ser coordenados de forma a suprimir as capacidades inimigas para facilitar uma guerra



Carros de combate israelenses da 143ª Divisão atravessam o Canal de Suez na noite de 15 para 16 de outubro de 1973, em uma manobra que, rapidamente, transferiu a iniciativa da campanha das forças egípcias para as israelenses. O Gen William DePuy, Comandante do TRADOC, considerava a movimentação terrestre acelerada das forças blindadas, característica de ambos os lados na Guerra do Yom Kippur, essencialmente o mesmo tipo de guerra que ocorreria na Europa caso eclodisse um conflito de larga escala entre a OTAN e as forças soviéticas, o que influenciou as diretrizes doutrinárias que desenvolveu para o Exército dos EUA. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

de manobras que culminasse “no ponto decisivo e no momento decisivo.” Os comandantes precisavam “enxergar o campo de batalha melhor do que o inimigo, para que saibam aonde e quando ir.”⁴⁹ Como DePuy sabia muito bem, essa constância de inteligência relevante e a capacidade de “enxergar o campo de batalha melhor do que o inimigo” não poderiam ser mais diferentes do que muitos de seus leitores haviam experimentado pessoalmente no Vietnã e se preocupavam em enfrentar novamente. De fato, o próprio Starry caracterizou o conflito como “um tipo de guerra extremamente difícil e sem informação.”⁵⁰

Ignorando esses escrúpulos sobre um tipo de guerra que logo abandonaria e, em vez disso, comparando os blindados modernos estadunidense e soviéticos, DePuy enfatizou a realidade alarmante de que “não temos nenhuma vantagem decisiva, nem eles”. Por isso, a guerra futura seria simplesmente uma questão do que se converteu em “proporções de mortes” aritméticas, que lembra bastante a infame contagem de corpos no Vietnã. “Quem tiver mais carros de combate no campo de batalha terá

vantagem”, insistiu.⁵¹ O alcance ampliado e as capacidades de penetração dos canhões de carros de combate e mísseis anticarro soviéticos avançados significavam que, se as forças dos EUA “puderem ser vistas no campo de batalha, seriam atingidas”, alertou DePuy. “O que pode ser atingido, pode ser eliminado.”⁵² A única maneira de evitar esse destino sombrio consistia em dominar o uso do terreno e da ocultação ao se aproximar de posições inimigas e usar o carro de combate para levar o combate até o inimigo. Essa manobra magistral exigiria treinamento extensivo e o apoio de uma equipe de armas combinadas igualmente bem treinada.⁵³ “O ambiente do campo de batalha moderno está se tornando mais complexo, mais letal e mais interativo do que nunca”, afirmou.⁵⁴ Esse refrão viria a se tornar muito comum.

DePuy previu que as lições do conflito do Yom Kippur “determinariam as características necessárias em nossos novos sistemas.”⁵⁵ Era importante que “nossas escolas, nossos desenvolvedores de combate e os envolvidos em treinamento se lembrassem dessas lições e as relacionassem

com nossos conceitos,” explicou. “Tudo o que fazemos,” concluiu o general, “deve estar relacionado a essas lições tão importantes, convergir para nossos conceitos e resultar nas melhores armas, melhores táticas e melhores técnicas, para que o Exército dos EUA possa vencer o primeiro combate da próxima guerra, em inferioridade numérica.”⁵⁶ Foram ignorados os possíveis riscos inerentes a uma busca tão agressiva e obstinada de prontidão para uma contingência estratégica extremamente específica. As possíveis implicações caso “o primeiro combate da próxima guerra” ou, de fato, de qualquer conflito futuro, não seguisse o roteiro da Guerra do Yom Kippur, ou o que poderia acontecer caso essa guerra se transformasse ou passasse para um tipo completamente diferente, foram deixadas de fora do informe de DePuy.

“Não são [...] os mais inteligentes”

Ao longo de sua carreira, DePuy permaneceu firmemente comprometido com o aumento do poder de combate nos escalões táticos mais baixos.⁵⁷ Essa prioridade, forjada em suas experiências na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, influenciou todos os aspectos de sua abordagem da reforma militar. Veterano da 90ª Divisão de Infantaria, notória pela má sorte, que sofreu perdas de 150% de seu corpo de oficiais durante a campanha de 1944 na Normandia, DePuy havia saído da guerra com pouco respeito pelas habilidades inatas de liderança dos subalternos estadunidenses. Quase todos os fracassos foram atribuídos a um treinamento inadequado antes do desdobramento.⁵⁸ No coração das táticas de fogo e manobra do Exército — argumentou ele — estavam as habilidades aprendidas aliadas ao entendimento das capacidades do sistema de armas nas fileiras subalternas. Sem essas

vantagens resultantes de instrução e exercícios, todas as diversas vantagens inatas dos combatentes estadunidenses seriam desperdiçadas.

Como ele tendia a interpretar sua experiência pessoal da Segunda Guerra Mundial como uma verdadeira condi-

ção *sine qua non* da guerra, conflitos mais complicados do ponto de vista estratégico, como a Coreia e o Vietnã, nunca se encaixaram perfeitamente em sua definição de guerra real, o que o levou a rejeitar prontamente a legitimidade desses conflitos. A Guerra do Yom Kippur, por outro lado, com sua concentração de carros de combate e manobras de infantaria mecanizada com poder de fogo, era exatamente o tipo de confronto que ele tinha em mente.⁵⁹ Mais responsável do que qualquer outro indivíduo pela trajetória futura do treinamento e da doutrina do Exército, as particularidades da experiência pessoal de DePuy serviram cada vez mais de base para a abordagem de guerra de toda a Força. O general via pouca utilidade na teoria e estratégia militar eruditas no nível tático, no qual, a seu



O Gen Div John H. Cushman foi o primeiro Comandante do Centro de Armas Combinadas, em Fort Leavenworth, Kansas. Nessa função, supervisionou a reformulação do novo FM 100-5, que foi reprovado pelo Gen William DePuy em dezembro de 1974, por não abordar a retificação das deficiências do Exército da forma que DePuy acreditava ser necessária para preparar o Exército para combater as forças soviéticas de forma eficaz na Europa. (Foto cedida pelo Exército dos EUA)

ver, o Exército mais precisava de uma reforma imediata. Por esse motivo, ele julgava que o Exército precisava passar da ênfase na *educação* militar — mais apropriada para as contingências complicadas da era da “Resposta Flexível” de Kennedy — para um treinamento militar voltado para a formação de unidades e líderes para sua própria e iminente Guerra do Yom Kippur na Europa.⁶⁰

Embora inicialmente encarregado por Abrams de reformular um conjunto de questões de pessoal relativas à mudança para uma Força totalmente voluntária, a reforma e reconstrução total da doutrina e dos métodos de treinamento do Exército tornaram-se rapidamente o principal foco de DePuy como primeiro Comandante

do TRADOC. Entendendo que a única maneira de preparar o Exército para o que acreditava estar por vir era mostrar o caminho por escrito, ele anunciou a expectativa de que todos os manuais de campanha do Exército seriam em breve atualizados e substituídos, alinhando cada um deles com seu conceito da missão principal da Força na Europa.⁶¹ De longe, o mais importante e influente dos manuais do Exército foram as sucessivas edições do FM 100-5, *Operações* (Field Manual 100-5, *Operations*), a doutrina operacional fundamental (*capstone*) da Força, que delineia sua forma de pensar sobre a natureza da guerra e seu papel nela. Atualizado pela última vez em 1968 para abordar as lições óbvias da guerra em curso no Vietnã, DePuy estava convencido de que era necessária uma nova edição amplamente reformulada para definir o tom e o padrão de todos os manuais subsequentes elaborados nos centros e escolas das Armas, Quadros e Serviços do Exército. O novo FM 100-5 seria mais do que um manual de campanha. Conforme a intenção de DePuy, seria um substituto para a revolução e uma boia salva-vidas para um exército que acreditava estar à beira do desastre na Europa.

Dada a grande importância da coordenação de armas combinadas que DePuy considerava ser o cerne das operações no novo campo de batalha, moderno e extremamente letal, o novo CAC do Gen John Cushman, em Fort Leavenworth, seria o principal responsável pela elaboração do novo manual. Assim, em dezembro de 1974, Cushman participou de uma conferência com DePuy em Fort A. P. Hill, orgulhosamente preparado para informar o Comandante do TRADOC sobre o que acreditava que, certamente, seria o próximo manual doutrinário fundamental do Exército. Infelizmente, o engenheiro formado pelo MIT que se tornou oficial de infantaria tinha uma mentalidade bem diferente da de DePuy, com uma inclinação intelectual acadêmica misturada com a convicção de que a melhor doutrina era a doutrina flexível, evitando regras rígidas no espírito das recomendações dos analistas da BDM e enfatizando a necessidade de juízo independente e raciocínio dependente do contexto por parte dos oficiais do Exército no terreno. Afinal, o Vietnã havia provado que as operações militares no amplo espectro do conflito descrito no FM 100-5 de 1968 exigiam um pensamento inovador quando o livro disponível não fornecia respostas imediatas. Dessa forma, a versão preliminar — extremamente concisa — do manual de Cushman caracterizava a guerra como uma “arte do homem pensante”

que “nada tinha a ver com regras.” Ele também se opunha à ideia, tão proeminente entre aqueles que se impressionaram com a Guerra do Yom Kippur, de que os blindados e a infantaria mecanizada eram a chave para futuras vitórias. Não havia “sistemas de armas supremos,” adequados universalmente para todas as contingências possíveis no amplo espectro do conflito, afirmava a versão preliminar, o que significava que todas as ferramentas e técnicas deveriam continuar sendo consideradas.⁶²

Ao contrário das expectativas de Cushman, DePuy ficou chocado. Toda a premissa da versão preliminar do manual desafiava todas as suas convicções sobre o Exército e o combate em geral. Ele acreditava que a guerra se baseava em princípios atemporais e “regras invioláveis” que emergiam naturalmente das capacidades quantificáveis específicas dos sistemas de armas. Além disso, o tipo de iniciativa necessário para a criatividade na resolução de problemas era extremamente raro entre os oficiais que ele conheceu ao longo de sua carreira, sendo que a maioria exigia instruções simplistas e diretas, estritamente prescritivas em sua intenção. Os militares precisavam de orientação passo a passo sobre “como lutar,” e não de abstrações mais adequadas a um seminário sobre teoria estratégica de uma academia militar, argumentou.⁶³ Como afirmou o próprio Cushman, sua versão preliminar se concentrou, intencionalmente, em “como pensar sobre o combate,” diferentemente do manual de instrução estritamente prático que DePuy tinha em mente.⁶⁴

Talvez o pior de tudo seja o fato de que nada na versão preliminar de Cushman prometia apoiar os esforços de aquisição do Exército, dada sua admissão tácita de que a Força não poderia prever com perfeição as contingências mais prováveis que ameaçavam a segurança nacional. Na opinião de DePuy, era preciso que os congressistas — controladores do dinheiro público — acreditassem que o Exército sabia exatamente o que estava por vir, e se fazia necessário um manual que desse essa impressão.⁶⁵ Em suma, como observa Paul Herbert, DePuy pretendia elaborar um manual que fosse “ao mesmo tempo uma doutrina de combate e uma estratégia de aquisição.”⁶⁶ Se o Exército pudesse conceber uma doutrina convincente, argumentou, “Então, devemos comprar as armas que fazem com que ela funcione e escrever os manuais que explicam como usar as armas que fazem com que ela funcione.”⁶⁷ A possibilidade de que os objetivos políticos específicos de conflitos futuros não exigissem, em última instância, tais armas, assim como a recente crise no Vietnã havia exigido

um conjunto de ferramentas fundamentalmente diferente do arsenal contemporâneo dos EUA, era praticamente irrelevante para ele. A transformação da Força começou com uma visão do futuro campo de batalha, combinada com descrições detalhadas de cenários táticos plausíveis. Cálculos minuciosos baseados nas capacidades conhecidas de forças amigas e inimigas ajudariam a identificar as deficiências e lacunas que precisavam ser sanadas por meio de jogos de guerra e pedidos fundamentados de aquisições ou financiamentos adicionais. Para DePuy, essa lógica era irreprensível. Ela também estava totalmente ausente na versão preliminar do manual de Cushman.⁶⁸

Em uma dura repreensão à versão preliminar de Cushman, DePuy descartou prontamente o manuscrito inteiro, agendando uma nova conferência na primeira metade de 1975 e encarregando Cushman de revisar o projeto por completo. Compreensivelmente contrariado, o comandante do CAC não obedeceu. Como resultado, talvez de acordo com seus planos desde o início, em abril de 1975 DePuy optou por formar sua própria equipe de elaboração doutrinária, um tanto informal, em Fort Monroe. Os oficiais escolhidos a dedo para a tarefa estavam em sintonia com seu chefe relativamente às necessidades de desenvolvimento mais urgentes do Exército. Sob sua supervisão direta, em um prédio no posto informalmente conhecido como “Boathouse”, puseram-se, diligentemente, a escrever a fim de concretizar a visão de DePuy.⁶⁹ Embora muitos oficiais ansiassem por uma Força totalmente voluntária, com recrutas da mais alta qualidade disponíveis na sociedade estadunidense, DePuy continuou sendo um produto de suas experiências de carreira no Exército baseado no serviço militar obrigatório. “Nosso sistema não coloca as pessoas mais inteligentes em unidades de fuzileiros na melhor das guerras”, alertou. Os soldados de infantaria e de carros de combate que habitualmente servem nas unidades mais avançadas eram “ótimos rapazes, mas não são eloquentes” e, certamente, “não são intelectuais”. Eles precisavam de uma doutrina cuidadosamente redigida “para que conseguissem entender”. Instruiu a “turma do Boathouse” a elaborar o novo FM 100-5 com isso em mente e evitar as abstrações teóricas acadêmicas de Cushman. Eles deveriam se ater estritamente “à aritmética do campo de batalha”, disse-lhes, incluindo gráficos abundantes em toda a versão preliminar, retratando as principais ideias e estatísticas contidas no texto.⁷⁰

Tudo no novo manual representou um profundo estreitamento de foco na abordagem oficial do Exército

sobre como pensar e conduzir a guerra. Reorientou a Força exclusivamente para a preparação de apenas um cenário estratégico altamente específico. A nova doutrina foi projetada explicitamente para tirar “o Exército dos arrozais do Vietnã” e reintroduzi-lo “no campo de batalha da Europa Ocidental contra os integrantes do Pacto de Varsóvia.”⁷¹ O documento instava os líderes a se concentrarem nos imperativos prováveis de lutar em situação de inferioridade numérica contra capacidades inimigas comparáveis em uma “guerra curta e intensa”, na qual a primeira batalha muito possivelmente seria a última.⁷² Desde que conseguissem estar prontos para tal missão, os autores da doutrina presumiram que o Exército seria capaz de combater ameaças supostamente menores com apenas pequenas adaptações doutrinárias no terreno.⁷³

Enquanto o FM 100-5 de 1968 começava com uma definição ampla das operações do Exército como “ações ou a condução de missões militares estratégicas, táticas, de serviço, treinamento ou administrativas”, DePuy afirmava em seu primeiro parágrafo que o “objetivo principal do Exército é *vencer o combate terrestre* — lutar e vencer em combates, grandes ou pequenos, contra qualquer inimigo, onde quer que sejamos enviados para a guerra”. O manual de 1968 explicava, desde o início, as intrincadas conexões entre os objetivos nacionais, a estratégia nacional e a estratégia militar, além de reconhecer as diversas formas que os conflitos poderiam assumir no que chamava de “o espectro da guerra”. Seus redatores alegaram que o Exército “deve ser capaz de conduzir operações sob cada uma ou todas essas formas de guerra em todas as áreas geográficas do mundo”. Embora tenha admitido que a Força “pode se ver em uma guerra em qualquer um dos vários lugares e situações”, enfrentando tanto as unidades regulares soviéticas quanto “unidades irregulares em uma parte remota do mundo menos desenvolvido”, o novo FM 100-5 de 1976 não ofereceu quase nenhuma instrução sobre como combater estas últimas, nem sobre as conexões cruciais entre objetivos nacionais, estratégia e operações. Muito pelo contrário, a doutrina de DePuy focada no combate concentrava-se em uma interpretação das operações militares estritamente em termos de “como o Exército dos EUA destrói as forças militares inimigas e alcança ou defende objetivos geográficos importantes”. Na verdade, o novo manual omitiu completamente as diretrizes sobre “operações de estabilização”, incorporadas à doutrina fundamental do Exército apenas

em 1968 para refletir os desafios contínuos de contrain-surgência e as lições aprendidas no Vietnã.⁷⁴

Em 1º de julho de 1976, o Chefe do Estado-Maior do Exército [equivalente a Comandante do Exército no Brasil], Bernard W. Rogers, aprovou o novo manual de

tripulações dos carros de combate israelenses no Levante haviam alcançado “proporções de força” de um para cinquenta contra os blindados inimigos e como suas análises sugeriam que a artilharia moderna poderia reduzir o poder de combate das unidades blindadas de ataque em



O desastre do Vietnã ofereceu ao Exército uma rara oportunidade de analisar criticamente suas evidentes deficiências de prontidão para episódios futuros semelhantes — como os que ocorreriam no Iraque e Afeganistão.



DePuy, publicado em um fichário de três anéis, destacando seu foco tático e facilitando as revisões.⁷⁵ Para garantir a conformidade com a nova doutrina e a padronização nas diversas escolas das Armas, Quadros e Serviços e centros de treinamento do Exército, no ano seguinte, o TRADOC de DePuy instituiu uma grande reforma na metodologia de avaliação de treinamento do Exército. O novo Programa de Treinamento e Avaliação do Exército definiu missões específicas e objetivos de treinamento tático para cada unidade e formação do Exército, incluindo listas de verificação padronizadas das tarefas e habilidades necessárias ao cumprimento de cada missão.⁷⁶ Representando uma profunda melhoria em relação às medidas de treinamento baseadas no tempo que substituiu, o Programa de Treinamento e Avaliação do Exército revolucionou o rigor e a relevância doutrinária do treinamento em todo o Exército e lançou as bases do desenvolvimento de uma força de combate altamente profissional e significativamente mais competente do ponto de vista tático.

Ao mesmo tempo, devido à doutrina de foco restrito que esses métodos de treinamento foram projetados para apoiar, paradoxalmente também contribuíram para uma redução acentuada da flexibilidade tática das unidades treinadas e especializadas para realizar uma determinada missão ou função de combate. Pior ainda, ela se prestou ao surgimento de uma abordagem inerentemente tecnocrática, tanto em relação à preparação quanto à reflexão sobre a guerra, incorporada no novo FM 100-5.⁷⁷ O compromisso de DePuy com essa filosofia de treinamento tão metódica combinava com sua paixão por capacidades de combate quantificáveis. Ele costumava mencionar como as

exatamente 33%.⁷⁸ Certa vez, ele afirmou a necessidade de aumentar a capacidade profissional de cada batalhão do Exército em exatamente 500%, o que supostamente permitiria que dominassem pelo menos cinco unidades inimigas de tamanho comparável.⁷⁹ A maneira exata de medir esse conjunto dinâmico de variáveis não foi mencionada, mas a lógica implícita da declaração (ou talvez a falta dela) foi muito significativa.

O historiador Richard Lock-Pullan observou como o desafio da defesa da OTAN “proporcionou a especificidade fundamental necessária para o sucesso da inovação, ao apresentar um problema concreto para o Exército, como instituição, resolver”. Embora seja, sem dúvida, conveniente para oficiais como DePuy, encarregados da “modernização” da Força, o foco míope em um desafio estratégico tão específico também introduziu seus próprios perigos extremos, que iam além de simplesmente ignorar outras possíveis contingências. Esse foi exatamente o caso quando — como de fato ocorreu nas décadas seguintes — o temido cenário de pesadelo nunca chegou a acontecer. Mesmo depois de reconhecer as grandes restrições orçamentárias da época, como afirma Ingo Trauschweizer, ainda “parece provável que o [...] Exército poderia ter mantido maior *expertise* em pequenas guerras e contrain-surgências, mas isso foi deliberadamente negligenciado”.⁸⁰ Além disso, como observam Trauschweizer e Lock-Pullan, as decisões de doutrina, treinamento e aquisições tomadas no início da década de 1970 definiram as bases para mudanças futuras que, inevitavelmente, colocaram o Exército em uma trajetória específica de desenvolvimento. Para o bem e para o mal (e a grande maioria dos

historiadores tem se concentrado exclusivamente no primeiro caso), os futuros comandantes do Exército só poderiam se apoiar em uma base estrutural, ideológica e cultural estabelecida por oficiais como DePuy, produzida para ser exclusivamente relevante para dissuadir ou repelir as divisões blindadas soviéticas na Alemanha Ocidental.⁸¹ Optando por lidar com sua maior crise institucional da era pós-Segunda Guerra Mundial mediante o abandono radical das lições de sua experiência traumática no Vietnã, o Exército, em vez disso, voltou a se concentrar apenas no que seus comandantes mais antigos consideravam a missão “mais árdua” concebível, com base nas lições de um único conflito estrangeiro considerado suficientemente “moderno” para ser contemplado de forma relevante.⁸² Ao fazer isso, contribuiu significativamente para as dificuldades que enfrentaria no próximo meio século, pois foi forçado a se envolver em transições dolorosamente custosas e adaptações trabalhosas a uma enorme série de desafios fundamentalmente diferentes daqueles para os quais havia sido reformulado para enfrentar.

A “Defesa Ativa” de DePuy seria apenas a primeira em uma longa lista de reformas doutrinárias que acabaram levando ao famoso conceito de Batalha Ar-Terra e seus sucessores da era da Guerra Global contra o Terrorismo, às operações no amplo espectro e operações terrestres

unificadas. Cada um deles, embora reconhecesse (muitas vezes por pura necessidade) a exigência de que as forças do Exército se preparem, treinem e planejem a condução de operações diferentes do combate em larga escala contra um inimigo com poder de combate quase equiparado, teve dificuldades para reformular com êxito uma base cultural estabelecida pelo TRADOC de DePuy na era imediatamente pós-Vietnã. Embora os oficiais do Exército tenham mantido por muito tempo uma afinidade problemática por pensar apenas nas raríssimas “grandes guerras” da história militar estadunidense, apesar de séculos de envolvimento em quase todos os outros tipos concebíveis de contingência, crise e missão, o desastre do Vietnã ofereceu ao Exército uma rara oportunidade de analisar criticamente suas evidentes deficiências de prontidão para episódios futuros semelhantes — como os que ocorreriam no Iraque e Afeganistão. Em vez disso, ao se permitir ser ativamente distraído por comandantes mais antigos determinados a desviar o olhar do embaraçoso “elefante na sala”, o Exército estava destinado a arcar, mais uma vez, com os custos sangrentos e elevados associados ao despreparo, quando seus maiores desafios do século XXI se recusaram a seguir as regras que a Força, há muito, havia aprendido a esperar. ■

Referências

1. Carl von Clausewitz, *On War*, trad. J. J. Graham (London: Kegan Paul, Trench, Trübner, 1908), p. 25.
2. Williamson Murray, *War, Strategy, and Military Effectiveness* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), p. 141.
3. Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2022), p. 3-16.
4. B. A. Friedman, “War Is the Storm—Clausewitz, Chaos, and Complex War Studies”, *Naval War College Review* 75, no. 2 (Spring 2022), acesso em 20 set. 2022, <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol75/iss2/5/>.
5. William C. Westmoreland, *A Soldier Reports* (New York: Doubleday, 1976), p. 424-25; Brian Linn, *The Echo of Battle: The Army's Way of War* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007), p. 193.
6. *A Study of Strategic Lessons Learned in Vietnam: Omnibus Executive Summary* (McLean, VA: The BDM Corporation, 1980), EX-2, acesso em 20 set. 2022, <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA096423.pdf>.
7. Gregory A. Daddis, “Eating Soup with a Spoon: The U.S. Army as a ‘Learning Organization’ in the Vietnam War”, *The Journal of Military History* 77, no. 1 (January 2013): p. 229-54; Gregory Daddis, *Westmoreland's War: Reassessing American Strategy in Vietnam* (Oxford: Oxford University Press, 2014), p. 169; Karl Lowe, “Hybrid War in Vietnam”, in *Hybrid Warfare: Fighting Complex Opponents from the Ancient World to the Present*, ed. Williamson Murray and Peter Mansoor (Cambridge: Cambridge University Press, 2012), p. 254-88.
8. *A Study of Strategic Lessons Learned in Vietnam*, EX-3; David Fitzgerald, *Learning to Forget: U.S. Army Counterinsurgency Doctrine and Practice from Vietnam to Iraq* (Stanford, CA: Stanford University Press, 2013), p. 51-53, 57-58.
9. *A Study of Strategic Lessons Learned in Vietnam*, EX-1.
10. *Ibid.*, EX-3.
11. *Ibid.*, EX-6.
12. *Ibid.*, EX-4.
13. *Ibid.*, EX-5.
14. *Ibid.*, EX-11.
15. Não deve ser confundido com o influente estudo homônimo de Russell Weigley, de 1973.
16. *A Study of Strategic Lessons Learned in Vietnam*, D-1.
17. *Ibid.*, EX-9.
18. *National Security Policy and the Changing World Power Alignment* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1972), p. 115.
19. James A. Thomas, “Limited War: The Theory and the Practice”,

- Military Review* 53, no. 2 (February 1973): p. 77.
20. Ibid., p. 75-81.
 21. Donald Vought, carta ao editor, *Military Review* 53, no. 5 (May 1973): p. 2-3.
 22. James R. Johnson, "People's War and Conventional Armies", *Military Review* 54, no. 1 (January 1974): p. 28.
 23. Ibid., p. 28-29.
 24. Ibid., p. 29-31.
 25. Paul H. Herbert, *Deciding What Has to Be Done: General William E. DePuy and the 1976 Edition of FM 100-5, Operations* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute, 1988), p. 16, acesso em 20 set. 2022, <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/combats-studies-institute/csi-books/herbert.pdf>.
 26. Richard Lock-Pullan, "An Inward Looking Time: The United States Army, 1973-1976", *The Journal of Military History* 67, no. 2 (April 2003): p. 497.
 27. Ibid., p. 487.
 28. Harry G. Summers Jr., *The Astarita Report: A Military Strategy for the Multipolar World* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College/Strategic Studies Institute, 1981), p. 3.
 29. Linn, *The Echo of Battle*, p. 197; Walter Kretchik, *U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror* (Lawrence: University Press of Kansas, 2011), p. 197.
 30. Asaf Siniver, *The Yom Kippur War: Politics, Diplomacy, Legacy* (Oxford: Oxford University Press, 2013), p. 53-54.
 31. Ibid., p. 56.
 32. Ibid.
 33. Ibid., p. 56-58.
 34. Daniel Asher, *Inside Israel's Northern Command: The Yom Kippur War on the Syrian Border* (Lexington: University Press of Kentucky, 2016).
 35. Siniver, *The Yom Kippur War*, p. 59.
 36. Ibid, p. 5, 62.
 37. Saul Bronfeld, "Fighting Outnumbered: The Impact of the Yom Kippur War on the U.S. Army", *The Journal of Military History* 71, no. 2 (April 2007): p. 473; Fitzgerald, *Learning to Forget*, p. 46.
 38. Bronfeld, "Fighting Outnumbered", p. 468.
 39. Richard M. Swain, comp., *Selected Papers of General William E. DePuy*, ed. Donald L. Gilmore and Carolyn D. Conway (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute, 1994), p. 213; Ingo Trauschweizer, "Back to the Cold War: The U.S. Army after Vietnam", *U.S. Military History Review* 2, no. 1 (December 2015): p. 25-26.
 40. Bronfeld, "Fighting Outnumbered", p. 479.
 41. Ibid., p. 481.
 42. Ibid., p. 468, 472, 487.
 43. Ibid., p. 472-73.
 44. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 41.
 45. Bronfeld, "Fighting Outnumbered", p. 468, 474.
 46. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 30-37.
 47. William E. DePuy, "Implications of the Middle East War on U.S. Army Tactics, Doctrine and Systems", in Swain, *Selected Papers of General William E. DePuy*, p. 76, 104.
 48. Ibid., p. 78.
 49. Ibid., p. 76-77, 102.
 50. Donn A. Starry e Arthur L. West Jr., "Armor in an Area War", *Armor* (September-October 1968), in *Press On!: Selected Works of General Donn A. Starry*, ed. Lewis Sorley, vol. 2 (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2009), p. 971.
 51. DePuy, "Implications of the Middle East War", p. 82.
 52. Ibid., p. 85-86.
 53. Ibid., p. 86; Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 35.
 54. DePuy, "Implications of the Middle East War", p. 92.
 55. Ibid., p. 106.
 56. Ibid., p. 111.
 57. Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 194.
 58. Lock-Pullan, "An Inward Looking Time", p. 496; Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 16.
 59. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 21; Jensen, *Forging the Sword*, p. 55.
 60. Bronfeld, "Fighting Outnumbered", p. 486; Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 26-27.
 61. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 37; Trauschweizer, "Back to the Cold War", p. 26.
 62. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 51-56.
 63. Ibid., p. 54-58.
 64. Trauschweizer, "Back to the Cold War", p. 27.
 65. Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 195-96.
 66. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 1.
 67. Ibid., p. 28.
 68. Ibid., p. 28-29, 79.
 69. Ibid., p. 57-59.
 70. Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 194; Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 87.
 71. William E. DePuy, "Talking Paper on Field Manual 100-5, Operations", em Swain, *Selected Papers of General William E. DePuy*, p. 194; Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 7.
 72. Jensen, *Forging the Sword*, p. 44; FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1976), p. 1-1.
 73. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 9.
 74. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1968), p. 1-1, 1-2; FM 100-5, *Operations* (1976), p. 1-1, 1-2.
 75. Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 197.
 76. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 38-39; Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 201.
 77. Linn, *The Echo of Battle*, p. 200-1.
 78. Herbert, *Deciding What Has to Be Done*, p. 80.
 79. Bronfeld, "Fighting Outnumbered", p. 471.
 80. Trauschweizer, "Back to the Cold War", p. 33.
 81. Lock-Pullan, "Inward Looking Time"; Trauschweizer, "Back to the Cold War", p. 33, 35. Entre os trabalhos mais influentes que enaltecem os esforços redentores e transformadores de DePuy nessa era estão James F. Dunnigan, *Getting It Right: American Military Reforms after Vietnam to the Gulf War and Beyond* (New York: William Morrow, 1993); James Kitfield, *Prodigal Soldiers: How the Generation of Officers Born of Vietnam Revolutionized the American Style of War* (Washington, DC: Brassey's, 1995); e, mais recentemente, Suzanne C. Nielsen, *An Army Transformed: The U.S. Army's Post-Vietnam Recovery and the Dynamics of Change in Military Organizations* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College/Strategic Studies Institute, 2010).
 82. Poucas monografias recentes oferecem uma avaliação tão eficaz da postura do Exército de desprezar lições significativas de sua experiência no Vietnã quanto *Learning to Forget: US Army Counterinsurgency Doctrine and Practice from Vietnam to Iraq*, de David Fitzgerald (Stanford, CA: Stanford University Press, 2013).

Rumo a uma parceria mutuamente benéfica com a Índia para aprimorar a estratégia estadunidense no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico

Maj Patrick O'Brien Boling, Ph.D., Guarda Nacional de Louisiana
Paul Sanders, Ph.D.

O xadrez tem apenas dois resultados possíveis: empate e xeque-mate. O objetivo do jogo [...] é a vitória ou derrota total, e o combate é conduzido de frente, no centro do tabuleiro. O objetivo do go [jogo chinês] é a vantagem relativa; o jogo é disputado em todo o tabuleiro, e o objetivo é aumentar as opções do jogador e reduzir as do adversário. O objetivo não é tanto a vitória, mas, sim, o progresso estratégico persistente.

—Dr. Henry Kissinger

“A distribuição do poder ao redor do mundo está mudando, gerando novas ameaças.”¹ Na perspectiva nacional dos Estados Unidos da América (EUA), houve uma mudança reconhecida no ambiente estratégico com o enfraquecimento da ordem mundial pós-Segunda

Guerra.² Os dois motivos que mais se destacam para essa mudança são uma China em ascensão e uma Rússia desestabilizadora. Para lidar com essa mudança, seria prudente formar alianças e parcerias com outras nações democráticas e afins, com o objetivo de inclinar a balança competitiva e reequilibrar a distribuição de poder.³ Para isso, é fundamental evitar a repetição de erros do passado, como os cometidos no Iraque e no Afeganistão, onde os EUA criaram alianças com base na pressão, e não na vontade das partes envolvidas.⁴ Embora essas mudanças apresentem novas ameaças, apresentam também oportunidades, incluindo a possibilidade de formar uma parceria duradoura e equitativa entre a Índia e os EUA.

Essa janela de oportunidade geopolítica existe porque ambas as nações atualmente buscam uma



(Imagem: Adobe Stock)

solução comum para conter a influência da China. Para a Índia, esse interesse comum é, principalmente, regional, enquanto, para os EUA, a China é considerada uma ameaça crescente e o “competidor estratégico mais importante” em nível mundial.⁵ Esses interesses se cruzam na região do Comando dos EUA para o Indo-Pacífico (*U.S. Indo-Pacific Command*, USINDOPACOM), oferecendo uma oportunidade para uma parceria mutuamente benéfica. Apesar dos obstáculos que existem há décadas, a percepção da China como uma ameaça agora faz com que essa parceria pareça mais viável do que em qualquer outro momento da história recente. Essa possível parceria entre a Índia e os EUA pode ser vista como vantajosa para ambas as nações.

A ação coletiva, e não apenas a pontificação, é necessária para lidar com as mudanças na distribuição de poder em todo o mundo. A *Estratégia de Segurança Nacional* (*National Security Strategy*, NSS) de 2022, assinada pelo Presidente Joseph Biden, proclama: “Devemos moldar proativamente a ordem internacional de acordo com nossos interesses e valores.”⁶ A NSS

explica como os meios estratégicos mais importantes da nação são alianças e parcerias em todo o mundo.

Uma estratégia desenvolvida pelo Departamento de Defesa que será usada para moldar proativamente é a dissuasão integrada.⁷ “A dissuasão continua sendo um pilar essencial da postura de defesa dos EUA.”⁸ O conceito de dissuasão integrada significa que ela está integrada em todos os domínios, em todo o governo e em todos os aliados e parceiros.

Diversas alianças e parcerias dos EUA podem ser fortalecidas com a aplicação do conceito de dissuasão integrada e ação coletiva, mas a Índia está em uma posição única para beneficiar os EUA por meio de uma parceria duradoura e equitativa. O valor da Índia para os EUA se deve ao seu crescente poder nacional na região do USINDOPACOM e ao seu potencial subaproveitado de potência global. Essa parceria entre os EUA e a Índia poderia se basear nas semelhanças existentes entre as duas nações, incluindo valores culturais compartilhados, objetivos comuns, avanços em inovação, interesses econômicos alinhados e competição diplomática com a China. Este

artigo examina os interesses comuns, bem como os empecilhos práticos para uma relação de trabalho entre os EUA e a Índia. A parceria indo-estadunidense é uma oportunidade para que uma potência em declínio (EUA) se congre com outra potência compatível e emergente (Índia), beneficiando ambas.

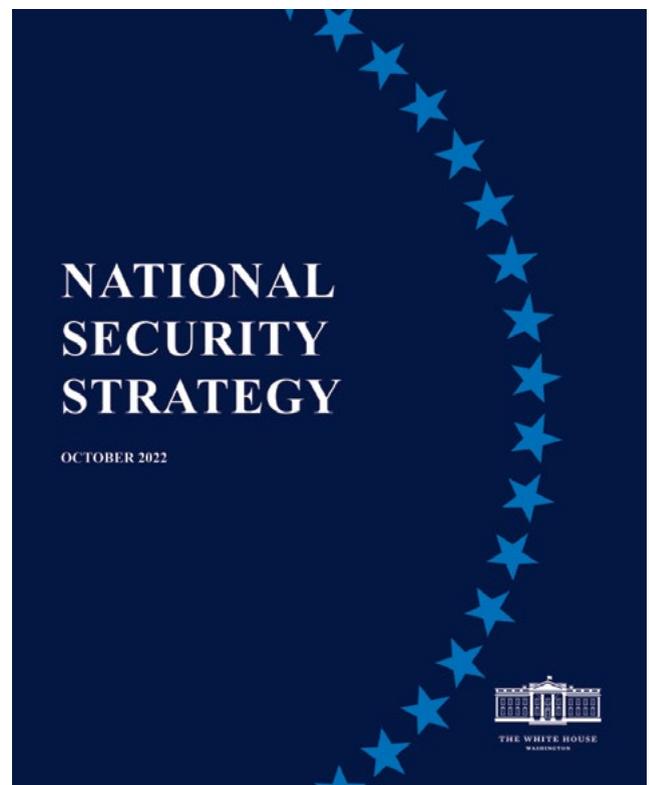
Compatibilidade de parceria

As semelhanças culturais e objetivos comuns fazem com que uma parceria igualitária e voluntária com a Índia seja uma escolha lógica. Tanto os acontecimentos internos quanto as influências externas, incluindo a integração de filosofias e costumes orientais e europeus, moldaram o patrimônio cultural da Índia. Essa integração ocorreu mantendo sua independência e, ao mesmo tempo, rejeitando a dominação estrangeira. Esse espírito de independência, especialmente após a emancipação da Índia do domínio britânico, é semelhante ao dos EUA.

O patrimônio cultural da Índia serve de base para sua política externa. A Índia se afirma como uma nação soberana que respeita imensamente a independência e soberania de outras nações. Além disso, sua política externa restringe a interferência em outros países.⁹ A política externa indiana está alinhada com os EUA e outros de seus parceiros estratégicos. Além dos valores compartilhados, a Índia e os EUA têm sistemas políticos e econômicos semelhantes. Ambos têm sistemas políticos híbridos democráticos liberais clássicos, e a Índia adotou gradualmente um sistema econômico mais capitalista, enquanto os EUA se voltaram para uma economia mais regulamentada e de orientação socialista. À medida que os dois países se aproximam dessa encruzilhada de sistemas mais regulamentados e menos regulamentados, há um potencial cada vez maior de pontos em comum entre as duas nações.

Semelhanças culturais. O intercâmbio cultural entre os EUA e a Índia tem sido uma via de mão dupla, com a cultura indiana influenciando os EUA e vice-versa. A influência da cultura indiana pode ser vista na popularidade da filosofia indiana (hinduísmo), da moda e de Bollywood, enquanto os EUA inspiraram a Índia em áreas como a mídia, proteção da liberdade de imprensa e Hollywood.¹⁰

A crescente população de indo-estadunidenses nos EUA é um testemunho da compatibilidade cultural entre as duas nações. Os EUA se beneficiam dessa população por ser mais instruída, conforme as estatísticas.



Para ler a *Estratégia de Segurança Nacional* on-line, acesse <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>.

De acordo com o U.S. Census Bureau, em 2020, os indo-estadunidenses representavam aproximadamente 1,2% da população dos EUA.¹¹ Os indo-estadunidenses estão entre as populações mais instruídas: 99% têm, no mínimo, o ensino médio completo, 73% têm diploma de nível superior e 40% têm pós-graduação.¹² Como grupo demográfico, os indo-estadunidenses têm prosperidade econômica acima da média.¹³ Eles se integram facilmente à população dos EUA, como indicam os altos níveis de sucesso acadêmico e financeiro em uma parcela significativa da população estadunidense, demonstrando a compatibilidade cultural entre os EUA e a Índia.

A semelhança de culturas e valores compartilhados entre os EUA e a Índia oferece uma base sólida para uma parceria, que pode ser fortalecida ainda mais pela colaboração em áreas como inovação, interesses econômicos e diplomacia. A atual NSS e a *Estratégia de Defesa Nacional (National Defense Strategy)* dos EUA abordam conceitos como dissuasão integrada, que oferece uma oportunidade mais ampla para que os EUA e a Índia trabalhem juntos para enfrentar os desafios na região do USINDOPACOM e além dela.



Foto de cima: Mais de 80 mil participantes celebram o Festival das Cores, em 30 de março de 2013, diante do Templo Sri Radha Krishna, em Spanish Fork, Utah. Eventos como os mostrados nessas imagens demonstram a influência da cultura indiana nos EUA e vice-versa. (Foto: Lisa Dacis via Wikimedia Commons)

Foto de baixo: Jogadores indianos de futebol americano correm em campo, em 23 de março de 2012, durante uma sessão de treino no Salt Lake Stadium, em Calcutá, Índia. (Foto: Bikas Das, Associated Press)

Valores compartilhados. Para compreender melhor a profundidade dessas raízes culturais semelhantes, é importante lembrar que a Índia é uma ex-colônia britânica, assim como os EUA. Os fundadores dos governos indiano e estadunidense se rebelaram contra o domínio do governo britânico. Pouco a pouco, evoluíram para democracias liberais que promovem as liberdades individuais e a igualdade. Os governos da Índia e dos EUA representam uma diversidade de visões culturais e políticas. Em tempos de paz, as populações de ambos os países enfrentam diferenças internas, mas, diante de ameaças externas, unem-se em torno de uma identidade nacional.

Os autores acreditam que um país que busca a igualdade de competição aplica os mesmos valores no comércio externo. As semelhanças culturais e os valores compartilhados fazem da Índia uma escolha lógica para uma parceria estratégica com os EUA. Os fortes laços compartilhados entre seus povos os tornaram parceiros ideais no comércio e na diplomacia. À medida que ambas as nações continuarem crescendo e evoluindo, continuarão, sem dúvida, como aliadas valiosas colaborando em prol de um mundo mais equitativo.

Potência global emergente

A Índia é uma potência global emergente que, recentemente, ultrapassou a China em termos de população total e, em breve, poderá ultrapassá-la em termos de inovação com a ajuda dos EUA. O compartilhamento da inovação dá aos EUA a oportunidade de se congruar com a Índia ao contribuir para sua ascensão. A inovação capta tanto o crescimento da população na Índia quanto os avanços tecnológicos possíveis no país. A população fornecerá as pessoas, a mão de obra e as ideias que impulsionarão a inovação. Em termos demográficos, a Índia tem uma população em crescimento e cada vez mais produtiva, o que a torna um parceiro interessante. Atualmente, a população da Índia é de 1,427 bilhão de habitantes; a China está agora em segundo lugar, com 1,425 bilhão.¹⁴

Crescendo até rivalizar com a China. As populações de trabalhadores indianos e chineses têm uma distribuição comparável entre os três principais setores: de serviços, industrial e agrícola. A Índia tem um peso maior na agricultura do que nos serviços, mas quase igual no setor industrial. A distribuição etária das populações em idade militar (15 a 64 anos) favorece

ligeiramente a China, com 68,3% em comparação com os 67,51% da Índia (dados de 2021).¹⁵ No entanto, a população chinesa nessa faixa está começando a diminuir devido ao menor número de mulheres, resultado da política do filho único introduzida na década de 1970.

A população indiana ultrapassou a população chinesa em 2023. A taxa de crescimento da Índia, de 1,02%, é mais do que o dobro da taxa de crescimento da China, de 0,42%. A projeção é de que a população da China diminua significativamente até 2030. Estima-se que a população da Índia chegue a 1,65 bilhão antes de iniciar um declínio previsto para 2060.¹⁶

À medida que a prosperidade geral melhora, o mesmo acontece com a educação; as taxas de alfabetização devem subir acima das atuais 77,7%.¹⁷ Qualquer declínio na população chinesa criará uma escassez de mão de obra que poderá beneficiar a força de trabalho instruída, mas subempregada, da Índia. Com base nesses dados demográficos, tanto hoje quanto no futuro, a Índia é uma forte candidata à competição econômica com a China.

Avanços em inovação. A história do crescimento populacional da Índia é poderosa, mas igualmente importante será o crescimento exponencial da inovação

em tecnologia. As necessidades tecnológicas da Índia representam uma grande oportunidade

O Maj Patrick O'Brien Boling, Ph.D., da Guarda Nacional do Estado de Louisiana, é aluno do Defense Strategy Course e recém-formado pelo Command and General Staff College. É oficial adjunto de planejamento J-7 para a Guarda Nacional de Louisiana. Tem mestrado pela Louisiana Tech University, pela University of Phoenix e doutorado pela Capella University. Durante sua carreira, serviu em diversas funções no Exército e na Guarda Nacional como oficial de artilharia de campanha e oficial de infantaria, nas áreas funcionais de operações e operações de informação.

Paul Sanders, Ph.D., da reserva remunerada do Exército dos EUA, é instrutor do Curso de Operações Avançadas do Departamento de Educação à distância em Fort Leavenworth, Kansas. Tem mestrado pela Chapman University e doutorado pela Northcentral University, no estado da Califórnia. Durante sua carreira militar, serviu em várias missões como oficial de logística e, no início de sua carreira, como engenheiro das Forças Especiais com o 1º Grupo de Forças Especiais (Aeroterrestre).



Militares da 2ª Brigada, 11ª Divisão Aeroterrestre, e integrantes do Exército indiano realizam uma operação simulada para expulsar homens armados de uma casa durante o exercício conjunto indo-estadunidense Yudh Abhyas, em Auli, no estado indiano de Uttarakhand, em 29 de novembro de 2022. (Foto: Manish Swarup, Associated Press)

para os EUA estabelecerem mais confiança com a Índia como parceira em pesquisa e desenvolvimento. A Índia tem demonstrado respeito à propriedade intelectual (PI) conforme o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).¹⁸ A China, em comparação, tem um histórico duvidoso de violações do ADPIC.¹⁹ O furto de propriedade intelectual pela China ameaça a segurança nacional dos EUA. Uma ameaça equivalente é a primazia da China na produção de componentes com metais de terras raras.²⁰ A conformidade da Índia com o ADPIC oferece uma alternativa mais segura do que a China para a fabricação de tecnologias sensíveis.

A Índia também vem despontando como um centro de inovação, conforme evidenciado por um número cada vez maior de patentes requeridas. Em 2020, a Índia concedeu apenas 4.988 das 23.141 patentes requeridas por residentes, mas concedeu 21.373 das 33.630 patentes de não residentes.²¹ O fato de a Índia considerar um número maior de patentes estrangeiras demonstra ainda mais sua disposição de ser um

parceiro em inovação tecnológica. A Índia também se destacou mundialmente como um centro emergente de pesquisa e desenvolvimento. De acordo com os Índices Globais de Inovação, de 2011 a 2021, a Índia apresentou pontuação alta, figurando como líder em inovação na região central e sul da Ásia, na categoria de grupo econômico de nível médio inferior, com desempenho acima das expectativas.²² Apesar de não ter uma pontuação tão alta na escala dos Índices Globais de Inovação quanto países como os EUA ou a China, a Índia supera os EUA e rivaliza com a China em relação às inovações por produto interno bruto (PIB).

Fins mutuamente benéficos

A Índia busca aumentar sua competitividade econômica e suas capacidades militares. Um investimento precoce dos EUA na economia emergente indiana, que está longe do seu potencial e pronta para competir globalmente, aumentaria o acesso à manufatura e à inovação. A Índia tem adquirido armas avançadas de vários países, incluindo Rússia, EUA, França e outras nações. O governo indiano

assinou um acordo de dez anos com a Rússia para a aquisição de armas de pequeno porte e outros sistemas de armas avançadas. Além disso, buscou obter submarinos nucleares e tecnologia de instrumentação avançados de vários países da União Europeia e da América do Norte.²³ A busca da Índia por armamentos militares avançados permitiu que o país emergisse como um possível contrapeso às ameaças da China à cadeia de suprimentos.²⁴

Interesses econômicos alinhados. Uma parceria entre os EUA e a Índia seria financeiramente viável e sustentável para ambas as nações, pois seus interesses econômicos atuais estão alinhados. Aqui estão algumas estatísticas importantes a serem consideradas. A Índia é a nona maior economia do mundo e a terceira maior da Ásia, atrás apenas da China e do Japão. A Índia tem a segunda maior taxa de crescimento entre os países do G20, de 8,4%, à frente e quase o dobro da taxa de crescimento de 4,9% da China e dos EUA.²⁵ O PIB da Índia em 2021 foi equivalente a USD 3,176 trilhões e projeta-se um crescimento de 6,5% a 7%, chegando a USD 5 trilhões até 2026.²⁶

Em 2026, a população ativa da Índia deverá superar a da China, à medida que a força de trabalho chinesa começa a diminuir e sua taxa de crescimento econômico desacelerar. A Índia estará pronta para preencher uma lacuna crescente em bens e serviços. O declínio da força de trabalho da China pode ser uma oportunidade de emprego para o grande número de jovens indianos. Felizmente, esse segmento da força de trabalho indiana teve um aumento de 24 pontos percentuais na alfabetização de 1993 a 2017/18 e um aumento de 15 pontos percentuais no número de jovens que frequentam instituições de ensino no mesmo período.²⁷ Enquanto isso, estima-se que a dívida da China aumente de USD 12,037 trilhões, ou 71,84% do PIB em 2021, para USD 21,659 trilhões, ou 83,75% do PIB em 2026, devido ao aumento do custo de sustentar uma população que está envelhecendo.²⁸ Por outro lado, a dívida da Índia deverá diminuir de USD 2,429 trilhões (84,68% do PIB) em 2021 para USD 4,252 trilhões (83,75% do PIB) em 2026.²⁹

O endividamento médio das famílias indianas é de 34,6% do PIB, o endividamento das famílias chinesas é de 62,14% do PIB e a dívida das famílias estadunidenses é de 78,03%.³⁰ Como os EUA enfrentam dificuldades para financiar seus altos níveis de dívida em relação ao PIB, uma parceria com a Índia e seu

menor índice de dívida em relação ao PIB poderia ajudar a mitigar as tentativas da China de aumentar os preços mediante restrições da oferta.

Compartilhamento da concorrência diplomática com a China. A diplomacia com a Índia é fundamental para equilibrar a influência da China na região do Indo-Pacífico. Uma parceria duradoura com a Índia proporcionaria legitimidade regional dentro do USINDOPACOM e um contrapeso direto à influência da China. A parceria poderia também beneficiar os EUA, incentivando nações terceiras e outras potências regionais, como a Rússia, a formar parcerias com a Índia e os EUA. Isso poderia catapultar a Índia para uma posição mais elevada na hierarquia de poder global.

A diplomacia com a Índia é complexa. Os desafios que tornam o relacionamento com a Índia interessante para os EUA são os mesmos que atraem e limitam a influência estadunidense. Influência limitada não deve ser confundida com a ausência de influência. Os EUA devem usar uma abordagem pragmática que considere a atual dinâmica de poder na região do Indo-Pacífico. A diplomacia deve começar com a compreensão da abordagem de intervenção limitada da Índia na diplomacia regional.

Durante a Guerra Fria, o governo indiano foi mais agressivo com seus vizinhos, o que fez com que procurassem isolar a influência da Índia. Na década de 1990, a Índia passou a adotar a política “Olhar para o Leste” (“Look East”), mais cooperativa, o que transformou sua percepção entre as potências regionais. Com o tempo, os vizinhos da Índia começaram a ver o país mais como um parceiro do que como uma ameaça.³¹ A Índia começou a se concentrar em parcerias econômicas como veículo para a diplomacia. Com o crescimento dessas relações, a Índia buscou segurança formando coalizões regionais.³² “Olhar para o Leste” tornou-se “Agir para o Leste” (“Act East”), que buscava aumentar a diplomacia econômica. Um componente das coalizões da política “Agir para o Leste” é o combate à ameaça econômica e militar da China. Como resultado dessas parcerias econômicas, a economia indiana melhorou.

A Índia agora busca o reconhecimento como uma potência nuclear responsável e um assento no Grupo de Supridores Nucleares, o que exigirá considerável apoio diplomático dos EUA.³³ Os EUA adotaram medidas para apoiar a aquisição de energia nuclear



Forças indianas e chinesas se enfrentam, em 28 de setembro de 2021, no estado indiano montanhoso de Arunachal Pradesh, na Linha de Controle Real, a fronteira *de facto* entre os dois países. Ambos os lados relataram ferimentos leves. No ano anterior, uma escaramuça na fronteira, na região de Ladakh, resultou em pelo menos 24 mortes. (Captura de tela: China Central Television)

pela Índia.³⁴ Essas ações poderiam proporcionar aos EUA uma vantagem significativa no curto prazo.

Um dos desafios da diplomacia na competição com a China é a legitimidade. Para se envolver efetivamente na diplomacia com a Índia, é importante compreender sua história e identidade únicas. A rica história da Índia antecede à da China e inclui a antiga civilização harapeana, o Império Máuria e o Império Mogul, entre outros.³⁵ Essa história embasa as reivindicações da Índia em relação a questões territoriais e ao uso dos mares no teatro de operações do USINDOPACOM.

O segundo desafio para a diplomacia na competição contra a China são as disputas territoriais em terra e nas vias marítimas. Estabelecer a legitimidade do uso da terra e do mar e das reivindicações territoriais é uma prioridade máxima no teatro de operações do USINDOPACOM. A Índia reivindicou as terras de Jamu e Caxemira, desencadeando uma guerra com o Paquistão. Essas terras continuam sendo disputadas, com a China envolvida como um terceiro pretendente à Caxemira.³⁶ Além disso, a Guerra Sino-Indiana foi desencadeada por uma disputa territorial.³⁷

A invasão do Tibete pela China para anexar território e suas incursões na Caxemira para construir uma estrada aumentaram as tensões territoriais. Em 2017, a China aumentou ainda mais as tensões ao construir uma estrada no planalto de Doklam, no Himalaia, no território soberano do Butão, próximo à fronteira com a Índia. Os chineses usaram esse fato como uma oportunidade caracterizar os indianos como opressores da política externa do Butão.³⁸

A Índia também disputa com a China os corredores de circulação marítima na região do Indo-Pacífico. A China iniciou suas atividades no Sri Lanka fornecendo embarcações navais para o país, o que coincidiu com o acordo naval sino-paquistanês e a venda de embarcações navais chinesas para Bangladesh.³⁹ Em 2010, a China emprestou ao Sri Lanka uma quantia exorbitante de dinheiro para a construção de um porto com tráfego insuficiente para justificar o empréstimo. Em 2019, a China executou uma cláusula de empréstimo que lhe permitia confiscar o porto quando o Sri Lanka não efetuasse os pagamentos.⁴⁰ O Estreito de Malaca também é um ponto de atrito com a China. A Índia movimentada

50% de seu comércio e 70% de seu petróleo através do Estreito de Malaca.⁴¹ A atividade militar da China no estreito ameaça não apenas a Marinha da Índia, mas também sua economia.

As disputas territoriais e as vias marítimas são pontos de atrito significativos no teatro de operações do USINDOPACOM. Se a Índia recuar diante da agressão da China, corre o risco de ceder-lhe território ou acesso às rotas marítimas. Por outro lado, atacar a China lhe daria uma justificativa para atacar a Índia. As Forças Armadas indianas ainda não estão preparadas para enfrentar uma ameaça significativa. Ajudar a Índia a equipar suas forças armadas oferece uma oportunidade para que os EUA e suas forças controlem as provocações da China.

As atuais alianças entre os EUA, a Índia e outras nações podem tanto apresentar oportunidades quanto complicações para qualquer parceria indo-estadunidense futura. A Índia e os EUA mantêm relações semelhantes com a China, mas com diferenças sutis. Embora os EUA sejam um parceiro e competidor comercial da China e, em menor escala, da Índia, também competem com a China em assuntos de diplomacia, informação e forças armadas. Para a Índia, os EUA são seu maior parceiro comercial (a China é o segundo) e compete principalmente com a China em questões de diplomacia, informação e forças armadas (incluindo disputas territoriais ao longo da fronteira com a China).⁴²

Conforme dito anteriormente, a Índia está cada vez mais competitiva nas áreas da cultura, inovação, tecnologia, economia e diplomacia. É importante considerar que uma parceria indo-estadunidense formada para competir com a China não precisa ser de confrontação. A NSS deixa bem claro que os EUA irão colaborar com qualquer nação que compartilhe seu objetivo de um mundo livre, aberto, seguro e próspero, regido por normas.⁴³

É certo que a influência combinada de uma parceria indo-estadunidense seria mais significativa para ambos os países na competição entre grandes potências em relação à China. Entretanto, com relação à China, a Índia e os EUA poderiam ser, um para o outro, a melhor alternativa para um acordo negociado, em vez de se envolverem com a China de forma independente. O uso mais agressivo do poder nacional pela China e o declínio do poder global dos EUA destacam a necessidade

de uma parceria com a Índia e, ao mesmo tempo, impedem que os EUA ditem a política externa da Índia.

O envolvimento com a Rússia. A parceria longa da Índia com a Rússia, iniciada durante a Guerra Fria, é algo importante a considerar. Naquela época, o Partido Comunista Indiano, partido de oposição na Índia, mantinha fortes laços com a Rússia, e o governo indiano havia se alinhado com a Rússia e adotado internamente algumas políticas socialistas. Ao mesmo tempo, os EUA forneceram equipamentos militares ao Paquistão, que foram usados contra a Índia. Como resultado, a Índia se tornou o maior cliente de armas militares russas, muitas das quais ainda são usadas pelas Forças Armadas indianas até hoje.

O relacionamento de longa data entre a Índia e a Rússia só complica a parceria indo-estadunidense, se acreditarmos que os EUA têm o direito de impor sua política externa a seus parceiros. Talvez seja o momento de os EUA participarem de parcerias mais equitativas e voluntárias, em vez de coalizões de coagidos. Da mesma forma, a Índia poderia questionar o relacionamento dos EUA com o Paquistão. Essa lógica também se aplica ao relacionamento da Rússia com o Paquistão e da Índia com o Irã. A Índia mantém relações comerciais com o Estado pária do Irã e mantém embaixada nesse país. Isso confere à Índia acesso aos canais diplomáticos iranianos e a qualquer parceiro estratégico um acesso indireto às negociações. Os EUA podem encontrar possíveis benefícios ao mudar o paradigma e reavaliar o relacionamento indo-russo. Considere que, talvez, o envolvimento da Rússia com a Índia possa estar reduzindo o potencial de intervenção da Rússia em nome da China.

Os EUA não perderam sua superioridade moral ao evitar formações de alianças dicotômicas. Isso também pode estar implícito na intervenção em conflitos internos, como o atrito entre as populações hindu, muçulmana e sikh na Índia ou as contínuas disputas de fronteira com outras nações (por exemplo, o Paquistão). Com os recentes erros da Rússia em nível internacional, a Índia pode substituí-la como a terceira superpotência em uma nova Guerra Fria. Além disso, como os EUA e a Rússia são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma aliança com a Índia pode fazer com que o país se torne um membro do Conselho de Segurança. Ter uma nação democrática com a mesma mentalidade no Conselho de Segurança pode ser um resultado positivo.

Conclusão

A parceria entre a Índia e os EUA é uma oportunidade importante devido à sua compatibilidade como parceiros, à chance de que uma potência em declínio se congrace com uma potência emergente e à comunhão de objetivos.

As semelhanças culturais e o objetivo comum fazem com que uma parceria igualitária e voluntária com a Índia seja uma escolha lógica. A política externa indiana está alinhada com a dos EUA e de outros parceiros estratégicos estadunidenses. O intercâmbio cultural entre os EUA e a Índia tem sido bidirecional, com a cultura indiana influenciando os EUA e vice-versa. Além dos valores compartilhados, a Índia e os EUA têm sistemas políticos e econômicos semelhantes; ambos têm sistemas políticos híbridos e democráticos liberais clássicos que promovem as liberdades individuais e a igualdade.

A Índia é uma potência global emergente que, recentemente, ultrapassou a China em termos de população total e, em breve, poderá ultrapassá-la em termos de inovação com a ajuda dos EUA. A taxa de crescimento da Índia, de 1,02%, é mais do que o dobro da taxa de crescimento da China, de 0,42%. A projeção é de que a população da China diminua significativamente até 2030. A Índia tem demonstrado

respeito pela PI e vem despontando como um centro de inovação. O compartilhamento da inovação dá aos EUA a oportunidade de se congraciar com a Índia ao contribuir para sua ascensão.

Um investimento precoce dos EUA na economia emergente indiana, ainda longe do seu potencial e pronta para competir globalmente, aumentaria o acesso à produção e à inovação. Uma parceria entre os EUA e a Índia seria financeiramente viável e sustentável para ambas as nações. A diplomacia com a Índia é fundamental para equilibrar a influência da China na região do Indo-Pacífico. Quanto às relações indo-russas, talvez seja hora de os EUA respeitarem os direitos de um parceiro de forjar seus próprios relacionamentos.

Este artigo apresenta considerações práticas e históricas sobre como itens de plano de ação podem ser implementados em relação à Índia. A mais recente *Estratégia para o Indo-Pacífico (Indo-Pacific Strategy)* delinea um plano de ação composto por dez linhas de esforço, das quais mais da metade foi abordada direta ou indiretamente neste documento.⁴⁴ Esse documento reconhece os conceitos fundamentais da dissuasão integrada e da ação coletiva. O plano de ação e esses conceitos se beneficiarão de uma parceria ainda mais estreita com a Índia. ■

Referências

Epígrafe. Henry Kissinger, "America's Assignment: What Will We Face in the Next Four Years," *Newsweek* (site), 8 November 2004, acesso em 3 maio 2023, <https://www.henrykissinger.com/articles/americas-assignment-what-will-we-face-in-the-next-four-years/>.

1. The White House, *Interim National Security Strategic Guidance* (Washington, DC: The White House, 2021), p. 7-8, acesso em 26 abr. 2023, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>.

2. Department of Defense, *Summary of the National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2018), p. 2, acesso em 26 abr. 2023, <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>.

3. Joint Chiefs of Staff, *Joint Concept for Competing 2023* (Washington, DC: Joint Chiefs of Staff, February 2023), p. 58.

4. Anthony H. Cordesman, *Shape, Clear, Hold, and Build: "The Uncertain Lessons of the Afghan & Iraq Wars"* (Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 2009), p. 9, acesso em 3 maio 2023, https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/090922_Cordesman_General.pdf.

[com/s3fs-public/publication/090922_Cordesman_General.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/090922_Cordesman_General.pdf).

5. Office of the Secretary of Defense, *2022 National Defense Strategy* (Washington, DC: Department of Defense, 2022), p. 111, acesso em 26 abr. 2023, <https://uploads.mwp.mprod.getusinfo.com/uploads/sites/23/2022/11/2022-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY-NPR-MDR.pdf>.

6. The White House, *National Security Strategy* (Washington, DC: The White House, October 2022), p. 11, acesso em 26 abr. 2023, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>.

7. Office of the Secretary of Defense, *2022 National Defense Strategy*, p. 1, 8.

8. Joint Doctrine Note 1-22, *Joint Force in Strategic Competition* (Washington, DC: Joint Staff, 2022), p. III-4.

9. Rano Tuychiyeva Almamatomvna, "Overview, Objectives and Principles of Indian Foreign Policy", *International Journal of Law and Criminology* 2, no. 09 (2022): p. 3.

10. Mira Kamdar, *Planet India: How the Fastest Growing Democracy Is Transforming America and the World* (New York: Simon and Schuster, 2007), p. 94-96.

11. "Asian and Pacific Islander Population in the United States", United States Census Bureau, 30 April 2020, acesso em 26 abr. 2023, <https://www.census.gov/library/visualizations/2020/demo/aiian-population.html>.
12. Sumitra Badrinathan et al., *Social Realities of Indian Americans: Results from the 2020 Indian American Attitudes Survey* (Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2021), acesso em 27 abr. 2023, <https://carnegieendowment.org/2021/06/09/social-realities-of-indian-americans-results-from-2020-indian-american-attitudes-survey-pub-84667>.
13. Abby Budiman, "Indians in the U.S. Fact Sheet", Pew Research Center, 19 April 2021, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.pewresearch.org/social-trends/fact-sheet/asian-americans-indians-in-the-u-s/>.
14. "Total Population by Country 2023", World Population Review, acesso em 27 abr. 2023, <https://worldpopulationreview.com/countries/>.
15. Aaron O'Neill, "India: Age Distribution from 2011 to 2021", Statista, 11 January 2023, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.statista.com/statistics/271315/age-distribution-in-india/>; C. Textor, "Age Distribution in China from 2012 to 2022", Statista, 28 February 2023, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.statista.com/statistics/270163/age-distribution-in-china/>.
16. "Total Population by Country 2023".
17. Dipanjolly Nath, "Literacy Rate in India 2022", *International Journal for Multidisciplinary Research* 1, vol. 5 (February 2023): p. 2, acesso em 15 maio 2023, <https://doi.org/10.36948/ijfmr.2023.v05i01.1409>.
18. Bhupinder Singh et al., "The Effects of TRIPS Implementation on Indian Patent Law: A Pharmaceutical Industry Perspective: With Special Reference to Healthcare", *Journal of Pharmaceutical Negative Results* (2022): p. 976-81.
19. Stephen Ezell, "China's Broken Promises", *The International Economy* 29, no. 4 (2015): p. 52-53, 70, acesso em 3 maio 2023, http://www.international-economy.com/TIE_F15_Ezell.pdf.
20. Lara Seligman, "China Dominates the Rare Earths Market. This U.S. Mine Is Trying to Change That", *Politico* (site), 14 December 2022, acesso em 15 maio 2023, <https://www.politico.com/news/magazine/2022/12/14/rare-earth-mines-00071102>.
21. "Statistical Country Profiles India", World Intellectual Property Organization, última atualização em mar. 2023, acesso em 3 maio 2023, <https://www.wipo.int/edocs/statistics-country-profile/en/in.pdf>.
22. Soumitra Dutta et al., *Global Innovation Index 2021*, 14th ed. (Geneva: World Intellectual Property Organization, 2021), acesso em 3 maio 2023, https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2021.pdf.
23. *Why India Need Nuclear Attack Submarine & Why US and UK Won't Give It to India?*, vídeo de YouTube, publicado por "World Affairs", 21 September 2021, 1:20-2:01, 2:49-3:10, acesso em 15 maio 2023, <https://youtu.be/xfb56ZNWTF8>.
24. Kashish Parpiani, "Recommendations for India-US Development Cooperation in the Indo-Pacific", ORF Issue Brief No. 476 (New Delhi: Observer Research Foundation [ORF], July 2021): p. 1-18, acesso em 3 maio 2023, <https://www.orfonline.org/research/recommendations-for-india-us-development-cooperation-in-the-indo-pacific/>.
25. Trading Economics (site), acesso em 27 abr. 2023, <https://tradingeconomics.com/>.
26. "GDP (Current US\$) – India", The World Bank, acesso em 15 maio 2023, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=IN>; "India to Be USD 5 Trillion Economy by FY2026: CEA Anantha Nageswaran", *Economic Times* (site), 31 January 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/finance/india-to-be-usd-5-trillion-economy-by-fy2026-cea-anantha-nageswaran/articleshow/97500680.cms>.
27. Mohd Tariq, "Indian Employment and Unemployment in Youth", *International Journal of Social Science and Economic Research* 3, no. 12 (December 2018): p. 7547-53.
28. "China: National Debt from 2018 to 2028", Statista, 14 April 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.statista.com/statistics/531423/national-debt-of-china/>; "National Debt in Relation to Gross Domestic Product (GDP) in China from 2012 to 2022 with Forecasts until 2028", Statista, 12 April 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.statista.com/statistics/270329/national-debt-of-china-in-relation-to-gross-domestic-product-gdp/>.
29. "India: National Debt from 2018 to 2028", Statista, 28 April 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.statista.com/statistics/531619/national-debt-of-india/>; "India: National Debt from 2018 to 2028 in Relation to Gross Domestic Product (GDP)", Statista, 21 April 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.statista.com/statistics/271319/national-debt-of-india-in-relation-to-gross-domestic-product-gdp/>.
30. "Household Debt, Loans and Debt Securities", International Monetary Fund, 2021, acesso em 15 maio 2023, https://www.imf.org/external/datamapper/HH_LS@GDD/USA/IND/CH/CHN?year=2021N.
31. Chietigj Bajpae, "Dephasing India's Look East/Act East Policy", *Contemporary Southeast Asia* 39, no. 2 (2017): p. 348-72, <http://dx.doi.org/10.1355/cs39-2d>.
32. Shantanu Chakrabarti, "India's Regional Policy Making in Post Cold War Setting", *Societal Studies* 4, no. 2 (2012): p. 407-25, acesso em 3 maio 2023, <https://ojs.mruni.eu/ojs/societal-studies/article/view/729/687>.
33. Kate Sullivan de Estrada, "Understanding India's Exceptional Engagement with the Nuclear Non-proliferation Regime", in *India Rising: Ideas, Interests and Institutions in Foreign Policy*, ed. Johannes Plogemann, Sandra Destradi, and Amrita Narlikar (New Delhi: Oxford University Press, 2020), p. 12-13.
34. Parpiani, "Recommendations for India-US Development Cooperation in the Indo-Pacific".
35. Britannica, s.v. "India", última atualização em 3 maio 2023, acesso em 3 maio 2023, <https://www.britannica.com/place/India>; *5,000 Years History of India Documentary*, vídeo de YouTube, publicado por "Epimetheus", 30 November 2017, 2:05, 6:30-6:40, 8:08-9:30, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.youtube.com/watch?v=NFczNHrbXB0>.
36. *Will China Attempt to Mediate Kashmir Issue?*, vídeo de YouTube, publicado por "World is One News Gravitas (WION)", 9 August 2019, 0:01-1:55, acesso em 8 maio 2023, <https://youtu.be/max3F7vR5Co>.
37. *The Sino-Indian War: How Friends Became Foes*, vídeo de YouTube, publicado por "Timeline – World History Documentaries", 11 June 2020, 25:27-26:52, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.youtube.com/watch?v=xthe53TvFg4&list=PL0Fqk-1FLvNAPjGsb5O45eYHUKJeoDwmGc&index=8>.
38. Jabin T. Jacob, "China in India's Neighborhood:

Connectivity, Political Messaging and Military Diplomacy”, *Artha: Journal of Social Sciences* 18, no. 4 (2019): p. 117-32, <http://dx.doi.org/10.12724/ajss.51.8>.

39. Ibid.

40. Lauren Frayer, “In Sri Lanka, China’s Building Spree Is Raising Questions About Sovereignty”, NPR, 13 December 2019, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.npr.org/2019/12/13/784084567/in-sri-lanka-chinas-building-spree-is-raising-questions-about-sovereignty>.

41. Bajpae, “Dephasing India’s Look East/Act East Policy”, p. 359.

42. “U.S. Emerges as India’s Biggest Trading Partner in

FY23 at \$128.55 Billion; China at Second Position”, *The Hindu* (site), 16 April 2023, acesso em 15 maio 2023, <https://www.thehindu.com/business/Economy/us-emerges-as-indias-biggest-trading-partner-in-fy23-at-12855-billion-china-at-second-position/article66743587.ece>.

43. The White House, *National Security Strategy*, p. 2, 8, 10, 16, 48.

44. The White House, *Indo-Pacific Strategy of the United States* (Washington, DC: The White House, February 2022), p. 15-17, acesso em 27 abr. 2023, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>.

Produtos da Army University Press pertinentes ao USINDOPACOM e à Coreia



Military Review

A *Military Review* é uma revista tradicional da AUP com um arquivo de artigos publicados que remonta a mais de cem anos. Para os leitores não familiarizados com a origem e a história da China comunista desde seu início até os dias atuais, a *Military Review* reuniu uma coleção de artigos selecionados de seus próprios arquivos, bem como obras extraídas de outras fontes, no seguinte site:

<https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Special-Topics/World-Hot-Spots//China/>

Representação de Sun Tzu na era Qing (imagem cedida pela Wikimedia Commons; publicada em “China’s Military History and Way of War: A Background”, de Geoff Babb, *Military Review World Hot Spots* [March 2023], <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Online-Exclusive/2023-OLE/Babb/>)

Negação de acesso financeiro

Uma abordagem irregular da dissuasão integrada

Cel Sara Dudley, Exército dos EUA

Ten Cel Steve Ferenzi, Exército dos EUA

Maj Travis Clemens, Exército dos EUA

Alerta sobre um 2028 hipotético: *A China cumpre sua promessa de “reunificar” Taiwan — pela força. Uma coalizão liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) tenta repelir a invasão, mas logo descobre que seu alcance operacional é, lamentavelmente, inadequado para defender Taipei. Os EUA mal conseguem manter um acesso teórico a portos marítimos, aeroportos e canais essenciais em todo o mundo, e a China tem todos. A ajuda e os investimentos em infraestrutura concedidos pela China, aparentemente “sem compromisso,” parecem vantajosos para os parceiros dos EUA, principalmente quando coordenados por autoridades estatais corruptas. Mas, com o tempo, o gradualismo coercitivo de Pequim consolidou o controle sobre os pontos estratégicos de projeção de poder no Oriente Médio, na América do Sul e na África. Sem acesso global e bases, a logística — espinha dorsal do poder de combate dos EUA — torna-se muito lenta. Enquanto isso, a China alcança o fait accompli da reunificação.*

Competição militar — mais do que combate tradicional

Como uma força de combate moderna, o Exército dos EUA tem dificuldade em compreender e expressar o que faz para “competir” além da assistência em assuntos de segurança, dos exercícios combinados e do dispositivo de forças.¹ Infelizmente, nossos adversários não têm a mesma dificuldade, pois integram com habilidade a política econômica com a coerção militar para promover

seus interesses na zona cinzenta abaixo do limiar da guerra.² A política econômica é uma capacidade decisiva do adversário, que permite o acesso aos estados visados, mas a corrupção associada é uma vulnerabilidade que pode ser explorada.³ As capacidades financeiras das Forças Armadas devem complementar o combate tradicional para tirar proveito dessa responsabilidade e expandir o arsenal coercitivo dos EUA, de forma totalmente integrada com parceiros interagências nos Departamentos do Tesouro, Comércio e Estado.

A reformulação e o emprego do combate ao financiamento de ameaças (*counter threat finance*, CTF) como uma atividade de competição militar contra a China e a Rússia para negar o acesso financeiro e a influência sobre os parceiros e aliados dos EUA oferece um método irregular de fortalecer a “dissuasão integrada,” pilar da *Estratégia de Defesa Nacional (National Defense Strategy, NDS)* de 2022.⁴ A expansão dos construtos de CTF atuais para incluir considerações sobre o financiamento de forças amigas e a compreensão da totalidade dos ambientes fiscal e econômico permite que os esforços mais vigorosos de CTF protejam contra o apoio não intencional a *proxies*, agentes poderosos corruptos e empresas estatais de adversários. A clareza nesse quadro operativo comum financeiro único viabilizaria uma política estadunidense mais ampla e verdadeiramente integrada, como vislumbrada pelo Secretário de Defesa Lloyd Austin.



(Montagem feita com imagens do Adobe Stock Images)

Uma abordagem holística de CTF em relação à competição — baseada nas lições extraídas da luta de contra-terrorismo durante décadas — oferece às comunidades de sustentação^{NT1}, inteligência militar e operações especiais do Exército uma nova maneira de apoiar os comandos geográficos conjuntos. Isso representa uma próxima etapa tangível, uma vez que o apoio de sustentação utiliza atualmente a contratação como parte significativa da preparação do teatro de operações.⁵ Diferentemente do atual Programa de Aumento Civil de Logística (*Logistics Civil Augmentation Program*), essa abordagem ofereceria uma gama ampliada de opções para complementar medidas de escaladas mais significativas abaixo do limiar da guerra, como os bloqueios.⁶

Para apoiar a negação de acesso e influência financeira do adversário, o Exército deve empregar o CTF como uma atividade proativa de competição com componentes defensivos e ofensivos. Isso exige uma

preparação fiscal do ambiente, por meio da qual os financiadores realizam análises de risco econômico, aplicam estruturas de conformidade contra lavagem de dinheiro/combate ao financiamento do terrorismo (*antimoney laundering/countering the financing of terror*, AML/CFT) e fundamentam o planejamento para evitar que as verbas cheguem a redes de apoio, criminosas ou de clientelismo de *proxies*. Em conjunto, os financiadores e as forças de operações especiais (F Op Esp) do Exército, trabalhando em equipes multifuncionais, desorganizam e desmantelam essas redes.

Combate ao financiamento de ameaças (in)definido

Financiamento de ameaças é um termo amplo que inclui os métodos de financiamento usados por terroristas, criminosos e Estados adversários.⁷ Para o Departamento de Defesa dos EUA, o financiamento de ameaças incorpora especificamente “redes ilícitas que traficam narcóticos, armas de destruição em massa, dispositivos explosivos improvisados, outras armas,

NT1: A “sustentação”, no Exército dos EUA, compreende quatro áreas (logística, saúde, recursos humanos e finanças).

peças, substâncias químicas precursoras e atividades relacionadas que apoiam a capacidade de um adversário para prejudicar os interesses dos EUA.⁸

Infelizmente, essa definição de 2010 está ultrapassada e não enfatiza o papel adversário dos Estados — especialmente na competição estratégica atual — e não aborda o fato de que o Departamento de Defesa pode ser a principal fonte de receita do adversário. A lacuna mais significativa, no entanto, é a desatenção quanto ao uso legítimo, porém coercitivo, da política econômica que caracteriza as abordagens chinesa e russa.⁹

Novas frentes de coerção por meio da política econômica

A política econômica implica o uso de meios econômicos para atingir uma meta de política externa. Alguns exemplos são a política comercial, estruturas financeiras, negócios privados, manipulação cambial e influência sobre empresas estatais. Com intenções malignas, um Estado pode usar esses mecanismos para pressionar um governo estrangeiro a ponto de causar danos graves à sua economia. Alternativamente, um Estado pode incentivar o governo visado a adotar políticas que apoiem seus objetivos.¹⁰

A China busca uma política econômica aproveitando dependências comerciais e de investimento, oferecendo ajuda financeira a indivíduos e instituições importantes dispostos a apoiar seus interesses e mobilizando empresas estatais para atingir os objetivos de Pequim.¹¹ Especificamente, a China usa sua Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (Belt and Road Initiative, BRI) para explorar investimentos maciços em infraestrutura, como estradas, ferrovias, portos e comunicações eletrônicas, em países vulneráveis. A BRI serve como um mecanismo para que a China não apenas obtenha acesso aos principais líderes políticos do mundo e molde seu comportamento, mas também para que controle a infraestrutura essencial e se infiltre ou se aproprie de redes de comunicação e sistemas de vigilância.¹²

O Sri Lanka é um exemplo disso. No período que antecedeu a eleição de janeiro de 2015 no Sri Lanka, a China Harbor Engineering Company doou mais de USD 7 milhões para financiar a campanha do então presidente em exercício, Mahinda Rajapaksa. Essa empresa estava construindo o polêmico porto de Hambantota, no distrito natal de Rajapaksa, um projeto que este apoiava. Embora Rajapaksa tenha perdido as eleições, o Sri Lanka também não pagou seus empréstimos em 2016 e cedeu por 99 anos o controle do porto à China Merchants’ Port (uma empresa estatal mista). A construção do porto proporcionou à China um vetor para influenciar as eleições no Sri Lanka, bem como uma infraestrutura estratégica para apoiar sua marinha.¹³

De forma semelhante, a Rússia usa a política econômica manipulando a dependência energética regional, ajudando milícias e organizações criminosas e mobilizando a diáspora russa nos países visados.¹⁴ A primeira inclui ameaças de aumento de preços e interrupção do fornecimento de gás e petróleo russos, além de cortes reais no abastecimento de energia para fins políticos. A última inclui esforços para construir relações comerciais e com a mídia, inserir-se em organizações oficiais e prover recursos para *proxies* armados. O acordo russo-ucraniano de Kharkiv, de abril de 2010, exemplifica a abordagem econômica preparatória da Rússia, que criou condições para a



Navios porta-contêineres atracam no porto de Hambantota, no Sri Lanka, em 27 de setembro de 2013. O Sri Lanka foi forçado a ceder o controle do porto à China por 99 anos depois de não pagar os empréstimos feitos com o país. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

anexação da Crimeia em 2014 ao permitir que a Frota do Mar Negro, pertencente à Rússia, continuasse posicionada em Sevastopol até 2042 em troca da redução significativa no preço do gás natural russo.¹⁵

Para ajudar a negar o acesso financeiro chinês e russo, o Exército deve empregar um novo construto de CTF. A arquitetura internacional na qual o Grupo de Ação Financeira (grupo de vigilância contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo) e as unidades internacionais de inteligência financeira lidam com o risco, a detecção e a fiscalização do cumprimento das exigências da Lei de Sigilo Bancário em relação a AML/CFT representa um modelo subutilizado que os profissionais militares de finanças e controladoria devem aplicar ao considerar os fornecedores. A geração de uma infraestrutura similar de verificação baseada em risco e um quadro de profissionais focados em identificar e negar o acesso do adversário ao financiamento das forças amigas forneceria mecanismos para competir com esses atores. A evolução de como o Exército aborda a preparação do teatro de operações é a forma ideal de promover essa mudança.

Preparando o teatro de operações — uma mentalidade ultrapassada da guerra de ontem

Como uma das cinco competências essenciais do Exército, *preparar e sustentar o teatro de operações* “é vital para permitir que a força conjunta obtenha a iniciativa, ao mesmo tempo que restringe as opções da força

inimiga.”¹⁶ A preparação do teatro de operações

A Cel Sara Dudley é oficial de finanças e controladoria do Exército dos EUA e atua como Diretora de Operações e Apoio no Gabinete de Orçamento do Exército, no Pentágono. Suas funções anteriores envolveram trabalho direto no combate ao financiamento do terrorismo. É formada pela Academia Militar dos EUA, tem MBA pela Harvard University e mestrado em Integridade Financeira pela Case Western Law School.

O Ten Cel Steve Ferenzi é estrategista do Exército dos EUA e oficial das Forças Especiais servindo na divisão de planejamento (J-5) do Comando Central de Operações Especiais dos EUA. Contribuiu para o desenvolvimento do Anexo sobre Guerra Irregular da *Estratégia de Defesa Nacional* de 2018 e tem mestrado em Assuntos Internacionais pela Columbia University, School of International and Public Affairs.

inclui o estabelecimento de acesso e infraestrutura para apoiar as operações da força conjunta. O Exército apoia os comandos geográficos conjuntos por meio de seus comandos componentes do Exército (*Army Service Component Commands, ASCC*) — os exércitos do teatro de operações, como o Exército dos EUA no Pacífico — como parte de suas responsabilidades conforme o Título 10 [lei do Código dos EUA que trata das Forças Armadas], de apoio do Exército às outras Forças, e como agente executivo.

A abordagem tradicional para preparar o teatro de operações se concentra em operações de combate em larga escala. De acordo com a doutrina do Exército, “o propósito da preparação de um teatro de operações é estabelecer condições favoráveis para a rápida execução de operações militares e dos requisitos de apoio para um plano de operações (P Op) específico durante uma crise ou conflito.”¹⁷ Para atender a esse requisito, o Exército mantém capacidades que incluem “apoio de inteligência; comunicações; abertura de portos e campos de pouso; logística; defesa antiaérea baseada em terra; defesa química; e recepção, concentração, movimento para as linhas de frente e integração.”¹⁸

O apoio de contratados e as finanças dentro da função de sustentação desempenham um papel significativo.¹⁹ O manual mais recente sobre operações de sustentação trata do *apoio operacional de contratados* (*operational contract support, OCS*), “o processo de planejamento e execução do apoio de contratados durante operações de contingência” e o sistema bancário e desembolso, as “atividades de gestão financeira que vão desde o apoio monetário às operações militares [...] até o fortalecimento das instituições financeiras locais.”²⁰ No entanto, considera apenas brevemente a segurança

operacional relativa ao uso, por parte dos fornecedores, de cidadãos locais que possam prestar informações sobre as forças amigas.

O Maj Travis Clemens é oficial de assuntos civis do Exército dos EUA no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico e serviu em diversas missões na África e no Oriente Médio. É autor do Report 20-4 da JSOU, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*.

Um argumento mais forte a favor do papel central do exército de teatro de operações na dissuasão se baseia em seus compromissos com parceiros, na vantagem informacional e em atividades de



(Figura dos autores)

Figura 1. Combate ao financiamento de ameaças em todo o espectro de poder para moldar o comportamento desejado

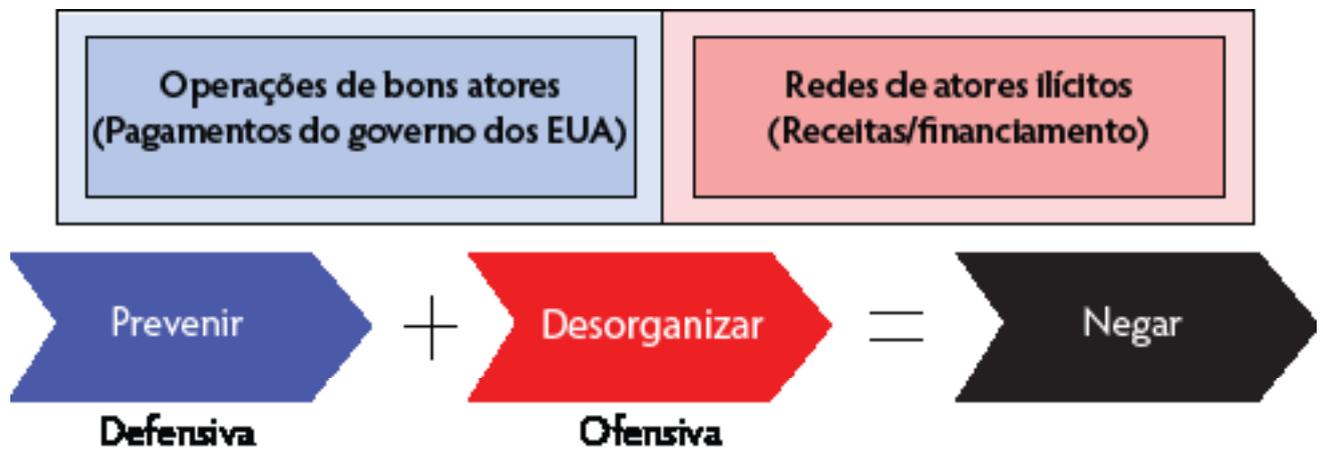
sustentação mediante uma abordagem ativa de campanha para moldar o ambiente.²¹ Infelizmente, essa ainda é a visão de uma minoria. Uma estrutura para preparar o teatro de operações deve ir além de permitir o acesso e a sustentação principalmente para conflitos armados e incluir explicitamente a *negação do acesso financeiro aos adversários* por meio do CTF, como parte de um kit de ferramentas de dissuasão integrado e abrangente.

Preparação assimétrica do teatro de operações — uma nova mentalidade para a dissuasão integrada atual

Uma abordagem de CTF para preparar o teatro de operações deve enfrentar esse desafio através da lente da *coerção* — a capacidade de influenciar um ator a fazer algo que não deseja. O renomado acadêmico Thomas Schelling escreveu que a coerção engloba duas formas básicas: *dissuasão e compulsão*. A dissuasão reforça o comportamento do *status quo* ao impedir

que um alvo pratique ações indesejadas, enquanto a compulsão busca alterar o comportamento do alvo.²² A NDS de 2018 enfatizou como as potências revisionistas “aumentaram os esforços abaixo do limiar do conflito armado mediante a expansão da coerção para novas frentes”, enquanto a nova NDS de 2022 alça a “*dissuasão integrada*” à posição de principal linha de esforço.²³ O Exército deve refletir sobre coerção de novas maneiras — especificamente sobre a *dissuasão irregular* — para acompanhar o ritmo (veja a Figura 1).²⁴

A maioria das análises da contribuição das Forças Armadas dos EUA para a coerção tende a se concentrar em demonstrações de compromisso (forças em posições avançadas e assistência em assuntos de segurança); aplicação do Direito Internacional em espaços do domínio público internacional (demonstrações de força, como operações de liberdade de navegação); e usos limitados de força letal (ataques aéreos de precisão).²⁵ Esses estudos não incluem medidas econômicas ou financeiras além



(Figura: Cel Sara Dudley e Cel David Vandevander)

Figura 2. Construto de combate ao financiamento de ameaças defensivo e ofensivo

do apoio às sanções.²⁶ Esta nova abordagem amplia as opções pelas quais o Exército pode contribuir para a dissuasão geral ao negar ao adversário o acesso financeiro aos recursos do teatro de operações, além de contribuir para uma progressão de escalada de governo como um todo que vincule melhor as Forças Armadas aos instrumentos econômicos e financeiros na gestão de crises.²⁷

A dissuasão clássica, respaldada por grandes formações convencionais e armas nucleares, baseia-se na sinalização do poder de prejudicar o adversário caso ultrapasse uma linha vermelha.²⁸ Por outro lado, a dissuasão da coerção de zona cinzenta exercida por meio da política econômica requer novas formas de abordar as vulnerabilidades que a Rússia e a China exploram nos Estados visados.²⁹ O combate ao financiamento de ameaças oferece um mecanismo de “dissuasão irregular” por meio da *negação do acesso financeiro*, que funciona segundo a lógica de tornar o alvo (políticos corruptos, negócios locais, organizações criminosas etc.) demasiadamente difícil ou dispendioso para ser comprado e aproveitado.³⁰

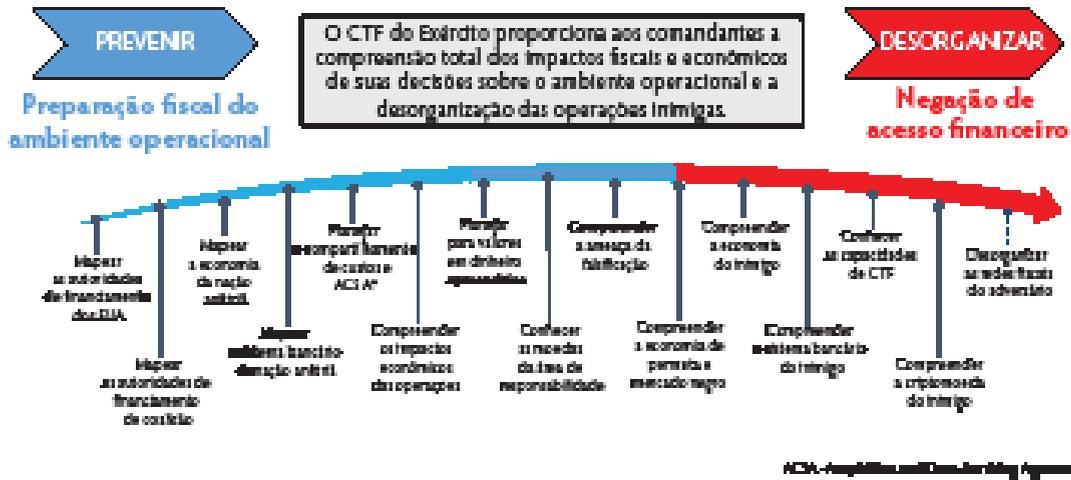
O combate ao financiamento de ameaças abrangeria todo o espectro, desde ações defensivas gerais para impedir que o dinheiro dos EUA e de parceiros inadvertidamente financie adversários por meio do OCS (por exemplo, mitigação de ameaças de fornecedores) até operações ofensivas, especificamente no ambiente de informações contra os nós em fluxos de financiamento de adversários. Reformular a abordagem tradicional do CTF para “negar” os fluxos financeiros de atores ilícitos em termos de

operações defensivas e ofensivas amplia a garantia de que o financiamento não chegará às redes adversárias e reduz a eficácia da coerção econômica (veja a Figura 2).³¹

Medidas preventivas: viabilizando a resiliência financeira dos parceiros nos comandos componentes do Exército

Os esforços atuais em relação ao CTF se concentram principalmente no financiamento usado para fins de envolvimento em atividades terroristas e apoio a redes ilícitas. As redes visadas lidam com tráfico de narcóticos, armas de destruição em massa, dispositivos explosivos improvisados, armas e materiais relacionados que apoiam atividades malignas.³² O crime organizado transnacional, muitas vezes coordenando e facilitando essas atividades, também exige atenção dessa mesma comunidade de ação. A reformulação do CTF em um contexto mais amplo exige a compreensão da “negação” do financiamento em uma estrutura mais ampla de prevenção e desorganização que vai além da descrição de “negar, desorganizar, destruir ou derrotar” da doutrina atual.

Impedir que os fundos cheguem às redes adversárias tem como objetivo possibilitar a resiliência financeira, protegendo contra a coerção econômica do adversário. Ao considerar a necessidade de evitar que fundos de sustentação de forças amigas cheguem a atores ilícitos, o ambiente operacional financeiro é de grande preocupação para os planejadores e as forças financeiras. A aplicação



(Figura: U.S. Army Finance Corps Working Group)

Figura 3. O espectro do combate ao financiamento de ameaças, desde a preparação fiscal do ambiente até a negação do acesso financeiro

de análises de risco financeiro e de estruturas de conformidade do tipo AML/CFT nas unidades financeiras que efetuam pagamentos apresenta um benefício duplo. Em primeiro lugar, a verificação adicional e a conscientização econômica oferecem mais garantias para evitar que as verbas estadunidenses gastas em OCS cheguem a redes criminosas, de corrupção ou clientelismo, ao mesmo tempo que apoiam, de forma secundária, resultados econômicos locais positivos.

Para capacitar todo esse espectro de considerações financeiras e econômicas, uma “preparação fiscal do ambiente” produz um retrato das condições financeiras e econômicas em uma área geográfica (veja a Figura 3).³³ Essa estimativa preparatória em andamento define a base para um CTF ampliado.

Preparação fiscal do ambiente

A preparação fiscal do ambiente começa com a definição do ambiente operacional fiscal e econômico conhecido. Essa etapa de pesquisa preparatória disponibiliza as informações subjacentes para avaliar a situação e determinar os controles necessários para reduzir os riscos nas transações financeiras. Os parâmetros gerais se comparam à análise de riscos de AML/CFT que uma instituição financeira realizaria em categorias de risco diferentes em um elemento de conformidade. O manual do Conselho Federal de Exame de Instituições Financeiras (*Federal Financial Institutions Examination Council*) descreve os elementos em

categorias específicas de riscos de produtos, serviços, clientes, entidades, transações e localizações geográficas.³⁴ Considerações mínimas de equivalência militar para unidades financeiras implicariam uma pesquisa detalhada que incluísse os seguintes aspectos: risco geográfico associado a sistemas bancários locais, sistemas de transferência de valores subjacentes da sociedade, mercado negro conhecido ou negócios ilícitos proeminentes e identificação de empresas ou indivíduos sancionados ou restritos.

Essas etapas facilitam a produção de modelos financeiros e calcos para apoiar a tomada de decisão na área de operações de um comandante. Tais modelos descreveriam os fornecedores aprovados, as atuais políticas e fiscalização locais de AML/CFT, a situação internacional dos bancos locais, a política de gestão de caixa, as plataformas de pagamento digital aprovadas e a densidade esperada das forças estadunidenses, os requisitos de suporte de contratados e as capacidades.

Moldando o ambiente operacional fiscal

A clareza das condições econômicas em áreas de alto risco de AML/CTF e propensas à manipulação por atores ilícitos serve de base ao planejamento para a criação de um ambiente econômico mais propício. A modelagem do ambiente operacional fiscal utiliza as partes vulneráveis identificadas das economias para definir como a manipulação fiscal ou econômica externa poderia afetar as operações.

As ferramentas do comandante para a visualização dos efeitos financeiros sobre as variáveis ambientais (PMESII-PT^{NT2}) e as considerações culturais (ASCOPE^{NT3}) devem ampliar a compreensão da posição da força terrestre e das vantagens fiscais relativas.³⁵ A identificação e o mapeamento das autoridades de financiamento estadunidenses e parceiras, as estimativas da capacidade de contratação local e as considerações civis, bem como a identificação do risco de AML/CFT específico da área local, completam essa área do espectro. Os elementos financeiros e de inteligência usam essa análise para apresentar controles de mitigação de riscos para fins de ação de CTF ao comandante com base em seu nível de tolerância ao risco.

Essa análise se traduz em uma capacidade de separar o planejamento de contingência, apreendido principalmente como um componente militar do poder nacional, dos componentes econômicos significativos que também existem. Considerando o tamanho e o escopo dos compromissos militares globais dos EUA, figurativamente, um “e” minúsculo reside no “M” maiúsculo de DIMEFIL.^{36, NT4} O foco exclusivo no emprego letal das Forças Armadas (M) invalida a oportunidade de influenciar a competição por meio de dólares de serviços contratados (“e” minúsculo) que os comandantes dispenderão no apoio às operações, de qualquer forma. A aplicação inteligente dos requisitos de dólares de serviços contratados permite que as Forças Armadas promovam a resiliência fiscal da nação parceira e viabilizem ações apropriadas para os parceiros interagências.³⁷

Medidas desorganizadoras: partindo para a ofensiva nos comandos de operações especiais do teatro de operações

As operações ofensivas da comunidade de F Op Esp completam os esforços de negação do acesso financeiro. Trabalhando como equipes multifuncionais por meio dos comandos de operações especiais do teatro de operações (*theater special operations commands*, TSOC), os profissionais do corpo financeiro e das F Op Esp do Exército podem desorganizar e dismantelar redes

cruciais de corrupção que apoiam os interesses chineses e russos. A interseção entre CTF e operações especiais, principalmente as forças de assuntos civis e de operações psicológicas, pode ser mais eficaz no ambiente de informações. As F Op Esp desempenham várias funções essenciais que viabilizam o CTF, desde o reconhecimento civil até o envio de mensagens de precisão e a viabilização do alcance das autoridades nacionais por meio de parceiros interagências.

Impondo custos aos investimentos em infraestrutura

Em uma função de reconhecimento, uma equipe de assuntos civis das F Op Esp atuando como elemento de apoio civil-militar (*civil military support element*, CMSE) pode manter relacionamentos em áreas estratégicas por meio das quais consegue observar as atividades econômicas chinesas e seus efeitos. Novos canteiros de obras ou conversas sobre contratos com investidores chineses são tópicos frequentemente abordados em reuniões e interações rotineiras. O reconhecimento civil permite que os TSOC mapeiem o alcance da BRI e apliquem medidas de CTF direcionadas contra indivíduos e empresas associadas que facilitem o acesso da China.³⁸ Isso inclui servir como uma função de indicação e orientação para outros órgãos, como o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (*Treasury Department's Office of Foreign Asset Controls*).

Com vistas à resiliência civil, as F Op Esp podem degradar os efeitos das operações de informação do adversário sobre as populações relevantes que permitam o acesso financeiro.³⁹ As F Op Esp apoiam o trabalho junto a organizações jurídicas e comunitárias para compreender melhor os processos alfandegários, de licenciamento ou permissões que devem ser exigidos e cumpridos para garantir sua soberania. As organizações não governamentais (ONGs), principalmente as voltadas para o meio ambiente, geralmente têm preocupações legítimas com os efeitos negativos das construções.⁴⁰ Por meio dos contatos da embaixada dos EUA e das ONGs, os CMSE podem ressaltar questões preocupantes relacionadas a projetos da BRI para as ONGs capazes de influenciar a nação parceira a se opor a esses projetos. Como a frustração popular continua a crescer com os acordos insustentáveis de dívida de infraestrutura nos países em desenvolvimento paralelamente à BRI, as campanhas de influência podem permitir que os parceiros

NT2: PMESII-PT refere-se aos fatores político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo — veja o modelo PMESII-AT no âmbito do Exército Brasileiro.

NT3: ASCOPE refere-se a área, estruturas, capacidades, organizações, população e eventos — veja a sigla AECOPE no âmbito do Exército Brasileiro.

NT4: DIMEFIL refere-se aos fatores diplomático, informacional, militar, econômico, financeiro, inteligência e segurança pública.

locais e as multinacionais desacreditem as atividades chinesas e inibam outros investimentos predatórios.⁴¹

Desfazendo as dependências energéticas

As F Op Esp podem desempenhar uma função semelhante contra a Rússia por meio de relações com embaixadas dos EUA, autoridades e civis influentes de nações parceiras. A Rússia cria uma vulnerabilidade crítica para si mesma ao usar as exportações de energia para manipular governos estrangeiros. Uma redução na demanda resultaria na redução da influência política de Moscou.

O reconhecimento civil pode identificar locais vulneráveis que detêm uma influência política desproporcional sobre a nação parceira. Esse fluxo de informações militares para a embaixada dos EUA permitiria maior transparência e uma nova proposta de valor a ser considerada na aplicação de recursos, talvez por meio da Corporação Financeira dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (*U.S. International Development Finance Corporation*), para estabelecer uma infraestrutura de energia alternativa para esses casos específicos. Ao visar locais específicos com o maior clamor público durante embargos de petróleo ou aumentos de preços, a nação parceira pode aliviar a pressão política sem alterar a infraestrutura energética de todo o país.

As F Op Esp poderiam também apoiar a resistência contra a coerção econômica russa, destacando a construção de dutos em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental ou regiões significativas do ponto de vista cultural. Os esforços focados na resistência, juntamente com medidas de CTF direcionadas, poderiam promover a determinação da nação parceira e a influência política contra os esforços da Rússia para persuadir seus principais líderes, negando acesso financeiro ao longo do tempo para reduzir a posição de vantagem do país.⁴²

Expondo e suplantando os fluxos de financiamento

Incentivar sistemas digitais de transferência de valores introduzidos de forma seletiva pode proteger ainda mais as populações em áreas propensas à coerção. As interações de operações especiais, por meio de eventos de treinamento e relacionamentos de longa data entre militares, poderiam evitar os métodos de pagamento ocidentais, geralmente em dólares estadunidenses, e

adotar plataformas locais de pagamento digital preexistentes, endossar pagamentos em criptomoedas ou oferecer acesso a um aplicativo descentralizado especializado com base na resposta às necessidades coletivas. As novas tecnologias de criptomoeda oferecem às comunidades um mecanismo complementar eficiente para criar moedas “cívicas ou urbanas” que apoiem o desenvolvimento econômico local, a coesão social e a participação ativa na sustentabilidade das comunidades locais.⁴³

A introdução desses mecanismos de pagamento digital permite transferências de valor distribuídas, resilientes e transparentes que dificultam a participação da China ou da Rússia em práticas econômicas predatórias. As altas taxas de adoção pela sociedade da tecnologia de criptomoeda de fontes abertas permitem a análise de onde os pagamentos acabam chegando e revelam as injeções externas de financiamento. A capacidade das F Op Esp para, de forma rápida, criar protótipos, testar, adquirir e implementar essa tecnologia oferece uma camada adicional de proteção contra pagamentos de sustentação operacional que cheguem a atores ilícitos, pagamentos secretos que cheguem a autoridades locais corruptas, a distorção dos mercados locais ou a geração de uma economia não sustentável.⁴⁴ Possibilita também que os EUA e seus parceiros possam competir com o Pagamento Eletrônico em Moeda Digital (*Digital Currency Electronic Payment*, DCEP) e o yuan digital chineses, além da criptomoeda russa (“CryptoRuble”), que tem como objetivo consolidar a influência dos adversários e desbancar o dólar estadunidense.⁴⁵

Aproveitamento das finanças como um sistema

Os planejadores podem otimizar os esforços para a negação do acesso financeiro amplo mediante uma estrutura de sistemas que enfatize a imposição de custos em todo o processo. Isso aborda as *entradas* financeiras (fluxos de financiamento físicos e virtuais), os *mecanismos de conversão* (empresas estatais e autoridades corruptas do governo) e os *resultados* (infraestrutura comercial e redes de *proxies*) (veja a Figura 4).⁴⁶ No início do processo, isso envolve o aumento dos custos de obtenção de entradas financeiras e o impedimento da conversão desse financiamento em resultados. No fim do processo, a desorganização dos resultados e a atenuação dos efeitos negativos sobre a população criam condições para



(Figura dos autores)

Figura 4. Combate ao financiamento de ameaças como um sistema

obrigar a mudança de comportamento do adversário e dissuadi-lo de futuras tentativas de coerção.⁴⁷

Aumentar os custos de obtenção de entradas. As transferências informais de dinheiro assumem a forma de câmbio de moeda forte, contas de pagamento digital não afiliadas a bancos, fóruns de câmbio on-line e pagamentos em criptomoeda ponto a ponto (P2P) que contornam os sistemas de rastreamento tradicionais. A dificuldade para combater essas estruturas reside em identificá-las em primeiro lugar. É nesse ponto que as F Op Esp podem apoiar os esforços interagências. Por meio de interações normais, os CMSE obtêm uma compreensão ampla de como os fatores econômicos afetam a população local e podem identificar os mecanismos, locais e personalidades específicos envolvidos em pagamentos digitais e câmbios on-line. Munidos desse conhecimento, os CMSE colaboram com as embaixadas estadunidenses usando ferramentas interagências. A aplicação de estruturas de conformidade, infraestrutura de verificação baseada em riscos e declarações de necessidades rigorosas tornam mais difícil para esses fundos o alcance dos alvos pretendidos por meio do fluxo de OCS e processos análogos de nações parceiras.

Impedir os mecanismos de conversão. As empresas estatais, as autoridades públicas corruptas, os intermediários informais do poder e as empresas locais fornecem o acesso, o posicionamento e a influência que a China e a

Rússia utilizam para fins de exploração e coerção. A difamação direcionada de autoridades corruptas e entidades comerciais predatórias pode expor os agentes malignos. As equipes de operações psicológicas, juntamente com os CMSE, transmitem mensagens por meio da mídia local, mídias sociais e interações pessoais a respeito dessas autoridades corruptas, viabilizando greves, protestos, processos democráticos locais e campanhas de pressão internacional para destituí-las do cargo ou posições de influência. Da mesma forma, os CMSE podem disponibilizar informações direcionadas para ajudar nas restrições impostas aos engenheiros estrangeiros e expandir os cancelamentos de contratos, obstáculos legais administrativos e litígios para persuadir os adversários a cessar suas atividades e alterar seu cálculo de decisão.

Desorganizar os resultados. A construção e manutenção da infraestrutura física e das redes de *proxies* servem como armas de ação dos adversários. Os resultados da infraestrutura podem ainda representar recursos cruciais que permitem aos adversários exercer uma influência desproporcional nas cadeias de suprimento globais. Medidas ofensivas, como apreensão de ativos, penetração cibernética, sabotagem física, prisões e deportações, ampliam o leque de opções de escalada, se necessário.

Reduzir os efeitos adversos sobre a população. As comunidades, empresas e trabalhadores locais muitas

vezes são os mais afetados pela coerção econômica do adversário e a corrupção associada, principalmente quando envolve mão de obra de imigrantes, danos ambientais e perda da soberania.⁴⁸ A mitigação desses impactos negativos mediante indenizações trabalhistas direcionadas, investimentos econômicos locais, microempréstimos, medidas de proteção ambiental e maior participação da comunidade nas decisões econômicas completaria os esforços para alcançar a negação do acesso financeiro.

Dinheiro no banco ou investimento ruim?

Apesar dos benefícios evidentes da busca de uma abordagem ampliada de CTF para a competição, as questões interrelacionadas de *escopo, escala e capacidade* impedem que o CTF se torne uma solução mágica. Faz sentido que o escopo dos esforços de competição do CTF inclua as redes ilícitas e de corrupção. No entanto, a expansão para incluir as empresas estatais — o braço mais poderoso da política econômica da China — suscita questões sobre a escala. Assim como os conglomerados multinacionais, muitas empresas estatais estão registradas em diversas bolsas de valores estrangeiras. A negação abrangente das empresas estatais por meio do CTF é impossível por si só, sem esforços significativos de diversos parceiros internacionais. Porém, a mitigação e desorganização das atividades malignas de empresas estatais nos países, especialmente relacionadas à BRI, permanecem viáveis.

Outra preocupação válida decorre da dúvida sobre a capacidade do Corpo de Finanças e Controladoria do Exército e das comunidades das F Op Esp para empregar atividades de CTF na escala necessária para afetar o cálculo de decisão do adversário. Até o momento, o corpo de finanças incorporou o CTF como uma competência essencial, estabeleceu células-piloto localizadas junto às F Op Esp, começou a incorporar a análise financeira em adestramentos no nível do teatro de operações e criou programas de treinamento *ad hoc* a partir de cursos existentes oferecidos pela comunidade interagências para impulsionar a curva de aprendizado.

Enquanto os profissionais de finanças das F Op Esp desenvolvem um protótipo da capacidade, a iniciativa financeira mais ampla do Exército deve criar protótipos de desenvolvimento dedicados para planos de carreiras de CTF no nível da Força,

amadurecer a doutrina, bem como fazer concessões na estrutura da Força para otimizar seu capital humano rumo ao sucesso de longo prazo do CTF em toda a força conjunta. A integração e o aproveitamento das capacidades e autoridades atuais relacionadas a finanças nos ASCC e TSOC com as dos parceiros interagências oferecem um retorno sobre o investimento muito grande que os decisores não devem ignorar.

Recursos próprios mediante o combate ao financiamento de ameaças no amplo espectro

Para dissuadir os adversários de explorar parceiros vulneráveis por meio de vetores financeiros, bem como forçar uma mudança de comportamento que os alinhe aos interesses dos EUA, são necessárias novas maneiras de afetar seu cálculo de decisão na competição diária. As medidas preventivas e desorganizadoras do CTF proporcionam uma dessas maneiras: pela integração plena das forças convencionais do Exército, das F Op Esp do Exército e dos parceiros interagências.

Com o foco do Exército nas operações em múltiplos domínios, o exército do teatro de operações — como o ASCC para seu comando unificado designado — é a principal formação do Exército “responsável por dissuadir ou derrotar as influências malignas e a agressão ostensiva de um adversário abaixo do limiar do conflito armado no teatro de operações.”⁴⁹ A reconceituação de como o Exército prepara o teatro de operações — especificamente com uma *abordagem de CTF irregular para negar o acesso financeiro ao adversário* — reforça as contribuições do Exército à dissuasão integrada e expande o alcance das operações de múltiplos domínios para a arena financeira.

A abordagem do CTF em matéria de dissuasão também apoia os esforços para institucionalizar as lições de guerra irregular aprendidas com conflitos passados.⁵⁰ A adaptação, nesse momento, das atividades de CTF contra *proxies*, agentes poderosos corruptos e empresas estatais usadas pela China e pela Rússia para a negação do acesso financeiro aproveitaria e se basearia nas lições do CTF na luta de décadas contra o terrorismo. Aprimorada pela fusão de inteligência, a integração das equipes multifuncionais do ASCC e TSOC promove ainda mais a integração, interoperabilidade e interdependência das SOF e das forças convencionais, estabelecidas ao longo de quase 20 anos de operações de contraterrorismo.⁵¹

Por fim, os fluxos monetários e financeiros não reconhecem as bifurcações militares e civis. Embora os gastos chineses com infraestrutura por meio da BRI sejam qualitativa e quantitativamente diferentes do financiamento de ameaças no Iraque, a adaptação dessas ferramentas e o aprimoramento da escala e do escopo das ferramentas interagências, como as encontradas nos Departamentos do Tesouro e do Comércio, podem ser fundamentais para dissuadir

o comportamento do adversário na zona cinzenta. O CTF reformulado possibilitará uma política econômica estadunidense mais ampla e ajudará o Departamento de Defesa a reforçar a dissuasão integrada por meio de uma tríade abrangente de dissuasão militar *irregular-convencional-nuclear*. Não podemos renunciar a essa oportunidade de mudança, ou então correremos o risco de nos aproximar de nosso próprio xeque-mate. ■

Referências

1. James McConville, *The Army in Military Competition*, Chief of Staff Paper #2 (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 1 March 2021), acesso em 19 set. 2022, <https://api.army.mil/e2/c/downloads/2021/03/29/bf6c30e6/csa-paper-2-the-army-in-military-competition.pdf>.
2. Kevin Bilms, "Gray Is Here to Stay: Principles from the Interim National Security Strategic Guidance on Competing in the Gray Zone", Modern War Institute at West Point, 25 March 2021, acesso em 14 set. 2022, <https://mwi.usma.edu/gray-is-here-to-stay-principles-from-the-interim-national-security-strategic-guidance-on-competing-in-the-gray-zone>.
3. Sara Dudley, Kevin Stringer e Steve Ferenzi, "Beyond Direct Action: A Counter-Threat Finance Approach to Competition", *Kingston Consortium on International Security* (April 2021), acesso em 27 nov. 2022, <https://www.thekcis.org/publications/insight-13>; Jonathan Hillman, "Corruption Flows Along China's Belt and Road", *Center for Strategic and International Studies*, 18 January 2019, acesso em 14 set. 2022, <https://www.csis.org/analysis/corruption-flows-along-chinas-belt-and-road>.
4. Katie Crombe, Steve Ferenzi e Robert Jones, "Integrating Deterrence across the Gray—Making It More than Words", *Military Times* (site), 8 December 2021, acesso em 14 set. 2022, <https://www.militarytimes.com/opinion/commentary/2021/12/08/integrating-deterrence-across-the-gray-making-it-more-than-words/>.
5. Joseph Shimerdla e Ryan Kort, "Setting the Theater: A Definition, Framework, and Rationale for Effective Resourcing at the Theater Level", *Military Review* 98, no. 3 (May-June 2018): p. 55-62, acesso em 14 set. 2022, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2018/Setting-the-Theater-Effective-Resourcing-at-the-Theater-Army-Level/>.
6. Army Regulation 700–137, *Logistics Civil Augmentation Program* (Washington, DC: U.S. GPO, 2017), acesso em 14 set. 2022, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN2768_AR700-137_Web_FINAL.pdf. Esse regulamento estabelece um programa regulatório do Departamento do Exército com a descrição de políticas, responsabilidades e procedimentos para a implementação do Programa de Aumento Civil de Logística (Logistics Civil Augmentation Program) para fornecer serviços de logística de espectro total e suporte de base usando contratos de economia de escala para contingências globais.
7. Dudley, Stringer e Ferenzi, "Beyond Direct Action"; veja também, por exemplo, Kevin D. Stringer, "Counter Threat Finance (CTF): Grasping the Eel", *Military Power Revue*, no. 2 (2013): p. 64-70; Danielle Camner Lindholm e Celina Realuyo, "Threat Finance: A Critical Enabler for Illicit Networks", chap. 7 in *Convergence: Illicit Networks and National Security in the Age of Globalization*, ed. Michael Miklaucic and Jacqueline Brewer (Washington, DC: National Defense University Press, 2012).
8. Department of Defense (DOD) Directive (DODD) 5205.14, *DoD Counter-Threat Finance (CTF) Policy* (Washington, DC: DOD, 19 August 2010, incorporating change 3, 3 May 2017), <https://www.esd.whs.mil/Portals/54/Documents/DD/issuances/dodd/520514p.pdf>.
9. Dudley, Stringer e Ferenzi, "Beyond Direct Action".
10. Travis Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, JSOU Report 20-4 (MacDill Air Force Base, FL: Joint Special Operations University Press [JSOU], 2020), p. 22, acesso em 11 out. 2022, <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1131100.pdf>.
11. Thomas Mahnken, Ross Babbage e Toshi Yoshihara, *Countering Comprehensive Coercion: Competitive Strategies against Authoritarian Political Warfare* (Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 30 May 2018), p. 36-37, acesso em 14 set. 2022, <https://csbaonline.org/research/publications/countering-comprehensive-coercion-competitive-strategies-against-authoritarian/publication/1>.
12. Will Doig, "The Belt and Road Initiative Is a Corruption Bonanza", *Foreign Policy* (site), 15 January 2019, acesso em 14 set. 2022, <https://foreignpolicy.com/2019/01/15/the-belt-and-road-initiative-is-a-corruption-bonanza/>; Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, p. 59; Arjun Kharpal, "China's Surveillance Tech Is Spreading Globally, Raising Concerns about Beijing's Influence", *CNBC*, 8 October 2019, acesso em 14 set. 2022, <https://www.cnn.com/2019/10/08/china-is-exporting-surveillance-tech-like-facial-recognition-globally.html>; Katherine Atha et al., *China's Smart Cities Development* (Vienna, VA: SOS International, January 2020), acesso em 5 out. 2022, https://www.uscc.gov/sites/default/files/China_Smart_Cities_Development.pdf.
13. Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power*, p. 22.
14. Mahnken, Babbage e Yoshihara, *Countering Comprehensive Coercion*, p. 20-21.

15. Wojciech Kononczuk, "Russia's Real Aims in Crimea", Carnegie Endowment for International Peace, 13 May 2014, acesso em 27 nov. 2022, <https://carnegieendowment.org/2014/03/13/russia-s-real-aims-in-crimea-pub-54914>.
16. Army Doctrine Publication (ADP) 1, *The Army* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 July 2019), p. 2-8.
17. Field Manual (FM) 4-0, *Sustainment Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 July 2019), p. 3-1.
18. ADP 1, *The Army*, p. 2-8.
19. Shimerdla e Kort, "Setting the Theater", p. 61.
20. FM 4-0, *Sustainment Operations*, p. 5-13, A-9, A-11, A-43.
21. Justin Magula, "The Theater Army's Central Role in Integrated Deterrence", *Military Review* 102, no. 3 (May-June 2022): p. 77-89, acesso em 14 set. 2022, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2022/Magula/>.
22. Keith Pritchard, Roy Kempf e Steve Ferenzi, "How to Win an Asymmetric War in the Era of Special Forces", *The National Interest* (site), 12 October 2019, acesso em 27 nov. 2022, <https://nationalinterest.org/feature/how-win-asymmetric-war-era-special-forces-87601>; veja também Thomas Schelling, *Arms and Influence* (New Haven, CT: Yale University Press, 2008), p. 69-73; Tami Biddle, "Coercion Theory: A Basic Introduction for Practitioners", *Texas National Security Review* 3, no. 2 (Spring 2020): p. 94-109, acesso em 14 set. 2022, <https://tnsr.org/2020/02/coercion-theory-a-basic-introduction-for-practitioners/>.
23. Office of the Secretary of Defense, *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America* (Washington, DC: DOD, 2018), p. 2, 5; Office of the Secretary of Defense, "Fact Sheet: 2022 National Defense Strategy" (Washington, DC: DOD, March 2022), <https://media.defense.gov/2022/Mar/28/2002964702/-1/-1/1/NDS-FACT-SHEET.PDF>.
24. Gráfico criado pelos autores, com base em material adaptado de Barry Blechman e Stephen Kaplan, *Force without War: U.S. Armed Forces as a Political Instrument* (Washington, DC: Brookings Institution Press, 1978); e Joseph Nye, *The Future of Power* (New York: Public Affairs, 2011).
25. Melanie Sisson, James Siebens e Barry Blechman, eds., *Military Coercion and U.S. Foreign Policy: The Use of Force Short of War* (New York: Routledge, 2020), p. 16-50.
26. Ibid., p. 50-56; Phil Haun, "Air Power, Sanctions, Coercion, and Containment: When Foreign Policy Objectives Collide", in *Coercion: The Power to Hurt in International Politics*, ed. Kelly Greenhill and Peter Krause (New York: Oxford University Press, 2018), p. 77-92.
27. *Integrating Deterrence Across the Gray*, vídeo de YouTube, publicado por "SMA Speaker Series", 56:10, 20 January 2022, acesso em 11 out. 2022, https://www.youtube.com/watch?v=rCs_WjwAvqY&t=1s; Elizabeth Rosenberg e Jordan Tama, *Strengthening the Economic Arsenal: Bolstering the Deterrent and Signaling Effects of Sanctions* (Washington, DC: Center for a New American Security, December 2019), p. 10, acesso em 19 set. 2022, <https://s3.amazonaws.com/files.cnas.org/documents/CNAS-Report-Econ-Arsenal-final.pdf?mtime=20191210155831>.
28. Liam Collins e Lionel Beehner, "Thomas Schelling's Theories on Strategy and War Will Live On", *Modern War Institute at West Point*, 16 December 2016, acesso em 19 de set. de 2022, <https://mwi.usma.edu/thomas-schellings-theories-strategy-war-will-live/>.
29. Pritchard, Kempf e Ferenzi, "How to Win an Asymmetric War in the Era of Special Forces".
30. Michael Mazarr, *Understanding Deterrence* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018), p. 2, acesso em 19 set. 2022, https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PE200/PE295/RAND_PE295.pdf.
31. Desenvolvido pela Cel Sara Dudley, gráfico do Cel David Vandevander.
32. DODD 5205.14, *DoD Counter-Threat Finance (CTF) Policy*.
33. Gráfico criado por um grupo de trabalho do Corpo de Finanças do Exército dos EUA: Cels. Sara Dudley, Nicholas LaSala e David Vandevander; Ten Cel Krystyl Pillion; Maj Joshua Lakey; e Cap Jon Bobb.
34. Federal Financial Institutions Examination Council, *Bank Secrecy Act/Anti-Money Laundering Examination Manual* (Arlington, VA: Federal Financial Institutions Examination Council, 2014), acesso em 19 set. 2022, <https://bsaaml.ffiec.gov/manual>.
35. Para um exemplo de matriz de PMESII/ASCOPE, veja a Joint Publication (JP) 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: U.S. GPO, 25 April 2018), p. IV-6, acesso em 19 set. 2022, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_24.pdf; e JP 5-0, *Joint Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 16 June 2017), p. IV-11. Fatores PMESII-PT: político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura-ambiente físico e tempo; ASCOPE: áreas, estruturas, capacidades, organizações, população e eventos. Esse construto de análise foi desenvolvido pelo Cap Jon Bobb no grupo de trabalho do Corpo de Finanças. [NT: Cf. PMESII-AT e AECOPE no âmbito do Exército Brasileiro.]
36. O Departamento de Defesa considera os elementos básicos do poder nacional: diplomacia, informacional, militar e econômico com instrumentos adicionais de poder, como financeiro, inteligência e segurança pública (DIMEFIL, na sigla em inglês).
37. Robert Blackwell e Jennifer Harris, *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016), p. 223.
38. Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, p. 65.
39. Ibid., p. 87.
40. Ibid., p. 65.
41. Christopher Balding, "Why Democracies Are Turning against Belt and Road: Corruption, Debt, and Backlash", *Foreign Affairs* (site), 24 October 2018, acesso em 19 set. 2022, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-10-24/why-democracies-are-turning-against-belt-and-road>. Para um estudo de caso fictício de uma equipe multifuncional de Forças Especiais/assuntos civis/operações psicológicas (Op Psc) com controle operacional para o Comando de Operações Especiais para a África (com apoio a distância do centro de guerra de informação do 8º grupo de Op Psc em Fort Bragg, Carolina do Norte), desorganizando as atividades econômicas chinesas na África, veja 1st Special Forces Command (Airborne), *A Vision for 2021 and Beyond* (Fort Bragg, NC: U.S. Army Special Operations Command, August 2021), p. 12-13, acesso em 19 set. 2022, <https://www.soc.mil/USASFC/Documents/1sfc-vision-2021-beyond.pdf>.
42. Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, p. 80; Dudley, Stringer e Ferenzi, "Beyond Direct Action".
43. Beth Noveck e Victoria Alsina, "More Than a Coin: The Rise of Civic Cryptocurrency", *Forbes* (site), 27 March 2018, acesso em 19 set. 2022, <https://www.forbes.com/sites/bethsimonenoveck/2018/03/27/>

[more-than-a-coin-the-rise-of-civic-cryptocurrency/#224c2d-4f6b68](#).

44. Sara Dudley et al., "Evasive Maneuvers: How Malign Actors Leverage Cryptocurrency", *Joint Force Quarterly* 92 (1st Quarter, 2019), acesso em 19 set. 2022, <https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-92/jfq-92.pdf>.

45. Danny Vincent, "One Day Everyone Will Use China's Digital Currency", BBC News, 24 September 2020, acesso em 19 set. 2022, <https://www.bbc.com/news/business-54261382>; Andrew Work, "China's DCEP Will Be the World's Sputnik Money Moment", Forkast, 10 August 2020, acesso em 19 set. 2022, <https://forkast.news/china-cbdc-digital-currency-e-rmb-launch-preview-andrew-work/>; Helen Partz, "Bank of Russia Issues Consultation Paper on Digital Ruble", Cointelegraph, 13 October 2020, acesso em 19 set. 2022, <https://cointelegraph.com/news/bank-of-russia-issues-consultation-paper-on-digital-ruble>.

46. Gráfico criado pelos autores, adaptado da estrutura desenvolvida por Nathan Leites e Charles Wolf, *Rebellion and Authority: An Analytic Essay on Insurgent Conflicts* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 1970), p. 35, acesso em 11 out. 2022, <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2006/R0462.pdf>.

47. Esse construto se baseia na estrutura de sistemas desenvolvida por Leites e Wolf em *Rebellion and Authority*.

48. Bradley Jardine, "Why Are There Anti-China Protests in Central Asia?", *Washington Post* (site), 16 October 2019, acesso em 19 set. 2022, <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/10/16/why-are-there-anti-china-protests-central-asia/>.

[politics/2019/10/16/why-are-there-anti-china-protests-central-asia/](#).

49. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-3-8, *The U.S. Army Concept for Multi-Domain Combined Arms Operations at Echelons above Brigade 2025-2045* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 6 December 2018), p. 35, acesso em 19 set. 2022, <https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets/TP525-3-8.pdf>; veja também FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 1 October 2022), p. 4-12, 4-13, acesso em 27 nov. 2022, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN36290-FM_3-0-000-WEB-2.pdf.

50. Office of the Secretary of Defense, *Summary of the Irregular Warfare Annex to the National Defense Strategy* (Washington, DC: DOD, 2020), p. 3, acesso em 21 nov. 2022, <https://media.defense.gov/2020/Oct/02/2002510472/-1/-1/0/Irregular-Warfare-Annex-to-the-National-Defense-Strategy-Summary.PDF>.

51. Jason Wesbrock, Glenn Harned e Preston Plous, "Special Operations Forces and Conventional Forces Integration, Interoperability, and Interdependence", *PRISM* 6, no. 3 (December 2016), acesso em 19 set. 2022, <https://cco.ndu.edu/PRISM-6-3/Article/1020999/special-operations-forces-and-conventional-forces-integration-interoperability/>; FM 6-05, *Multi-Service TTPs for Conventional Forces and Special Operations Forces Integration, Interoperability, and Interdependence* (Washington, DC: U.S. GPO, 25 January 2022), acesso em 27 nov. 2022, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_d/ARN34466-FM_6-05-000-WEB-1.pdf.

Military Review

RECOMENDAMOS



Em "The Evolution of Economic Compellence", Christopher Sims, Ph.D., descreve como o aspecto econômico do poder nacional tem sido usado há muito tempo para proteger os interesses nacionais, influenciar o comportamento de outros atores e alcançar objetivos na arena internacional. Para ler esse artigo da edição de julho-agosto de 2021 da *Military Review*, acesse <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/July-August-2021/Sims-Economic-Compellence/>. Disponível também em português: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2022/Sims/>.



Em "Economic Sanctions", Mark Duckenfield, Ph.D., descreve como as sanções econômicas são um método de coerção que os Estados usam para alcançar seus objetivos políticos internacionais, seja para impedir uma ação, forçar uma mudança de comportamento ou punir outro Estado. Para ler esse artigo da edição de setembro-outubro de 2022 da *Military Review*, acesse <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2022/Duckenfield/>. Disponível também em português: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Julho-Dezembro-2022/Duckenfield/>.

ÍNDICE 2023

PARTE I - TÍTULOS

TÍTULO	PÁG.	EDIÇÃO
Abraçando a necessidade de mudança no clima de comando Gen Bda Christopher R. Norrie, Exército dos EUA Ten Cel Jaron S. Wharton, Ph.D., Exército dos EUA	60	Jan-Jun
Assombrados pelo fantasma de Clausewitz As forças morais no colapso das Forças Armadas afegãs J. B. Potter	52	Jan-Jun
Controle civil das Forças Armadas Uma “ficção útil”? Cel Todd Schmidt, Ph.D., Exército dos EUA	2	Jan-Jun
Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África, O Uma dinâmica modificada e desafiadora Christopher Spearin, Ph.D.	24	Jul-Dez
Ignorando o fracasso O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras Eric Michael Burke, Ph.D.	50	Jul-Dez
Mais recente revisionismo histórico da Rússia e a reinvenção do futuro, O Robert F. Baumann, Ph.D.	84	Jan-Jun
Modelo de condições exploráveis, O Estratégias para pesquisa e análise sociocultural Nicole M. Laster-Loucks, Ph.D. Benjamin A. Okonofua, Ph.D.	37	Jul-Dez
Músicos de Marte em múltiplos domínios Expandindo as armas combinadas no século XXI Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA	2	Jul-Dez

Negação de acesso financeiro	79	Jul-Dez
Uma abordagem irregular da dissuasão integrada		
Cel Sara Dudley, Exército dos EUA		
Ten Cel Steve Ferenzi, Exército dos EUA		
Maj Travis Clemens, Exército dos EUA		
Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância	73	Jan-Jun
Processo decisório militar apoiado na inteligência artificial		
Cel Michael S. Farmer, Exército dos EUA		
Política, guerra e o povo estadunidense	11	Jan-Jun
Como a liderança política inconstante dos EUA prejudica sua capacidade de vencer		
Maj Jeremy Shields, Reserva da Força Aérea dos EUA		
Quem é o chefe?	20	Jan-Jun
Definindo a relação civil-militar no século XXI		
Ten Cel Kevin F. Krupski, Exército dos EUA		
Reestruturar a arte operacional para a competição	14	Jul-Dez
Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA		
Resolução de disputas civis	30	Jan-Jun
Uma estratégia de vitória ignorada para o Afeganistão		
Cel (Res) Cornelia Weiss, Força Aérea dos EUA		
Rumo a uma parceria mutuamente benéfica com a Índia para aprimorar a estratégia estadunidense no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico	67	Jul-Dez
Maj Patrick O'Brien Boling, Ph.D., Guarda Nacional de Louisiana		
Paul Sanders, Ph.D.		
Todo poder é local	38	Jan-Jun
Compreendendo o poder disciplinar para mobilizar a população		
Maj Robert G. Rose, Exército dos EUA		

PARTE II - AUTORES

AUTOR	PÁG.	EDIÇÃO
Baumann, Robert F., Ph.D.		
O mais recente revisionismo histórico da Rússia e a reinvenção do futuro	84	Jan-Jun
Beagle Jr., Gen Div Milford, Exército dos EUA		
Músicos de Marte em múltiplos domínios	2	Jul-Dez
Expandindo as armas combinadas no século XXI		

Boling, Maj Patrick O'Brien, Ph.D., Guarda Nacional de Louisiana Rumo a uma parceria mutuamente benéfica com a Índia para aprimorar a estratégia estadunidense no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico	67	Jul-Dez
Burke, Eric Michael, Ph.D. Ignorando o fracasso O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras	50	Jul-Dez
Chase, Maj Steven R., Exército dos EUA Reestruturar a arte operacional para a competição	14	Jul-Dez
Clemens, Maj Travis, Exército dos EUA Negação de acesso financeiro Uma abordagem irregular da dissuasão integrada	79	Jul-Dez
Creed, Cel (Res) Richard, Exército dos EUA Músicos de Marte em múltiplos domínios Expandindo as armas combinadas no século XXI	2	Jul-Dez
Dudley, Cel Sara, Exército dos EUA Negação de acesso financeiro Uma abordagem irregular da dissuasão integrada	79	Jul-Dez
Farmer, Ten Cel (Res) Matt, Exército dos EUA Músicos de Marte em múltiplos domínios Expandindo as armas combinadas no século XXI	2	Jul-Dez
Farmer, Cel Michael S., Exército dos EUA Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância Processo decisório militar apoiado na inteligência artificial	73	Jan-Jun
Ferenzi, Ten Cel Steve, Exército dos EUA Negação de acesso financeiro Uma abordagem irregular da dissuasão integrada	79	Jul-Dez
Krupski, Ten Cel Kevin F., Exército dos EUA Quem é o chefe? Definindo a relação civil-militar no século XXI	20	Jan-Jun
Laster-Loucks, Nicole M., Ph.D. O modelo de condições exploráveis Estratégias para pesquisa e análise sociocultural	37	Jul-Dez
Norrie, Gen Bda Christopher R., Exército dos EUA Abraçando a necessidade de mudança no clima de comando	60	Jan-Jun

Okonofua, Benjamin A., Ph.D. O modelo de condições exploráveis Estratégias para pesquisa e análise sociocultural	37	Jul-Dez
Potter, J. B. Assombrados pelo fantasma de Clausewitz As forças morais no colapso das Forças Armadas afegãs	52	Jan-Jun
Rose, Maj Robert G., Exército dos EUA Todo poder é local Compreendendo o poder disciplinar para mobilizar a população	38	Jan-Jun
Sanders, Paul, Ph.D. Rumo a uma parceria mutuamente benéfica com a Índia para aprimorar a estratégia estadunidense no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico	67	Jul-Dez
Schmidt, Cel Todd, Ph.D., Exército dos EUA Controle civil das Forças Armadas Uma “ficção útil”?	2	Jan-Jun
Shields, Maj Jeremy, Reserva da Força Aérea dos EUA Política, guerra e o povo estadunidense Como a liderança política inconstante dos EUA prejudica sua capacidade de vencer	11	Jan-Jun
Spearin, Christopher, Ph.D. O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África Uma dinâmica modificada e desafiadora	24	Jul-Dez
Weiss, Cel (Res) Cornelia, Força Aérea dos EUA Resolução de disputas civis Uma estratégia de vitória ignorada para o Afeganistão	30	Jan-Jun
Wharton, Ten Cel Jaron S., Ph.D., Exército dos EUA Abraçando a necessidade de mudança no clima de comando	60	Jan-Jun

PARTE III – ASSUNTOS

ASSUNTO	PÁG.	EDIÇÃO
AFEGANISTÃO		
Assombrados pelo fantasma de Clausewitz As forças morais no colapso das Forças Armadas afegãs <i>J. B. Potter</i>	52	Jan-Jun

Ignorando o fracasso O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras <i>Eric Michael Burke, Ph.D.</i>	50	Jul-Dez
Resolução de disputas civis Uma estratégia de vitória ignorada para o Afeganistão <i>Cel (Res) Cornelia Weiss, Força Aérea dos EUA</i>	30	Jan-Jun
Todo poder é local Compreendendo o poder disciplinar para mobilizar a população <i>Maj Robert G. Rose, Exército dos EUA</i>	38	Jan-Jun

ÁFRICA

O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África Uma dinâmica modificada e desafiadora <i>Christopher Spearin, Ph.D.</i>	24	Jul-Dez
--	----	---------

ARTE OPERACIONAL

Reestruturar a arte operacional para a competição <i>Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA</i>	14	Jul-Dez
--	----	---------

ASSISTÊNCIA ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA

O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África Uma dinâmica modificada e desafiadora <i>Christopher Spearin, Ph.D.</i>	24	Jul-Dez
--	----	---------

COMPETIÇÃO

Reestruturar a arte operacional para a competição <i>Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA</i>	14	Jul-Dez
--	----	---------

CONTRAINSURGÊNCIA

Todo poder é local Compreendendo o poder disciplinar para mobilizar a população <i>Maj Robert G. Rose, Exército dos EUA</i>	38	Jan-Jun
--	----	---------

DOCTRINA

Ignorando o fracasso O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras <i>Eric Michael Burke, Ph.D.</i>	50	Jul-Dez
Músicos de Marte em múltiplos domínios Expandindo as armas combinadas no século XXI <i>Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA</i> <i>Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA</i> <i>Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA</i>	2	Jul-Dez
Reestruturar a arte operacional para a competição <i>Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA</i>	14	Jul-Dez

HISTÓRIA

Assombrados pelo fantasma de Clausewitz As forças morais no colapso das Forças Armadas afegãs <i>J. B. Potter</i>	52	Jan-Jun
Controle civil das Forças Armadas Uma “ficção útil”? <i>Cel Todd Schmidt, Ph.D., Exército dos EUA</i>	2	Jan-Jun
Ignorando o fracasso O General DePuy e os perigos do escapismo entre guerras <i>Eric Michael Burke, Ph.D.</i>	50	Jul-Dez
Todo poder é local Compreendendo o poder disciplinar para mobilizar a população <i>Maj Robert G. Rose, Exército dos EUA</i>	38	Jan-Jun

ÍNDIA

Rumo a uma parceria mutuamente benéfica com a Índia para aprimorar a estratégia estadunidense no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico <i>Maj Patrick O’Brien Boling, Ph.D., Guarda Nacional de Louisiana</i> <i>Paul Sanders, Ph.D.</i>	67	Jul-Dez
--	----	---------

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância** 73 Jan-Jun
Processo decisório militar apoiado na inteligência artificial
Cel Michael S. Farmer, Exército dos EUA

LIDERANÇA

- Abraçando a necessidade de mudança no clima de comando** 60 Jan-Jun
Gen Bda Christopher R. Norrie, Exército dos EUA
Ten Cel Jaron S. Wharton, Ph.D., Exército dos EUA

MANUAL DE CAMPANHA

- Músicos de Marte em múltiplos domínios** 2 Jul-Dez
Expandindo as armas combinadas no século XXI
Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA
Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA
Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA
- Reestruturar a arte operacional para a competição** 14 Jul-Dez
Maj Steven R. Chase, Exército dos EUA

OPERAÇÕES EM MÚLTIPLOS DOMÍNIOS

- Músicos de Marte em múltiplos domínios** 2 Jul-Dez
Expandindo as armas combinadas no século XXI
Gen Div Milford Beagle Jr., Exército dos EUA
Cel (Res) Richard Creed, Exército dos EUA
Ten Cel (Res) Matt Farmer, Exército dos EUA

OPERAÇÕES FINANCEIRAS

- Negação de acesso financeiro** 79 Jul-Dez
Uma abordagem irregular da dissuasão integrada
Cel Sara Dudley, Exército dos EUA
Ten Cel Steve Ferenzi, Exército dos EUA
Maj Travis Clemens, Exército dos EUA

PESQUISA E ANÁLISE

O modelo de condições exploráveis	37	Jul-Dez
Estratégias para pesquisa e análise sociocultural		
<i>Nicole M. Laster-Loucks, Ph.D.</i>		
<i>Benjamin A. Okonofua, Ph.D.</i>		

RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

Controle civil das Forças Armadas	2	Jan-Jun
Uma “ficção útil”?		
<i>Cel Todd Schmidt, Ph.D., Exército dos EUA</i>		
Política, guerra e o povo estadunidense	11	Jan-Jun
Como a liderança política inconstante dos EUA prejudica sua capacidade de vencer		
<i>Maj Jeremy Shields, Reserva da Força Aérea dos EUA</i>		
Quem é o chefe?	20	Jan-Jun
Definindo a relação civil-militar no século XXI		
<i>Ten Cel Kevin F. Krupski, Exército dos EUA</i>		

RÚSSIA

O mais recente revisionismo histórico da Rússia e a reinvenção do futuro	84	Jan-Jun
<i>Robert F. Baumann, Ph.D.</i>		

TECNOLOGIA

Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância	73	Jan-Jun
Processo decisório militar apoiado na inteligência artificial		
<i>Cel Michael S. Farmer, Exército dos EUA</i>		

Military Review

Revista Profissional do Exército dos EUA
Edição Brasileira



ARMY UNIVERSITY PRESS

HOME

PUBLISH WITH US

SPECIAL TOPICS

BOOKS

JOURNALS

EDUCATIONAL SERVICES

ABOUT

Military Review

Revista Profissional do Exército dos EUA
Edição Brasileira

Você sabia?

É possível acessar as últimas edições da *Military Review* em inglês, português e espanhol, assim como edições anteriores, em nosso site:

<https://www.armyupress.army.mil/>

Além disso, o site oferece os seguintes recursos e informações:

- Download de seus artigos favoritos em formato PDF
- Diretrizes para autores
- Pesquisa e livros
- Estudos de caso e visitas a locais de batalhas históricas (*Staff Rides*)
- Apoio à instrução em História Militar
- Resenhas de livros
- Artigos publicados exclusivamente on-line

